

2
0
0
8



PRESTAÇÃO DE CONTAS - RELATÓRIO DE GESTÃO

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Gonçalves Bragança Fernandes

VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Domingos Silva Tiago

VEREADOR
Miguel Ângelo Santos Esteves Rodrigues

VEREADOR
Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADORA
Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras

Maria Inês Loureiro Rodrigues - Em regime de substituição no período compreendido entre 8 de Setembro a 31 de Dezembro de 2008, em virtude da suspensão do mandato da Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, por motivos profissionais.

VEREADOR
Paulo Fernando de Sousa Ramalho

VEREADOR
Manuel Marques Nogueira dos Santos

VEREADOR
Rogério Duarte da Rocha

VEREADOR
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

2
0
0
8



RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

2
0
0
8



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
ANÁLISE ORÇAMENTAL	9
EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO	10
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO	11
ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO	12
RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA	15
Evolução dos Fluxos Monetários	15
Poupança Corrente	16
Fontes de Financiamento do Investimento	17
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM	19
Fluxos de Caixa	19
Contas de Ordem	20
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA	23
ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA	24
Receitas Próprias	25
Receitas Liquidadas e não Cobradas	31
Transferências	31
Passivos Financeiros	36
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA	38
ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA	39
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	40
Despesas com Pessoal	42
Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	52
INVESTIMENTO GLOBAL	55
Investimento Directo	56
Transferências de Capital	62
Activos Financeiros	64
GRANDES OPÇÕES DO PLANO	66
Funções Gerais	69
Funções Sociais	70
Funções Económicas	72
ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO	73
ENQUADRAMENTO	74
ENDIVIDAMENTO – <i>STRICTO SENSU</i>	76
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	77

Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo	79
Composição da Dívida de Médio e Longo Prazo no Fim da Gerência	81
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	82
ENDIVIDAMENTO – <i>LATO SENSU</i>	84
LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	86
Empréstimos de curto prazo	86
Empréstimos de médio e longo prazo	86
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL	89
<u>ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA</u>	<u>94</u>
BALANÇO	95
ACTIVO	96
Imobilizado	96
Circulante	97
Acréscimos e Diferimentos	100
PASSIVO	100
Dívidas a Terceiros	101
Acréscimos e Diferimentos	102
FUNDOS PRÓPRIOS	103
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	104
<u>INDICADORES DE GESTÃO</u>	<u>107</u>
INDICADORES PARA ANÁLISE DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL	108
INDICADORES PARA ANÁLISE DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL	109
<u>PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</u>	<u>110</u>
<u>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u>	<u>112</u>
INTRODUÇÃO	113
8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	113
8.1.1. Identificação	113
8.1.2. Legislação	113
8.1.3. Estrutura Organizacional Efectiva	114
8.1.4. Descrição Sumária das Actividades	114
8.1.5. Recursos Humanos	114
8.1.6. Organização Contabilística	115
8.1.7. Outras informações relevantes	115
NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	117

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	118
Nota 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL	118
Nota 8.2.2 – Valores Comparativos	118
Nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos	118
Nota 8.2.6 – Comentário às contas 43.1 «Despesas de Instalação» e 43.2 «Despesas de Investigação e Desenvolvimento»	119
Nota 8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado e nas respectivas amortizações e provisões	119
Nota 8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes	119
Nota 8.2.10 – Reavaliação dos Bens do Imobilizado	120
Nota 8.2.11 – Quadro Discriminativo das Reavaliações	120
Nota 8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade	120
Nota 8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões	120
Nota 8.2.16 – Identificação das Entidades Participadas	121
Nota 8.2.18 – Discriminação da Conta «Outras aplicações financeiras»	121
Nota 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço	122
Nota 8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o mapa respectivo.	123
Nota 8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas	123
Nota 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial	125
Nota 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	126
Nota 8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros	126
Nota 8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários.	127
NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO	129
8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO	130
Nota 8.3.1 – Modificações ao orçamento	130
Nota 8.3.2 – Modificações ao plano plurianual de investimentos	130
Nota 8.3.6 – Endividamento	130

2
0
0
8



INTRODUÇÃO

“Quem administra bens alheios presta contas”

“Bom exemplo de bens alheios são os bens públicos que, por serem da comunidade (ou de instituições nascidas da sua auto-organização) não são individualmente de ninguém que zele pela sua integridade e pela sua fidelidade e transparência da respectiva gestão.

Surge, assim, a obrigação de prestar contas como dever incontornável dos que administram, a qualquer título, dinheiros ou outros activos públicos”

Neste contexto, assume primordial importância a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

Na linha de orientação destes princípios, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respectivas alterações) dita a elaboração do relatório de gestão como peça a integrar nos documentos de prestação de contas.

A necessária e profícua sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico determina consequentemente, a seguinte metodologia, no presente relatório de gestão:

No primeira instância apresenta-se uma apreciação de âmbito orçamental, centrada de início, na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e Despesa Municipal, para por último desenvolver a respectiva articulação entre ambas, designadamente ao nível da evolução da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento.

A fase subsequente inclui uma avaliação ao endividamento autárquico, questão de fundamental relevância no contexto global da administração pública e que face à nova lei das finanças locais incorpora grandes modificações.

De facto, e no seguimento dos últimos anos, durante o exercício de 2008, mais uma vez foi visível a preocupação generalizada com o controlo dos défices orçamentais e do endividamento público.

A política de contenção orçamental, a que a situação das Finanças Públicas do país obriga, impeliu o governo a adoptar políticas de grande rigor na gestão e controlo da despesa do sector público administrativo, designadamente na área da administração local, consagrando desde logo, medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal através de previsão de novas regras de cálculo para a respectiva capacidade de endividamento de cada município que se encontram vertidas na actual Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

No âmbito deste espírito a Lei do Orçamento do Estado para 2008, veio introduzir de novo uma alteração ao conceito de endividamento municipal inicialmente previsto na referida Lei das Finanças Locais ao incluir o endividamento líquido e os empréstimos das sociedades comerciais nas quais os municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas de Porto e Lisboa detenham, directa ou indirectamente, uma participação social, no caso de incumprimento das definidas regras de equilíbrio das suas contas.

Ressalva-se assim que, contrariamente ao exercício de 2007, durante a gerência em apreço o conceito de endividamento municipal incorpora também no município os efeitos do endividamento dessas sociedades comerciais, caso estas estejam em incumprimento das regras de equilíbrio das suas contas, o que aconselha prudência em qualquer análise comparativa.

Com esta mudança legislativa intensificam-se ainda mais as regras susceptíveis de impor um maior controlo do endividamento municipal em *lato sensu*, sendo de continuar a evidenciar, o triplo efeito resultante da conjugação da Lei das Finanças Locais com o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local

Numa terceira instância insere-se uma apreciação económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

A seguir afigura-se um conjunto de indicadores de gestão, quer de natureza orçamental como de natureza patrimonial.

Como suporte fundamental desta análise constam os anexos ás demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correcta avaliação e interpretação das contas prestadas.

Por último anota-se que:

- ✓ O Município da Maia apresenta as suas contas devidamente auditadas, pelo segundo ano consecutivo.
- ✓ A consolidação de contas continua a não ser aplicável no exercício de 2008 considerando a inexistência do respectivo enquadramento legal.

2
0
0
8



ANÁLISE ORÇAMENTAL

2
0
0
8



EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO

A comparação entre orçamento inicial, final e executado permite avaliar o rigor dos orçamentos apresentados, bem como, a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas efectivamente arrecadado pelo município.

Importa referir que na apreciação do presente capítulo, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efectiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efectivamente pagas e não à despesa realizada.

ORÇAMENTO DO ANO DE 2008						
	Previsão			Execução		
	Início	Final	Desvio	Valor	Desvio	Taxa de Execução %
Receitas Correntes	59.465.534	59.495.534	30.000	65.330.229	5.834.695	109,81%
Receitas de Capital	58.216.436	61.810.259	3.593.823	13.285.316	-48.524.942	21,49%
Outras Receitas		10.000	10.000	4.570	-5.431	45,70%
Saldo da gerência anterior		1.066.177		1.066.177		
Total	117.681.970	122.381.970	4.700.000	79.686.292	-42.695.678	65,11%
Despesas Correntes	56.820.720	58.182.270	1.361.550	46.684.767	-11.497.503	80,24%
Despesas de Capital	60.861.250	64.199.700	3.338.450	28.825.662	-35.374.038	44,90%
Total	117.681.970	122.381.970	4.700.000	75.510.429	-46.871.541	61,70%

Unidade: Euros

O orçamento inicialmente aprovado para 2008 totalizava 117.681.970 €, tendo sido realizadas no decurso do exercício vinte e uma modificações, uma das quais originou um aumento da dotação global do orçamento para 122.381.970€, em resultado da contratação de um empréstimo de curto prazo para financiamento de necessidades temporárias de tesouraria no valor de 4.700.000€.

Os demais desvios apurados derivaram de meros reajustamentos entre rubricas de classificação económica sem qualquer impacto na dotação final do orçamento.

As mencionadas modificações serão numa fase posterior objecto de uma apreciação mais detalhada.

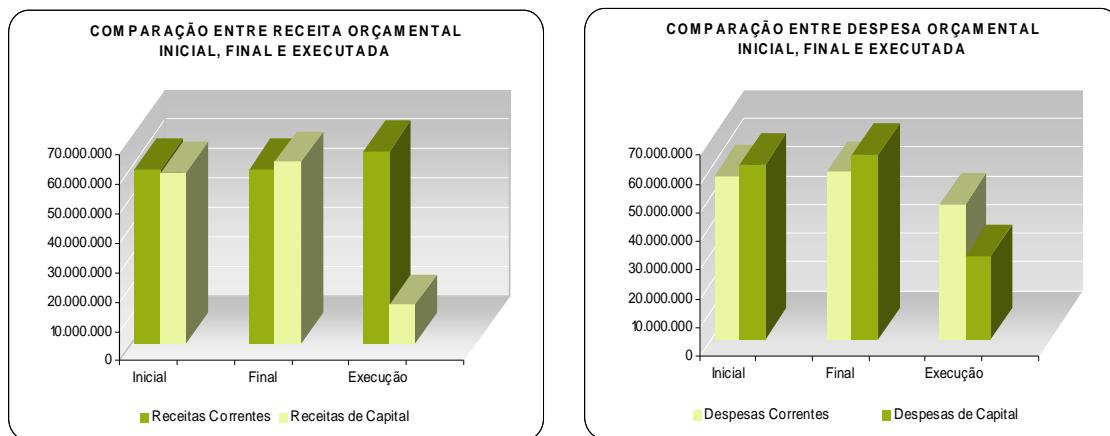
O montante de receita arrecadada em 2008 ascendeu a 79.686.292 €, sendo de salientar a rubrica das Receitas Correntes como a mais significativa ao nível da sua execução com o montante de 65.330.229 €, fruto do aumento da receita corrente cobrada ao nível dos Impostos Directos, principalmente do Imposto Municipal Sobre Imóveis, dos Impostos Indirectos, pela cobrança das receitas provenientes de Loteamento e Obras e Ocupação Via Pública, contribuindo assim, para a excelente taxa de execução de 109,81%.

As Receitas de Capital, em sede de cobrança efectiva, ficaram aquém do previsto obtendo um desvio negativo de 48.524.942 €, produto sobretudo de um conjunto de expectativas de recebimento que não foram concretizadas tanto ao nível da constituição dos Fundos de Investimento Imobiliário do Aeródromo de Vilar de Luz e da Praça Maior, como da utilização do empréstimo de curto prazo num montante muito inferior ao valor total contratado, uma vez que apenas atingiu os 2.000.000€.

As Despesas Correntes contribuíram para um maior grau de execução no total das despesas, com uma realização de 80,24%, enquanto que as Despesas de Capital se situaram numa taxa de realização acen- tuadamente inferior de 44,90%.

Conforme se pode constatar quando comparados os valores previstos no Orçamento inicial e final com os valores executados da Receita e Despesa, obtém-se uma taxa de execução de Receita de 65,11%, a qual em termos percentuais é ligeiramente superior à da despesa, esta no valor de 61,70%.

O orçamento Municipal sendo um documento previsional, a sua concretização acarreta naturalmente desvios, os gráficos seguintes são demonstrativos das diferenças apuradas entre Orçamento Inicial, Final e Executado, para cada uma das rubricas da Receita e da Despesa.



ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO

Em todos os anos económicos, se têm realizado modificações orçamentais, corrigindo-se os valores inicialmente previstos, através do reforço e/ou anulação das respectivas dotações. No exercício de 2008, como já foi mencionado, operaram-se vinte e uma modificações que foram concretizadas da seguinte forma:

- ✓ Dezanove alterações e uma revisão ao Orçamento da Despesa;
- ✓ Dezoito alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- ✓ Dezassete alterações e duas revisões ao Plano de Actividades Mais Relevantes, sendo de assinalar que apenas uma destas revisões é que determinou a referida revisão ao orçamento da despesa;
- ✓ Duas alterações e uma revisão ao Orçamento da Receita.

Centrando a nossa análise na forma como evoluíram as dotações orçamentais, face aos sucessivos ajustamentos das previsões às realizações então efectivadas no decurso destas vinte e uma modificações orçamentais, obtém-se os seguintes quadros, nos quais se agregam tanto os reforços como as anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita Autárquica.

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	56.820.720	48,28%	8.136.938	6.775.388	58.182.270	47,54%	1.361.550	2,34%
01 Despesas com o pessoal	17.922.920	15,23%	2.219.260	1.494.754	18.647.426	15,24%	724.506	3,89%
02 Aquisição de Bens e Serviços	19.906.050	16,92%	3.926.509	3.722.792	20.109.767	16,43%	203.717	1,01%
03 Juros e Outros Encargos	3.432.150	2,92%	444.849	90.300	3.786.699	3,09%	354.549	9,36%
04 Transferências Correntes	4.659.650	3,96%	379.360	1.038.542	4.000.468	3,27%	-659.182	-16,48%
05 Subsídios	9.212.250	7,83%	7.510	379.000	8.906.760	7,28%	-305.490	-3,43%
06 Outras Despesas Correntes	1.687.700	1,43%	1.093.450	50.000	2.731.150	2,23%	1.043.450	38,21%
Despesas Capital	60.861.250	51,72%	8.836.777	5.498.327	64.199.700	52,46%	3.338.450	5,20%
07 Aquisição de Bens de Investimento	46.785.600	39,76%	3.608.127	4.651.007	45.742.720	37,38%	-1.042.880	-2,28%
08 Transferências de capital	8.144.100	6,92%	428.650	847.320	7.725.430	6,31%	-418.670	-5,42%
09 Activos Financeiros	101.150	0,09%	100.000	0	201.150	0,16%	100.000	49,71%
10 Passivos Financeiros	5.815.350	4,94%	4.700.000	0	10.515.350	8,59%	4.700.000	44,70%
11 Outras Despesas de Capital	15.050	0,01%	0	0	15.050	0,01%	0	0,00%
TOTAL	117.681.970	100,00%	16.973.715	12.273.715	122.381.970	100,00%	4.700.000	3,84%

Un:Euros

Em resultado das dezanove alterações verificadas ao orçamento da despesa em 2008, conclui-se que da totalidade dos reforços efectuados no valor de 16.973.715€, 4.700.000€ originaram um aumento da sua dotação global, em consequência, como já foi referido, da contratação de um empréstimo de curto prazo para financiamento de necessidades temporárias de tesouraria. Tornou-se assim necessário inscrever a correspondente rubrica de classificação económica a fim de possibilitar a amortização desse empréstimo.

O diferencial apurado para os demais reforços na ordem dos 12.273.715€, teve como contrapartida a redução das dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

Nas Despesas Correntes a componente com maior modificação positiva foi a das “Outras Despesas Correntes”, ao apresentar a importância de 1.043.450 € e uma variação de 38,21%, na sua maioria por efeito da contabilizações dos reembolsos e restituições dos impostos e taxas, que face à sua imprevisibilidade são difíceis de quantificar com rigor necessário. Logo a seguir aparece o grupo das “Despesas com o Pessoal” que contribuiu positivamente no montante de 724.506€ e que teve como finalidade o reforço extraordinário de diversas sub-rubricas de pessoal, na sua grande parte devido à transferências de competências da Administração Central ao nível do Ensino Básico.

A variação positiva em cerca de 9% anotada nos “Juros e Outros Encargos” foi determinada quer pela contratação do empréstimo a curto prazo quer pelo aumento significativo ao nível das taxas de juros.

As “Transferências Correntes” sofreram no cômputo geral modificações negativas no valor de 659.182 €, o que corresponde a uma diminuição das dotações iniciais de 16,48% que tiveram como contrapartida o reforço de rubricas que se encontravam insuficientemente dotadas.

O grupo da “Aquisição de Bens de Investimento” comportou modificações negativas no valor de 1.042.880€, indicando um decréscimo de 2,28% na sua dotação inicial, que tiveram por fim permitir ajustar as previsões às efectivas realizações de diversos projectos incluídos no Plano Plurianual de Investimentos. Estas modificações estão consubstanciadas nas dezoito alterações ao Plano Plurianual de Investimentos.

No que se toca ao Plano das Actividades Mais Relevantes nenhuma das revisões realizadas implicou qualquer aumento da dotação global do orçamento da despesa, tendo como único objectivo a inclusão dos seguintes novos projectos:

- ✓ A criação de um Fundo de Financiamento de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Concelho da Maia, no âmbito do Programa Finicia, realizado entre o Município da Maia, o Banco Espírito Santo, S.A. Sociedade Aberta, a Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., a Tecmaia – Parque de Ciência

e Tecnologia da Maia, S.A. e o IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação – com uma dotação inicial de 100.000,00€

- ✓ A Participação do Município da Maia no programa SUDOE – Estudos integrados do impacto da chegada do TGV ás cidades SUDOE”, cuja execução financeira só produzia efeitos no ano de 2009.

Refira-se que destas duas revisões efectuadas ao PAM apenas a primeira determinou uma revisão ao orçamento da despesa face à necessidade de criar a rubrica classificação económica, 09.06.01 – Activos Financeiros – Empréstimos a Médio e Longo Prazo, que permitisse o pagamento dos subsídios atribuídos.

Capítulos	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA							
	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	59.465.534	50,53%	30.000	0	59.495.534	48,61%	30.000	0,05%
01 Impostos Directos	35.954.300	30,55%			35.954.300	29,38%	0	0,00%
02 Impostos Indirectos	4.994.000	4,24%			4.994.000	4,08%	0	0,00%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	1.321.800	1,12%	30.000		1.351.800	1,10%	30.000	2,22%
05 Rendimentos de Propriedade	2.293.700	1,95%			2.293.700	1,87%	0	0,00%
06 Transferências Correntes	12.174.690	10,35%			12.174.690	9,95%	0	0,00%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	2.330.900	1,98%			2.330.900	1,90%	0	0,00%
08 Outras Receitas Correntes	396.144	0,34%			396.144	0,32%	0	0,00%
Receitas Capital	58.216.436	49,47%	4.800.000	1.206.177	61.810.259	50,51%	3.593.823	5,81%
09 Venda de Bens de Investimento	51.009.000	43,34%		1.206.177	49.802.823	40,69%	-1.206.177	-2,42%
10 Transferência de Capital	6.731.596	5,72%			6.731.596	5,50%	0	0,00%
11 Activos Financeiros	0	0,00%	100.000		100.000	0,08%	100.000	100,00%
12 Passivos Financeiros	253.000	0,21%	4.700.000		4.953.000	4,05%	4.700.000	94,89%
13 Outras Receitas de Capital	222.840	0,19%			222.840	0,18%	0	0,00%
Outras Receitas	0	0,00%	1.076.177	0	1.076.177	0,88%	1.076.177	100,00%
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	0	0,00%	10.000		10.000	0,01%	10.000	100,00%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	0,00%	1.066.177		1.066.177	0,87%	1.066.177	100,00%
TOTAL	117.681.970	100,00%	5.906.177	1.206.177	122.381.970	100,00%	4.700.000	3,84%

Un:Euros

No âmbito do Orçamento da Receita, importa anotar que foram formalizados duas alterações, uma das quais implicou um aumento da sua dotação global em de 4.700.000€, e que teve como objectivo a inscrição da rubrica de classificação económica 12.05 - “Empréstimos a curto prazo”, fruto da contratação do já mencionado empréstimo de curto prazo. Sobre esta matéria refira-se que a importância relativa aos empréstimos, face ao disposto nas regras previsionais do POCAL, só pode ser considerada no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respectivo contrato.

Com a segunda alteração procedeu-se à integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 1.066.177,24€, sem haver qualquer impacto na dotação global do orçamento uma vez que a mesma teve como contrapartida a diminuição da rubrica “Venda de Bens de Investimento” que se encontrava excessivamente dotada.

Quanto à revisão realizada ao orçamento de receita interessa referir que a mesma também não teve repercussões na dotação global uma vez que também foi financiada pelo saldo da rubrica “Venda de Bens de Investimentos”, tendo apenas os seguintes objectivos:

- ✓ No sub-grupo das Receitas Correntes, a inscrição da rubrica de classificação económica 04.02.02 - “Taxas, Multas e Outras Penalidades” - Juros Compensatórios, com uma dotação inicial de 30.000,00€, por forma a permitir a arrecadação dos juros pagos pela D.G.I – Direcção Geral de Impostos no âmbito de Impostos Directos.
- ✓ No sub-grupo das Receitas de Capital, a inclusão da rubrica de classificação económica 11.06.01 - “Activos Financeiros” – Empréstimos de Médio e Longo Prazo – Sociedades e Quase-Sociedades Não

Financeiras" com uma dotação inicial de 100.000 €, tendo como finalidade a arrecadação aquando do reembolso do subsídio atribuído através do Programa Finicia – Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

- ✓ No sub-grupo de Outras Receitas, a inserção da rubrica de classificação económica 15.01.01 - "Reposições Não Abatidos nos Pagamentos" com uma dotação inicial de 10.000 €, considerando que por imperativos legais não foi possível inclui-la no orçamento inicial.

RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

Evolução dos Fluxos Monetários

O quadro a seguir retratado, permite-nos ter a percepção de como evoluíram as receitas cobradas e despesas pagas no período compreendido entre 2005 e 2008 e de que forma estas contribuíram para financiar o saldo da gerência seguinte.

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS												
	2005			2006			2007			2008		
	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença									
Saldo da gerência anterior	14.464.754	0	14.464.754	1.153.663	0	1.153.663	1.199.612	0	1.199.612	1.066.177	0	1.066.177
Corrente	52.250.404	37.148.033	15.102.371	51.888.007	37.278.095	14.609.912	64.124.545	41.344.768	22.779.777	65.330.229	46.684.767	18.645.462
Capital	9.740.558	38.156.673	-28.416.115	10.471.085	25.209.159	-14.738.074	22.027.363	44.960.721	-22.933.358	13.285.316	28.825.662	-15.540.346
Outras	2.653	2.653	174.111	174.111		174.111	20.146	20.146	4.570			4.570
TOTAL	76.458.369	75.304.706	1.153.663	63.686.866	62.487.254	1.199.612	87.371.666	86.305.489	1.066.177	79.686.292	75.510.429	4.175.863

Un/Euros

Ao longo dos últimos quatro anos, continua a ser notório que a receita corrente cobrada é sempre superior ao montante de despesa corrente paga, o que traduz a capacidade financeira do município em gerar a denominada poupança corrente.

O mesmo comportamento não é assegurado pelas rubricas de natureza de capital, uma vez que a receita cobrada é sempre consideravelmente inferior à despesa paga, apresentando-se sempre com variações negativas que só serão combatidas recorrendo à poupança corrente realizada no exercício e ao saldo da gerência anterior.

Ao analisar-se o ano de 2008, e na continuidade do verificado nos anteriores exercícios, conclui-se que a receita corrente cobrada superou a despesa corrente paga em 18.645.462 €, comprovando-se mais uma vez que parte substancial das despesas de capital são financiadas quer pela poupança corrente realizada pelo do município quer pelo saldo transitado da gerência anterior.

Por último anota-se o aumento considerável do saldo final da gerência de 2008, em resultado fundamentalmente do facto da constituição do Fundo de Investimento Imobiliário referente à Bolsa de Imóveis ter sido realizado no dia 31 de Dezembro de 2008.

O próximo gráfico ilustra bem a evolução destes fluxos no último quadriénio.



POUPANÇA CORRENTE

Na elaboração e execução do orçamento das autarquias devem ser seguidos um conjunto de princípios orçamentais, dos quais se destaca o princípio do equilíbrio orçamental (ex-ante). Este princípio determina que Orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, exigindo que as receitas correntes sejam pelo menos, iguais às despesas correntes.

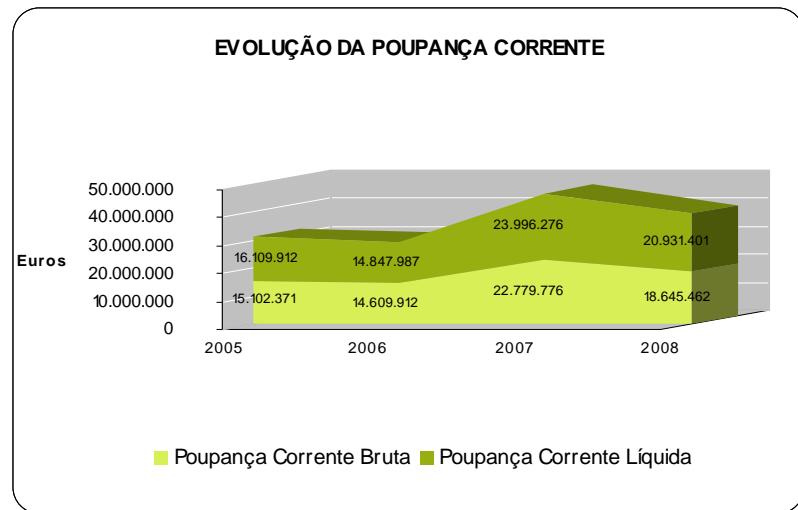
Esta imposição legal em termos de execução orçamental funciona como um instrumento de contenção do déficit orçamental e de formação da poupança corrente bruta, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Contudo uma análise mais aprimorada do conceito de poupança corrente não pode ser descontextualizada nem das dívidas correntes transitadas, nem das receitas correntes liquidadas e não cobradas do exercício, sendo por isso importante avaliar também a designada Poupança Líquida Corrente do Exercício, que incorpora estas duas variáveis.

Nestes termos insere-se um mapa e gráfico ilustrativos da evolução da poupança corrente do município no período compreendido entre 2004 e 2008, sendo de assinalar que no cálculo da poupança líquida apenas foram consideradas as receitas correntes liquidadas e não cobradas no próprio exercício, pelo que tais receitas estão deduzidas do montante transitado da gerência anterior, ao contrário do que se verificou em anteriores relatórios.

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO					
	2004	2005	2006	2007	2008
Receita Corrente Executada	47.600.926	52.250.404	51.888.007	64.124.545	65.330.229
Despesa Corrente Executada	38.486.530	37.148.033	37.278.095	41.344.768	46.684.767
Poupança Corrente Bruta					
Valor	9.114.396	15.102.371	14.609.912	22.779.777	18.645.462
Variação	-45,15%	65,70%	-3,26%	55,92%	-18,15%
Dívida Corrente e Transitada					
Da Gerência Anterior	7.089.446	5.594.866	5.732.407	4.685.444	4.301.896
Para a Gerência Seguinte	5.594.866	5.732.407	4.685.444	4.301.896	3.824.480
Receita Corrente Líquida e não cobrada					
Da Gerência Anterior	577.749	2.773.396	3.918.478	3.109.590	3.942.541
Para a Gerência Seguinte	2.773.396	3.918.478	3.109.590	3.942.541	5.751.064
Poupança Corrente Líquida do Exercício					
Valor	12.754.623	16.109.912	14.847.987	23.996.276	20.931.401
Variação	-25,82%	26,31%	-7,83%	61,61%	-12,77%

Un: Euros



Durante o período em análise é notória a capacidade do município em gerar volumes de poupança corrente bruta significativos, uma vez que os montantes de receita corrente cobrada são sempre superiores aos da despesa corrente paga. Tais valores ainda assumem maior preponderância quando se incorpora a dívida corrente transitada e a receita corrente liquidada e não cobrada no próprio exercício, dando assim origem a maiores níveis de Poupança Líquida Corrente, que se destinam ao pagamento de despesas de investimento.

No exercício económico de 2008 verifica-se que a Poupança Líquida Corrente, apesar de ser inferior à de 2007, continua a apresentar valores muito expressivos que rondam os 21.000.000€, facto a que não será alheio quer a redução em quase meio milhão de euros da dívida corrente transitada, quer ainda o aumento da receita corrente liquidada e não cobrada do próprio exercício.

Por último importa anotar que no ano de 2008, tal como ocorreu em 2007, a taxa de cobertura das despesas correntes orçamentais assumidas e realizadas (incluindo dívida transitada) pelas receitas disponíveis (retratada apenas no saldo final das dotações orçamentais, excluindo receita liquidada e não cobrada) foi superior a 100%, determinando que o princípio do equilíbrio orçamental, mesmo em sentido substancial foi cumprido.

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

Não obstante no âmbito da execução orçamental e, de acordo com o princípio da não consignação, em regra, o produto de quaisquer receitas não poder ser afecto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afectação for permitida por lei, pretende-se com a presente análise avaliar do ponto de vista teórico a forma como o investimento autárquico tem vindo a ser sustentado.

Em tal conformidade, optou-se por organizar a informação em sete grandes grupos, agregando para o efeito algumas rubricas de classificação económica da receita conforme mapa que se insere de seguida.

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO					
	2007		2008		
	Valor	Peso	Valor	Peso	Variação
Venda de Bens de Investimento	8.981.479	26,18%	7.663.234	28,19%	-14,68%
Fundo Geral Municipal de Capital	1.930.862	5,63%	1.997.846	7,35%	3,47%
Outras Trans Capital	1.755.414	5,12%	1.624.132	5,97%	-7,48%
Passivos Financeiros MLP destinados a financiar investimento	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outras receitas de Capital + Activos Financeiros	212.321	0,62%	105	0,00%	-99,95%
Poupança corrente - Amortizações Capital -Outras Despesas Capital	20.231.660	58,96%	14.835.210	54,57%	-26,67%
Saldo anterior	1.199.612	3,50%	1.066.177	3,92%	-11,12%
	34.311.349	100,00%	27.186.704	100,00%	-20,76%

Un:Euros

Como se depreende da leitura do quadro antecedente, no exercício de 2008 assistiu-se a uma redução global do montante disponível para financiar o investimento realizado pela autarquia, o que desde logo irá determinar a alteração do peso das diferentes rubricas no financiamento dessa despesa, mesmo que elas apresentem maiores valores absolutos.

Apesar do decréscimo de (-) 26,67% verificado na rubrica, o maior contributo para o financiamento do investimento em 2008 continua a advir da poupança corrente gerada no exercício, ao financiar cerca de 54% daquela despesa, no seguimento do que tem sido a prática corrente do município nos últimos anos.

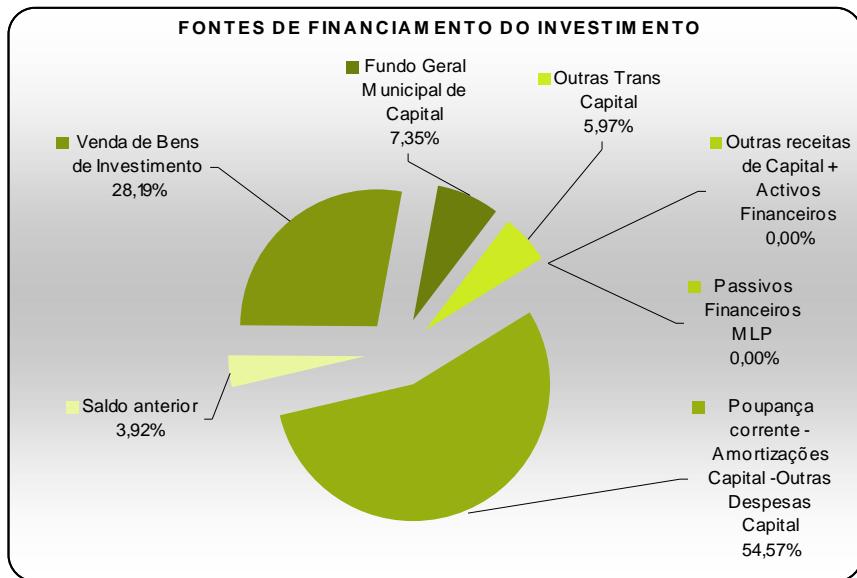
Outra componente que assume de igual modo preponderância é a de "Venda de bens de investimento" ao contribuir com 7.663.234€ para o do total de investimento realizado, o que reflecte um peso de 28,19%. Para o comportamento desta rubrica concorreu de forma determinante, tal como em 2007, o processo de constituição de um fundo de investimento imobiliário, neste caso o da Bolsa de Imóveis, que permitiu à autarquia a arrecadar 5.300.000€ de receita.

Relativamente às receitas provindas das outras transferência de capital no montante global de 1.624.132€ destacam-se as do Orçamento de Estado via Cooperação Técnica e Financeira e Fundos Comunitários, sendo de registar a diminuição no seu tributo para o investimento de 2008, considerando que o seu valor só atingiu 1.612.484€. Afigura-se assim uma redução de (-) 7,48% face ao ano anterior, circunstância a que não será alheio o facto do III QCA estar na sua fase final.

Já no que toca à contribuição das receitas provenientes dos Fundos Municipais, que totalizam cerca de 2.000.000€, é de anotar um aumento de 3,47% em relação ao exercício anterior, em resultado fundamentalmente da redução do valor total das fontes de financiamento disponíveis.

À semelhança do que se tem verificado nas gerências anteriores a contribuição do saldo transitado para a realização de investimentos municipais permanece positiva, apresentando em valores absolutos 1.066.177€, o que traduz um ligeiro decréscimo face ao ano de 2007.

O gráfico a seguir reproduzido evidencia de forma clara o coeficiente de importância das diversas fontes de financiamento autárquico no exercício em análise.



FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa é um documento síntese que apresenta os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício e que estão associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), sendo evidenciados neste documento, os respectivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

Anota-se que as cauções em dinheiro e as operações de tesouraria que os serviços autárquicos realizam para terceiros, são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais, sendo apenas objecto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O quadro a seguir evidenciado apresenta de forma sintetizada todos os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos durante o exercício de 2008.

MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA			
Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência anterior			75.510.429
Execução Orçamental	1.066.177	Despesas Orçamentais	46.684.767
Operações de Tesouraria	366.710	Correntes	46.684.767
Cauções em Dinheiro	3.041.585	Capital	28.825.662
Receitas Orçamentais		Dotações não Orçamentais	
Correntes	65.330.229	Operações de Tesouraria	2.909.711
Capital	13.285.316	Cauções em Dinheiro	464.971
Outras	4.570	Saldo para a gerência seguinte	3.374.682
Dotações não orçamentais		Execução Orçamental	4.175.863
Operações de Tesouraria	2.902.458	Operações de Tesouraria	359.458
Cauções em Dinheiro	1.234.077	Cauções em Dinheiro	3.810.690
Total	87.231.122	Total	87.231.122

Unidade: Euros

O Saldo Final da Gerência do ano de 2008 do Mapa de Fluxos de Caixa corresponde ao valor das disponibilidades em balanço, o qual totaliza 8.346.011 €, dos quais 4.175.863 € respeitam à execução orçamentária.

mental, 359.458 € a operações de tesouraria e 3.810.690 € a cauções em dinheiro. De relevar que a diferença do saldo de gerência de 2007 para o de 2008, provem na sua grande maioria do saldo da execução orçamental, em que as receitas cobradas superaram as despesas pagas em mais de 4.000.000 €. Este saldo permitirá durante o ano seguinte obter maior margem de manobra de tesouraria, podendo como aconselham as regras, embora de forma não consignada, ser aplicado no financiamento de investimento.

Em relação ao saldo das operações de tesouraria evidenciado, o panorama não é muito diverso daquele que ocorreu no ano anterior existindo uma ligeira diminuição no saldo de gerência que transita para o ano de 2009, conforme discriminado no mapa resumo seguinte.

RESUMO DAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA						
Designação das contas	Saldo de gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
21 CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES						
21.7 Clientes e Utentes com Cauções	0	920.695			0	1.619.469
21.7.1 De Execução de Obras (Loteamentos,....)	0	843.255	62.095	757.544	0	1.538.703
21.7.3 Clientes e utentes c/ cauções LO até 31/12/2001	0	16.829			0	16.829
21.7.9 Outras	0	60.611	6.628	9.954	0	63.937
24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS						
24.2 Retenção de impostos sobre rendimentos	0	291.853			0	283.932
24.2.1 Trabalho dependente	0	72.017	986.966	986.042	0	71.093
24.2.2 Trabalho independente	0	6.003	88.054	91.873	0	9.823
24.2.4 Prediais	0	0	533	533	0	0
24.2.5 Pensões	0	8	216	208	0	0
24.4 Restantes impostos						
24.4.1 Imposto de selo	0	101.154	142.097	132.583	0	91.640
24.5 Contribuições para a Segurança Social						
24.5.1 Caixa Geral de Aposentações	0	85.906	1.060.515	1.051.424	0	76.815
24.5.2 ADSE	0	10.380	128.720	129.150	0	10.809
24.5.3 Instituto Gestão Financeira Segurança Social	0	16.385	239.453	245.478	0	22.410
24.9 Outras Contribuições						
24.9.2 Multas e coimas	0	0		1.342	0	1.342
24.9.3 Direcção Geral de Contribuições e Impostos	0	0	11.043	11.043	0	0
24.9.4 Instituto Gestão Tesouraria Crédito Público	0	0	941	941	0	0
26 OUTROS DEVEDORES E CREDORES						
26.1 Fornecedores de Imobilizado						
26.1.2.1 Fornecedores de Imobilizado c/ cauções - individual	0	1.099.316	335.449	466.579	0	1.230.446
26.2 Pessoal						
26.2.9 Outras operações com o pessoal	0	0	403	464	0	61
26.3 Sindicatos						
26.3.1 Sindicatos Trabalhadores Administração Local	0	623	7.294	7.254	0	583
26.3.2 Sindicato Trabalhadores Administração Pública	0	976	12.009	12.030	0	998
26.3.3 Sindicato Engenheiros do Norte	0	5	75	77	0	6
26.3.4 Sindicato Técnicos Adm. Auxiliares Educação	0	8	94	94	0	8
26.3.5 Sindicato Trabalhadores Função Pública Norte	0	9	140	148	0	17
26.3.6 Sindicato Professores da Zona Norte	0	16	196	197	0	17
26.3.7 Sindicato Nacional dos Polícias Municipais	0	49	1.043	1.083	0	89
26.8 Devedores e credores diversos						
26.8.7 Devedores diversos - outros	0	402	402	0	0	0
26.8.8 Credores diversos de cauções até 31/12/2001	0	1.021.574	60.799		0	960.775
26.8.9 Credores diversos - outros	0	72.770	229.519	230.496	0	73.747
Totais	0	3.408.295	3.374.682	4.136.535	0	4.170.148

Unidade: Euros

CONTAS DE ORDEM

No mapa das contas de ordem estão contabilizados factos ou circunstâncias que não produzem alterações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações do mesmo, permitindo assim obter informação sobre os movimentos relativos a recibos para cobrança e garantias ou cauções titulados por documentos.

Importa por isso anotar que, não obstante o previsto nos pontos 7.6 do POCAL, as "Cauções em Dinheiro", não estão aqui registadas surgindo no Mapa de Fluxos de Caixa por serem objecto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial, e estarem devidamente reflectidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

No quadro subsequente afigura-se um resumo dos documentos existentes à data de 31 de Dezembro, apresentando informação organizada em três grupos: "Garantias Recepcionadas", "Garantias a Favor de Terceiros" e "Recibos para Cobrança".

RESUMO DAS CONTAS DE ORDEM					
Excluindo Cauções em Dinheiro					
Saldo da gerência anterior		31.508.682	Garantias accionadas		0
Garantias:					
A favor da autarquia	23.543.805		Garantias devolvidas		3.940.603
A favor de terceiros	6.396.189		A favor da autarquia	2.879.841	
Recibos para cobrança	1.568.687		A favor de terceiros	1.060.761	
Garantias prestadas em 2008		9.606.448	Receita virtual cobrada		457
A favor da autarquia	9.606.448		Receita virtual anulada		0
A favor de terceiros	0				
Receita virtual liquidada em 2008		0	Saldo para a gerência seguinte		37.174.070
Garantias:					
A favor da autarquia			A favor da autarquia	30.270.412	
A favor de terceiros			A favor de terceiros	5.335.428	
Recibos para cobrança			Recibos para cobrança	1.568.230	
Total	41.115.130		Total		41.115.130

Unidade: Euros

No final do exercício de 2008 o saldo das contas de ordem, excluído das cauções em dinheiro, apresenta um valor global de 37.174.070 €, reflectindo um acréscimo de 17,98% face ao ano transacto. Este acréscimo deve-se sobretudo às garantias prestadas por terceiros a favor do município, a seguir especificadas em quadro próprio.

GARANTIAS E CAUÇÕES RECEPCIONADAS						
Excluindo Cauções em Dinheiro						
Designação das contas		Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a gerência seguinte
	(A)		Prestadas (B)	Devolvidas (C)	Accionadas (D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
09.2 Garantias						
09.2.1 De empreitadas e fornecimentos	5.409.354		686.151	654.899	0	5.440.606
09.2.2 Para execução de obras	12.916.861		8.400.430	1.792.434	0	19.524.857
09.2.3 Outras Garantias	8.928		0	0	0	8.928
09.2.4 Garantias até 31.12.2001	554.350		0	430.184	0	124.166
09.2.5 Hipotecas	4.311.302		27.400	0	0	4.338.702
09.2.6.01 Seguros-Caução - empreitadas e fornecimentos	213.323		22.468	2.325	0	233.465
09.2.6.02 Seguros-Caução - execução de obras	129.687		470.000	0	0	599.687
Total	23.543.805		9.606.448	2.879.841	0	30.270.412

Unidade: Euros

Da análise do quadro afere-se que as garantias prestadas a favor da autarquia totalizaram 9.606.448 € e as devolvidas 2.879.841 €, transitando para a gerência seguinte um saldo de 30.270.412 €. A rubrica que mais contribui para este movimento foi a de Execução de Obras.

No que respeita às garantias prestadas pela autarquia a favor de terceiros, conclui-se que no fim do exercício de 2008 as mesmas totalizavam 5.335.428 €, conforme se pode comprovar no quadro seguinte.

GARANTIAS E CAUÇÕES A FAVOR DE TERCEIROS						
Designação das contas		Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a gerência seguinte
	(A)		Prestadas (B)	Devolvidas (C)	Accionadas (D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
09.4 Cauções a favor de terceiros		0				0
09.4.1 Vasilhames	0		0	0	0	0
09.5 Garantias a favor de terceiros		6.396.189				
09.5.1 Empreitadas e fornecimentos	1.220.402		0	1.060.761	0	159.641
09.5.2 Hipoteca a favor de terceiros	5.175.787		0	0	0	5.175.787
Total	6.396.189				Total	5.335.428

Unidade: Euros

Do total das garantias que se mantiveram no saldo, continua a evidenciar-se a hipoteca sobre o edifício do Fórum, registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em resultado do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA, associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004.

O saldo transitado de 1.220.402 €, que se reporta a garantias diversas prestadas pela autarquia a favor de terceiros, foi diminuído em 1.060.761 €, ficando para 2009 o valor residual de 159.641 €

Quanto aos recibos para cobrança, o panorama não é muito diferente daquele que existiu no exercício de 2007, como se pode concluir pelo próximo quadro e pelos saldos constantes de resumo das contas de ordem.

Designação das contas		RECIBOS PARA COBRANÇA			Saldo para a gerência seguinte (D)=(A)-(B)+(C)
		Saldo de gerência anterior (A)	Movimento anual	Saldo para a gerência seguinte (D)=(A)-(B)+(C)	
09.3	Receita Virtual	1.568.687	Cobrança (B)	Anulação (C)	
09.3.1	Receita Virtual de Anos Anteriores	1.568.687	457	0	0
09.3.2	Receita Virtual do Próprio Ano		0	0	0
	Total	1.568.687			Total
					1.568.230

Unidade: Euros

De facto em relação ao saldo transitado da gerência anterior, apenas se conseguiu cobrar um montante de 457 €

2
0
0
8



EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

O próximo quadro, ilustra a relação entre a previsão e a execução orçamental da receita.

Tipo	ESTRUTURA GERAL DA RECEITA								
	2007			2008			Desvio	Taxa de Execução %	Variação
	Execução	%	Previsão	Execução	%	Valor			
Receitas Correntes	64.124.545	74,41%	59.495.534	49,04%	65.330.229	83,10%	5.834.695	9,81%	109,81% 1,88%
Receitas de Capital	22.027.363	25,56%	61.810.259	50,95%	13.285.316	16,90%	-48.524.942	-78,51%	21,49% -39,69%
Outras Receitas	20.146	0,02%	10.000	0,01%	4.570	0,01%	-5.431	-54,31%	45,70% -77,32%
Total	86.172.054	100,00%	121.315.793	100,00%	78.620.115	100,00%	-42.695.678	-35,19%	64,81% -8,76%

Un:Euros

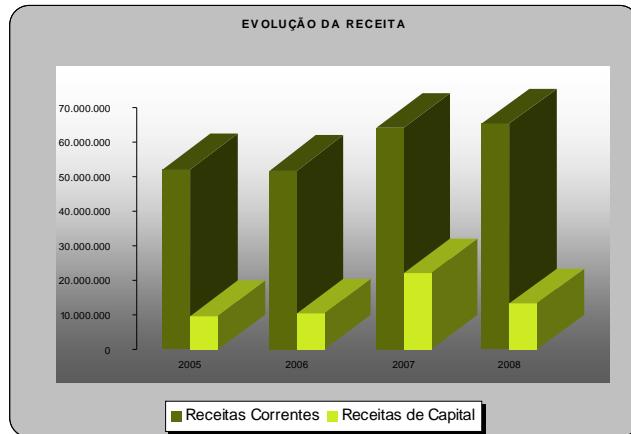
Da análise do quadro, pode-se aferir que, as **receitas correntes**, à semelhança do ano transacto, têm uma taxa de execução notável, superando os 100% face à previsão orçamental, perfazendo 65.330.229€. Constatata-se ainda, que estas têm um peso na estrutura geral da receita de 83,10%. O aumento desta rubrica deve-se, maioritariamente, ao aumento da componente Transferências Correntes.

No que respeita às **receitas de capital**, com uma taxa de execução de 21,49%, apresentam um peso no total da receita arrecadada de 16,90%. O decréscimo desta rubrica deve-se fundamentalmente a um conjunto de expectativas de recebimento que não foram concretizadas no que diz respeito à constituição dos Fundos de Investimento Imobiliário do Aeródromo de Vilar de Luz e da Praça Maior, e ao facto do empréstimo de curto prazo contratado apenas ter sido utilizado parcialmente. Embora sem a mesma ponderação importa também relevar o contributo da alteração da contabilização da cedência de áreas no licenciamento das obras particulares que passou a ser reflectida na componente dos Impostos Indirectos

Sendo de concluir que as receitas correntes têm, como referido anteriormente, uma óptima execução e em consonância com a gerência anterior, as receitas de capital, representam um maior desfasamento entre a previsão e a própria execução. O gráfico que se insere auxilia na visualização do exposto.



Em termos comparativos com anos anteriores, apresenta-se seguidamente um gráfico da evolução das receitas correntes e de capital no último quadriénio:



Analisaremos mais minuciosamente, as Receitas Municipais, nos subgrupos:

- ✓ Receitas Próprias
- ✓ Receitas Liquidadas e Não Cobradas
- ✓ Transferências
- ✓ Passivos

RECEITAS PRÓPRIAS

Tendo em conta a possibilidade que o Município detém em gerar receitas próprias, que em bom rigor, são recursos financeiros localmente criados, sem qualquer tipo de interferência de terceiros, centramos a análise nessa vertente de arrecadação de receita expurgando as componentes relativas a transferências e empréstimos contraídos.

São abrangidas, no subgrupo das Receitas Próprias, as componentes constantes do quadro subsequente, sendo estas devidamente repartidas em receitas correntes ou receitas de capital.

	RECEITAS PRÓPRIAS								
	2006		2007		2008		% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação			
Correntes									
Impostos Directos	34.463.806	6,10%	39.434.105	14,42%	37.057.703	-6,03%	61,20%	56,72%	47,14%
Impostos Indirectos	2.941.310	-41,15%	6.027.359	104,92%	8.365.849	38,80%	13,82%	12,81%	10,64%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.358.747	0,39%	1.688.379	24,26%	1.049.690	-37,83%	1,73%	1,61%	1,34%
Rendimentos de Propriedade	151.696	-59,44%	2.259.571	1389,54%	2.497.397	10,53%	4,12%	3,82%	3,18%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	4.072.875	8,71, %	3.007.165	-26,17%	3.116.736	3,64%	5,15%	4,77%	3,96%
Outras Receitas Correntes	401.560	-65,21%	310.652	-22,64%	804.382	158,93%	1,33%	1,23%	1,02%
Total	43.389.994	-1,63%	52.727.231	21,52%	52.891.758	0,31%	87,34%	80,96%	67,28%
Capital									
Venda de Bens de Investimento	1.535.862	-18,70%	8.981.479	484,78%	7.663.234	-14,68%	12,65%	11,73%	9,75%
Outras Receitas de Capital	563.374	182,60%	212.321	-62,31%	105	-99,95%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	2.099.236	0,52%	9.193.801	337,96%	7.663.338	-16,65%	12,66%	11,73%	9,75%
Total das Receitas Próprias	45.489.230	-1,53%	61.921.032	36,12%	60.555.096	-2,21%	100,00%	92,69%	77,02%
Total das Receitas Correntes	51.888.007	-0,69%	64.124.545	23,58%	65.330.229	1,88%	-	100,00%	83,10%
Total das Receitas	62.533.204	0,87%	86.172.054	37,80%	78.620.115	-8,76%	-	-	100,00%

Un-Euros



Relativamente a este subgrupo, é de referir o decréscimo de 2,21%, tendo este sido influenciado particularmente pelos Impostos Directos, -6,03%, dado que o seu peso nas Receitas Próprias é bastante significativo ao atingir os 61,20%. A repercussão, desse valor negativo nas receitas, foi camuflada pelo aumento da outra componente que apesar de não ser tão expressiva no peso, é também importante, os Impostos Indirectos. Outras variações negativas que influenciaram o decréscimo referido, foram as vertentes Taxas, Multas e Outras Penalidades e Venda de Bens de Investimento. Destaca-se também as outras receitas correntes, com variação positiva de 158,93%, mas que não tem grande influência, dado que o seu peso na receita é pouco significativo, 1,33%.

No que concerne a Taxas, Multas e Outras Penalidades, a componente que mais influenciou o resultado negativo de 37,83%, foram os Loteamentos e Obras, resta elucidar que este elemento refere-se a taxas de urbanização solicitadas por particulares, espelhando assim o período de recessão económica que o próprio país atravessa.

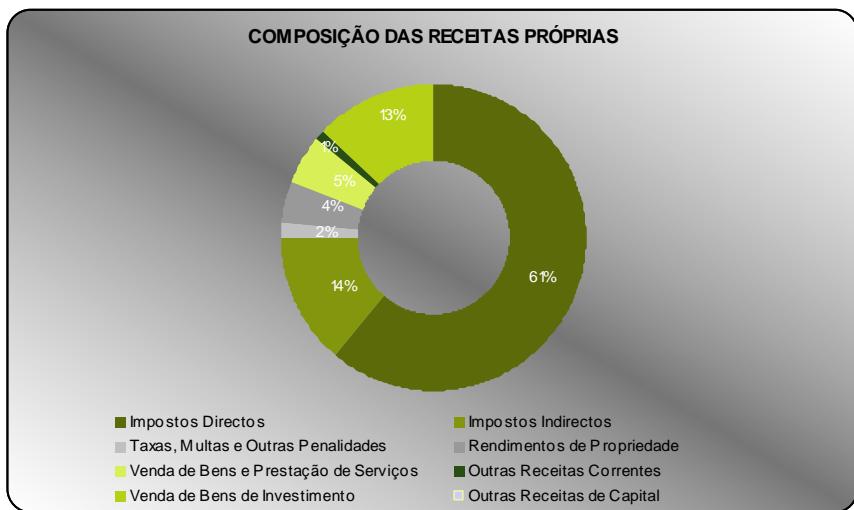
Os Rendimentos de Propriedade sofreram um acréscimo de 10,53%, impulsionado em grande parte pelo aumento das rendas de concessão à EDP, acréscimo que é definido pela Portaria n.º 437/2001 de 28 de Abril.

A Venda de Bens e Serviços Correntes aumentou ligeiramente, 3,64%, tendo os Serviços Sociais, Recreativos e Culturais, um papel preponderante, não sendo maior a visibilidade, em parte devido ao decréscimo registado nas Vistorias e Ensaios.

O decréscimo verificado na rubrica Venda de Bens de Investimento, 14,68% deve-se sobretudo ao elemento Terrenos, parte em consequência da alteração contabilística da cedência de áreas inerentes aos licenciamentos de obras particulares, que em 2007 representou uma arrecadação de receita no montante de 957.112,14€ e que passou a ser vertido nos Impostos Indirectos. Outra componente com um decréscimo análogo foi a venda de terrenos perfazendo 919.822,46€, e que resultou principalmente da redução da receita arrecadada associada à constituição do Fundo de Investimento Imobiliário da Bolsa de Imóveis, quando comparada com a do MaiaGolfe.

Como referimos anteriormente, a componente mais marcante das receitas próprias com um peso de 61,20% é os impostos directos, seguindo-se os impostos indirectos com 13,82%, e a venda de bens de investimento com 12,65%.

De seguida, ilustra-se a importância de cada uma das componentes, das receitas próprias anteriormente explanadas, com um gráfico e procede-se a uma avaliação mais pormenorizada das rubricas com maior relevância.



Impostos Directos

Importa salientar, relativamente a esta rubrica, as componentes IMI, Derrama e IMT, dado que são as que maior peso têm na arrecadação da receita conforme se apura do quadro infra.

	IMPOSTOS DIRECTOS						
	2007	2008	Peso	variação	Taxa de Execução		
	Execução	Previsão					
Impostos directos							
Contribuição Autárquica	621.554	916.300	160.879	0,43%	-74,12%	17,56%	
Imposto Municipal s/ Imóveis	16.218.807	14.930.900	18.176.964	49,05%	12,07%		
Imposto Único de Circulação	0	1.811.700	1.880.739	5,08%		103,81%	
Imposto Municipal s/ Veículos	1.946.463	100	0				
Imposto de Sisa	1.187.498	1.038.800	432.129	1,17%	-63,61%	41,60%	
Derramas	6.824.218	7.155.100	7.548.801	20,37%	10,62%	105,50%	
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	12.570.244	10.068.500	8.788.862	23,72%	-30,08%	87,29%	
Contribuição Especial	40.559	32.800	69.328	0,19%	70,93%	211,37%	
Impostos Directos Diversos	24.763	100	0	0,00%	-100,00%	0,00%	
Total	39.434.105	35.954.300	37.057.703	100,00%	-6,03%	103,07%	

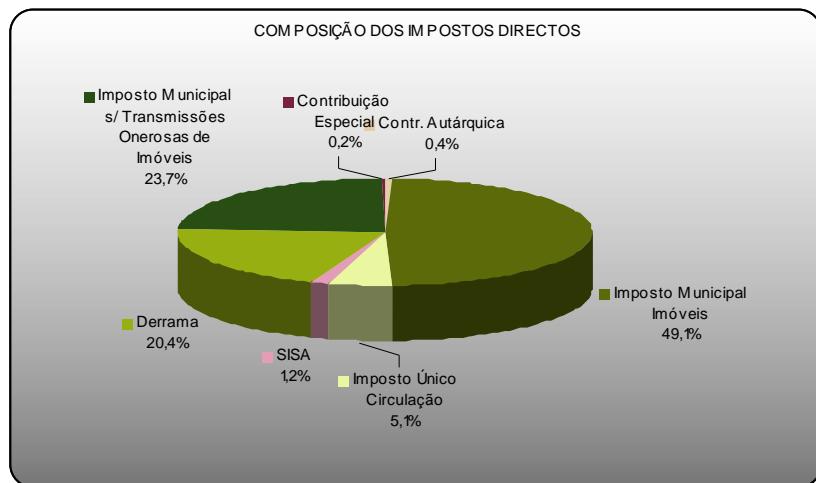
Unit: Euros

A argumentação para as variações imputadas ao IMI (12,07%) e ao IMT (-30,08%), não pode ser disso ciada da conjuntura económica actual. Sendo certo que, ao IMI correspondem as habitações que foram adquiridas há pelo menos 10 anos e como tal, estão em circunstância de perda de isenção da contribuição deste imposto, a natureza do IMT é a oposta, ou seja, é aplicado aos novos investimentos habitacionais.

A Derrama tem um peso de 20,37% no total dos Impostos Directos e sofreu um incremento de 10,62%, relativamente ao ano transacto. Ressalva-se que no ano em apreço, o lançamento da derrama foi aprovado pelo valor de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC, ao abrigo do disposto no artigo 14.^º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro. No ano de 2007, a Derrama lançada era de 10% sobre a colecta do IRC.

Uma breve abordagem à Contribuição Especial e aos Impostos Directos Diversos, não pela sua importância nesta rubrica, dado que esta é quase nula para o primeiro caso e mesmo nula no segundo, tornando-se no entanto necessário esclarecer que, relativamente à Contribuição Especial, o valor é bastante superior, em virtude de o montante de 22.352,48€ ter sido arrecadado em processos de execução fiscal, caso contrário, o valor seria muito próximo da gerência anterior. Quanto aos Impostos Directos Diversos, a receita relativa a 2007 era na realidade referente a IUC, que no ano em consideração tem rubrica própria.

Demonstra-se seguidamente, com a introdução de um gráfico, a Composição dos Impostos Directos.



Impostos Indirectos

O quadro subsequente reflecte a composição dos impostos indirectos no ano em análise e compara com anos anteriores.

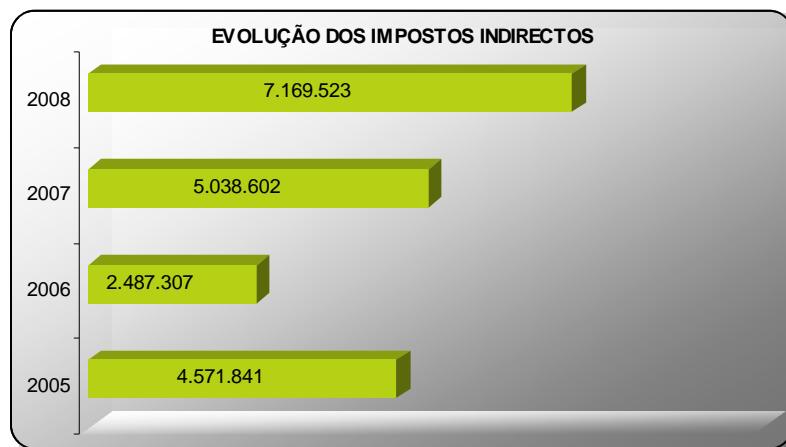
	EVOLUÇÃO DOS IMPOSTOS INDIRECTOS							
	2005		2006		2007		2008	
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação
Mercados e Feiras	40	-26,91%	70	75,00%	96	37,36%	40	-58,17%
Loteamentos e Obras	4.571.841	-4,63%	2.487.307	-45,60%	5.038.602	102,57%	7.169.523	42,29%
Ocupação da Via Pública	34.715	31,45%	36.818	6,06%	485.148	1217,69%	701.560	44,61%
Publicidade	181.346	12,49%	183.789	1,35%	281.440	53,13%	227.173	-19,28%
Outros	210.455	5,27%	233.326	10,87%	222.073	-4,82%	267.552	20,48%
Total	4.998.397	11,55%	2.941.310	-41,15%	6.027.359	104,92%	8.365.849	38,80%

Un:Euros

Do panorama anteriormente apresentado, conclui-se que, a componente preponderante é a de Loteamentos e Obras que contribui com 85,70% da execução dos impostos indirectos e representa um aumento de 42,29% face ao período imediatamente anterior. Convém focar que parte deste acréscimo, no montante de 2.130.920,99€, é devido à alteração contabilística já anteriormente relatada. É relevante salientar que a distinção entre a componente de Loteamentos e Obras constante da rubrica Taxas e esta aqui contemplada, é que a agora estudada se refere a taxas de urbanização solicitadas por empresas. Evidenciam-se, neste âmbito as empresas: Carrefour - Exploração de Centros Comerciais, S.A. 2.641.240,07€, F.D.O Construções S.A. 1.487.416,09€ e Mergarden - Imobiliária 253.202,53€

No que respeita à Ocupação da Via Pública, embora não sendo tão expressiva em termos de peso ao nível de execução da receita, no ano de 2008 obteve uma variação positiva de 44,61%. Sobressaem aqui os SMAS, com as licenças de ocupação de tubos e condutas no montante de 666.737,41€

Introduz-se agora um gráfico que retrata a evolução dos impostos indirectos ao longo do último quadriénio.

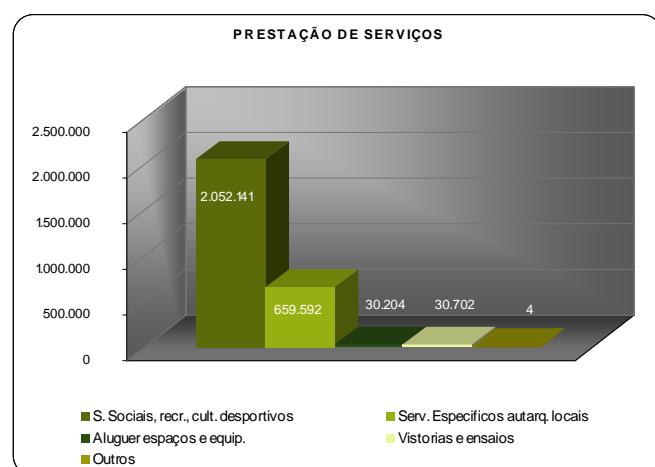


Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes

A Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes, encontra-se distribuída da seguinte forma:

VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES						
	2007	2008	Peso	Variação	Taxa de Execução %	
	Execução	Previsão	Execução			
Venda de Bens	10.660	6.700	14.541	0,47%	36,41%	
Prestação Serviços Diversos						
S. Sociais, recr., cult. desportivos	2.004.153	1.485.200	2.052.141	65,87%	2,39%	138,17%
Serv. Específicos autarq. locais	592.117	384.800	659.592	21,17%	11,40%	171,41%
Aluguer espaços e equip.	29.953	31.900	30.204	0,97%	0,84%	94,68%
Vistorias e ensaios	51.758	52.300	30.702	0,99%	-40,68%	58,70%
Outros	2	100	4	0,00%	70,37%	4,14%
Sub Total	2.688.642	1.961.000	2.787.183	89,47%	3,67%	142,13%
Rendas e Alugueres						
Habitação e edifícios	318.523	369.800	329.553	10,58%	3,46%	89,12%
Outros- Rendas e alugueres	0	100	0	0,00%	0,00%	0,00%
Sub Total	318.523	369.900	329.553	10,58%	3,46%	89,09%
Total	3.007.165	2.330.900	3.116.736	100,05%	3,64%	133,71%

Un:Euros



Da análise desta rubrica, evidenciam-se as componentes: serviços sociais, recreativos culturais e desportivos, com um peso relativo de 65,87% e os serviços específicos das autarquias locais, com 21,17%.

Apreciando os serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos, descontina-se que, o elemento mais importante é os serviços desportivos com o montante de 1.723.423,59€. É razoável que esta seja a componente que mais se evidencia devido à política de incremento desportivo, levada a cabo pelo município nomeadamente no apoio às diversas colectividades desportivas.

Quanto aos serviços específicos das autarquias locais, destaca-se a venda de senhas de refeição escolares para as EB1, sendo de anotar que o município para além de assumir a totalidade do custo das refeições escolares no caso de alunos carenciados, assume também uma quota parte dos custos da restante população escolar, considerando que os encarregados de educação só suportam 1,20€ por refeição quando o seu custo representa 1,59€.

Vendas de Bens de Investimento

Representam 12,65% das receitas próprias e sofreram um decréscimo de 14,68%, fruto da presente contabilização associada à cedência de áreas nos licenciamentos de obras particulares essencialmente requeridos por empresas na rubrica impostos indirectos.

Destaca-se nesta componente, o elemento venda de terrenos, com um montante de 6.727.127,57€, sendo de mencionar a arrecadação de 4.370.000,00€, em consequência da constituição de um Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado MAIA IMO, inerente à política de rentabilização de património estabelecida pelo município.

Seguidamente, apresenta-se um quadro ilustrativo dos terrenos que constituem o fundo supra mencionado.

TERRENOS VENDIDOS PARA CONSTITUIÇÃO DO FUNDO		Valor Venda
Parcela de terreno destinada à construção do centro de desportos equestres - Lugar da Igreja		100.000,00
Parcela de terreno rústico destinado à construção do centro de desportos equestres - Lugar da Tapada		282.000,00
Terreno rústico denominado "Bouça Nova" destinado à construção do centro de desportos equestres - Lugar de Frejufe		148.000,00
Terreno rústico destinado à construção do centro de desportos equestres - Lugar da Igreja		500.000,00
Parcela de terreno N.º 15A, destinado à construção do centro de desportos equestres - Lugar de Frejufe		139.000,00
Parcela de terreno N.º 15, destinado à construção do centro de desportos equestres - Lugar de Frejufe		91.000,00
Parcela de terreno (Antigo campo de jogos de Vermoim - desactivado)		803.000,00
Parcela de terreno - Urbanização Novo Rumo		840.000,00
Parcela de terreno - Rua Carlos Felgueiras		395.000,00
Parcela de terreno - Lugar da Vessada		156.500,00
Parcela de terreno - Lugar do Rio		232.400,00
Parcela de terreno - Lugar de Casal		21.100,00
Parcela de terreno - Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras		662.000,00
TOTAL		4.370.000,00

Un:Euros

RECEITAS LIQUIDADAS E NÃO COBRADAS

O cenário, relativamente às receitas liquidadas e não cobradas, ilustra-se no quadro seguinte.

Receitas	MAPA DE CONTROLO DA RECEITA							
	Receitas por cobrar no início do período	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receitas Cobradas Brutas	Reembolsos/ Restituições		Receita Cobrada Líquida	Receitas por cobrar
Impostos Directos	37.075.841	18.138	37.057.703	1.322.264	1.322.264		35.735.439	
Impostos Indirectos	2.445.183	11.198.411	450.754	8.365.849	15.774	15.229	8.350.620	4.826.991
Taxas, Multas e Outras Penalidades	492.783	1.078.587	81.952	1.049.690	533	514	1.049.176	439.727
Rendimentos de Propriedade	600	2.497.576		2.497.397	460	460	2.496.937	779
Transferências Correntes		12.438.471		12.438.471			12.438.471	
Venda de Bens e Serviços Correntes	170.924	3.207.116	10.756	3.116.736	1.910	1.910	3.114.826	250.548
Outras Receitas Correntes	833.052	210.042	5.693	804.382	43	43	804.339	233.019
Vendas de Bens de Investimento	2.195.449	7.603.371	27.746	7.663.234			7.663.234	2.107.840
Transferências de Capital		3.621.978		3.621.978			3.621.978	
Passivos Financeiros		2.000.000		2.000.000			2.000.000	
Outras Receitas de Capital	1.513.546		105				105	1.513.441
Total	7.651.537	80.931.393	595.039	78.615.545	1.340.984	1.340.420	77.275.125	9.372.346

Un. Euros

Daqui se conclui que, as receitas liquidadas e não cobradas ascendem ao montante de 9.372.346€, apresentando um incremento de 22,49% em relação ao ano transacto, fruto sobretudo da área de loteamentos e obras.

Neste âmbito, as componentes mais representativas são os Impostos Indirectos, as Vendas de Bens de Investimento e as Outras Receitas de Capital.

Os impostos indirectos, representam 51,50% destas receitas, salientando-se que a rubrica de loteamentos e obras, só por si, abrange 3.262.365,52€ onde estão incluídas as receitas por arrecadar das taxas de urbanização e das taxas por não cedência de área. A ocupação de via pública, cabe outra parte da fatia que não sendo tão expressiva quanto a anterior, é significativa, totalizando 1.482.921,03€, sendo certo que, 1.474.809,10€ corresponde à dívida da Portgás à Autarquia por ocupação de domínio público.

Quanto às Vendas de Bens de Investimento, é procedente, na sua totalidade, de taxas urbanísticas pela não cedência de áreas, transitadas de gerências anteriores e que se encontram em cobrança coerciva.

A receita não cobrada da componente Outras Receitas de Capital, está relacionada com reembolsos derivados de encargos assumidos com amortizações dos empreendimentos PER, geridos pela empresa Espaço Municipal, à qual corresponde o montante de 1.320.308,51€

Interessa evidenciar que parte das dívidas anteriormente mencionadas, no montante de 1.226.088,17€ já se encontra para cobrança coerciva em sede de execução fiscal.

Quanto às liquidações anuladas, anota-se que cerca de 350.000€ correspondem a meras rectificações das guias de receita, que por imperativo da aplicação informática, exigem a anulação do documento original e a emissão de novo documento, empolando assim o valor real das anulações.

TRANSFERÊNCIAS

Na óptica da contabilidade orçamental as receitas provenientes de transferências subdividem-se em correntes e de capital, podendo ser definidas como aquelas que são recebidas sem que exista uma contra-

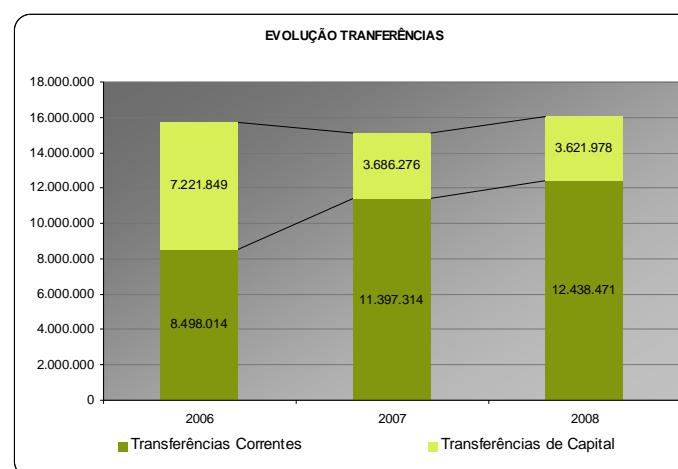
partida real e que se destinam ao financiamento de despesas correntes ou sem uma afectação conhecida *a priori*, no caso das correntes, e para financiamento de despesas de capital no segundo caso. Quando se diz que são concedidas sem uma contrapartida, em boa verdade tal não é exacto, já que, a contrapartida que está na base dessas transferências é a de financiar a prestação de serviços públicos à comunidade, bem como realizar investimentos em favor dessa mesma comunidade. Ou seja, não são verdadeiramente inócuas, como a definição deixa transparecer, elas trazem consigo um determinado objectivo que deve ser realizado, ou seja a produção de melhores serviços e bens públicos, e poderá dizer-se que esta é uma grande contrapartida que nem todos conseguem realizar.

No quadro a seguir reflectido aparece a natureza e montante das transferências efectuadas no último triénio, as quais têm contribuído para a concretização dos objectivos do serviço público prestado.

TRANSFERÊNCIAS						
	2006	2007	Variação 06/07	2008	Peso	Variação 07/08
Transferências Correntes	8.498.014	11.397.314	34,1%	12.438.471	77,4%	9,1%
Transferências do Estado	8.470.884	11.352.393	34,0%	12.384.915	77,1%	9,1%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	0	2.724.387		2.996.769	18,7%	10,0%
Fundo Social Municipal	0	1.562.760		1.766.303	11,0%	13,0%
Participação no IRS	0	4.853.545		5.469.818	34,1%	12,7%
Duodécimo de Janeiro - Fundo Geral Municipal	0	522.753		0	0,0%	-100,0%
Duodécimo de Janeiro - Fundo Base Municipal	0	54.013		0	0,0%	-100,0%
Outros	1.549.678	1.634.935	5,5%	2.152.025	13,4%	31,6%
Fundo Geral Municipal	6.273.045	0	-100,0%	0	0,0%	
Fundo Base Municipal	648.161	0	-100,0%	0	0,0%	
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	0	13.281		15.596	0,1%	17,4%
Serviços e Fundos Autónomos	5.000	9.779	95,6%	4.500	0,0%	-54,0%
Segurança Social	22.130	21.860	-1,2%	33.460	0,2%	53,1%
Transferências de Capital	7.221.849	3.686.276	-49,0%	3.621.978	22,6%	-1,7%
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	0			11.648	0,1%	
Transferências do Estado	5.100.540	2.466.603	-51,6%	2.224.128	13,8%	-9,8%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	0,00	1.546.352		1.997.846	12,4%	29,2%
Duodécimo de Janeiro - Fundo Geral Municipal	0,00	348.502		0	0,0%	-100,0%
Duodécimo de Janeiro - Fundo Base Municipal	0,00	36.008		0	0,0%	-100,0%
Cooperação técnica e financeira	486.402,71	535.741	10,1%	226.282	1,4%	-57,8%
Outros	0,00	0		0	0,0%	
Fundo Geral Municipal	4.182.030,00	0	-100,0%	0	0,0%	
Fundo Base Municipal	432.107,00	0	-100,0%	0	0,0%	
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	1.905.280	1.131.984	-40,6%	1.250.914	7,8%	10,5%
Serviços e Fundos Autónomos	216.030	87.689	-59,4%	135.288	0,8%	54,3%
TOTAL	15.719.864	15.083.589	-4,0%	16.060.449	100,0%	6,5%

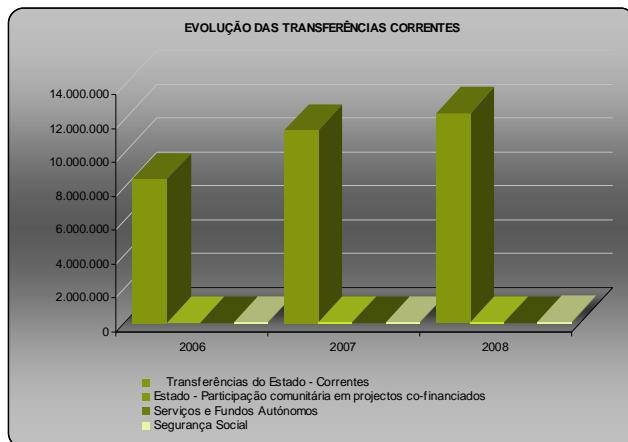
Un.Euros

Da apreciação destes dados, a principal conclusão que se extrai é que houve um acréscimo de cerca de 6,5% no global das transferências face ao ano de 2007, elevando-o para valores próximos dos de 2006. Tal acréscimo face a 2007, está essencialmente associada às transferências correntes do Estado que aumentaram globalmente cerca de 1.000.000 €, isto é, 9,10%. O gráfico seguinte é ilustrativo do panorama geral em matéria de transferências:



Transferências Correntes

No que se refere a cada uma das componentes das transferências, observa-se no caso das correntes uma substancial modificação a partir do ano de 2007, a qual derivou sobretudo da alteração na Lei das Finanças Locais e consequente alteração nas transferências de fundos. O gráfico subsequente permite acompanhar de forma mais elucidativa tal alteração:



Ao abrigo da anterior Lei das Finanças Locais apenas existiam dois fundos:

- ✓ O Fundo Geral Municipal, que tinha como objectivo dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respectivos níveis de funcionamento e investimento. Esta receita foi no ano de 2006 a principal componente das transferências (correntes e capital), representando as correntes, cerca de 53% do total das transferências. No ano de 2006 o FGM assume uma percentagem de 74% do total das transferências correntes e 39% do total das transferências.
- ✓ O Fundo de Base Municipal que correspondia a 4,5% da participação dos municípios nos impostos do Estado e tinha como objectivo dotá-los de capacidade financeira mínima para o seu funcionamento, repartindo-se igualmente por todos. Esta transferência representou no ano de 2006, 4% do total das transferências e de cerca de 8% das correntes.

A partir do ano de 2007 com a entrada em vigor da Nova Lei das Finanças Locais (Lei 02/2007), como já foi mencionado, alterou-se a estrutura das transferências:

- ✓ O Fundo Geral Municipal passa a ser uma das componentes do Fundo de Equilíbrio Financeiro em paridade com o Fundo de Coesão. Verifica-se então que em 2008, o Fundo Geral Municipal, de natureza corrente, que representa a totalidade do Fundo de Equilíbrio Financeiro, pelo facto deste município não ter direito a Fundo de Coesão, tem uma representatividade de cerca de 21% do total das transferências, quando em 2006 representava cerca de 39% das mesmas.
- ✓ E surgiram dois novos fundos de carácter corrente, a Participação no IRS e o Fundo Social Municipal, que vieram ponderar de forma diferente a repartição das transferências do Estado, adquirindo as correntes um novo peso no total das transferências, sem prejuízo de parte destas receitas poderem ser afectadas a despesas de capital.

Neste novo contexto é a “Participação no IRS”, que adquire maior relevância. Esta receita depende de deliberação a ser comunicada à Direcção-Geral dos Impostos até 31 de Dezembro do ano anterior àquele

a que respeitam os rendimentos, embora para 2007 e 2008 a taxa tenha sido fixada obrigatoriamente em 5%, face à redacção do artigo 59º da referida lei. Em termos de valor absoluto esta rubrica atingiu mais de 4,8 milhões de euros em 2007 e cerca de 5,5 milhões de euros em 2008, sendo que, neste último ano representa cerca de 44% das transferências correntes e de 34% do total das transferências. A presente componente vê assim reforçado o seu peso, não obstante um abrandamento da actividade económica em 2007, variável esta a ser tomada em consideração, dado que o valor final destas transferências está correlacionado com o nível de crescimento da economia, não podendo no entanto afirmar-se que tal correlação é unicamente dependente desta variável.

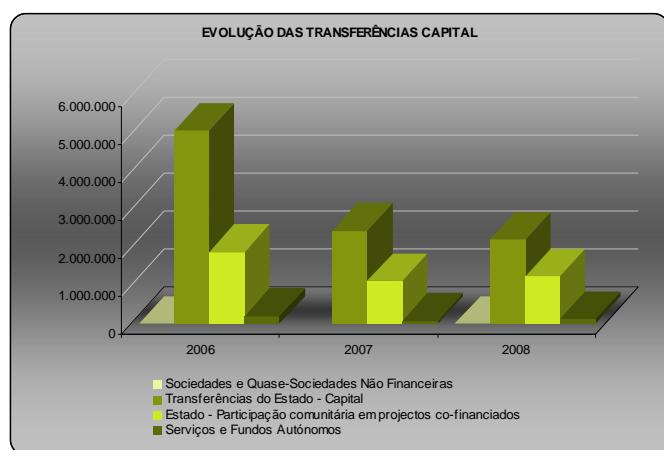
O outro fundo que surge na nova Lei das Finanças Locais de natureza corrente é o “Fundo Social Municipal”, que se destina a financiar determinadas despesas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na acção social. Este fundo atingiu em 2007 cerca de 14% das transferências correntes e de 10% da totalidade das transferências. Em 2008 anota-se que teve um acréscimo de 13% em relação ao ano anterior, representando também um ligeiro aumento na sua representatividade.

Face ao exposto, é notório que a rubrica transferências correntes do “Estado”, no âmbito da Lei das Finanças Locais adquiriu uma nova expressividade com a alteração legislativa, sendo que, tais transferências em 2006 tiveram um peso de 52% do total das transferências, passando em 2007 para cerca de 75% e em 2008 para cerca de 77%.

No que toca à rubrica “Outros” verifica-se que a mesma tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, apresentando no exercício de 2008 um acréscimo de 31,63% em relação a 2007, acréscimo este impulsionado pelas transferências da D.R.E.N. no âmbito dos diversos protocolos assinados com o município na área da educação, reflectindo a crescente procura destes serviços no município.

Transferências de Capital

Quanto às transferências de capital, estas tiveram uma diminuição global. O gráfico seguinte é elucidativo:



Conforme se pode concluir da observação deste gráfico existiu uma quebra muito expressiva nas transferências de capital, nomeadamente nas transferências do “Estado”, em resultado da Lei das Finanças Locais. Comparando a componente “Fundo Geral Municipal” de 2006 com o “Fundo de Equilíbrio Financeiro” de 2007 e 2008, cuja componente é “Fundo Geral Municipal”, apura-se uma diminuição de mais de 2 milhões de euros. Não obstante este facto, em 2008 este tipo de receita teve um acréscimo em relação

a 2007 de cerca de 5,44%, se considerarmos em 2007 o duodécimo do mês de Janeiro do FGM adicionado do FEF, parte capital desse ano. Verifica-se assim que o peso das transferências de capital no total das transferências diminuiu nos anos de 2007 e 2008 para cerca de metade daquelas que existiram em 2006.

De facto a diferença apurada é na sua maioria explicada pela diminuição das transferências de capital no âmbito da nova lei, existindo ainda um menor contributo da “Participação comunitária em projectos co-financiados” e transferências de “Serviços e Fundos Autónomos”.

Promovendo uma avaliação de forma mais desagregada, conforme expressa no quadro seguinte, pode-se apreciar com mais pormenor o conteúdo de algumas rubricas correntes e de capital:

TRANSFERÊNCIAS DESAGREGADAS		2008
Transferências Correntes:		12.438.471
Estado		12.384.915
Fundo de Equilíbrio Financeiro		2.996.769
Fundo Social Municipal		1.766.303
Participação no IRS		5.469.818
Outros:		2.152.025
D.R.E.N. - Transporte de Alunos com Deficiência		5.984
D.R.E.N. - Programa de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo Ensino Básico		980.952
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Ação Educativa		383.385
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social		450.319
D.R.E.N. - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1.º Ciclo		222.712
Ministério da Administração Interna - Recenseamento Eleitoral		2.654
Direcção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares		61.020
Direcção Geral dos Recursos Florestais - Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal		30.000
Agência Portuguesa do Ambiente - Protocolo para Elaboração do Mapa do Ruido		15.000
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados		15.596
CCDRN - Programa de Estágios Profissionais na Administração Local - 1.ª Edição		13.253
Estrutura de Missão do POPH - Estágios Profissionais nas Administração Local - 2.ª Edição		2.343
Serviços e Fundos Autónomos		4.500
Instituto Emprego Formação Profissional - Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato		4.500
Segurança Social		33.460
Sistema de Solidariedade e Segurança Social		33.460
Transferências de Capital:		3.621.978
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras		11.648
Estado		2.224.128
Fundo de Equilíbrio Financeiro		1.997.846
Cooperação técnica e financeira		226.282
Transferência da DREN - Comparticipação na Construção Pavilhão Desportivo de Nogueira		100.099
Transferência da DGIE Do Min. Admin. Interna - Posto GNR - Castelo Maia		126.183
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados		1.250.914
FEDER - Op. Norte - QCAIII - Eixo 1 - Medida 1.3 - Benef. Arruamentos Diversos em Vários Locais do Concelho		4.360
FEDER - Op.Norte - QCA III - Eixo 3 - Med. 3.15 - Benef. E.N.12,13,105,105-2,107,107-1,208,318-1		499.232
FEDER - OP. Norte - QCAIII - Eixo 3 - Medida 3.15 - Benef. E.N. 107, Incluindo Rotundas Padrão e Requeixo		42.827
Programa Operacional Sociedade da Informação - Eixo 2 - Medida 2.1 - Espaço Internet da Maia		548
POS_Conhecimento - Eixo 8 - Medida 8.1 - Projecto Maia Digital		229.342
FEDER - Op. Norte - QCAIII - Eixo 1 - Medida 3.10 - Pavilhão de Gueifães		450.955
FEDER - Op. Norte - QCAIII - Eixo 3 - Medida 3.16 - Parque Verde de Quires		23.650
Serviços e Fundos Autónomos		135.288
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - Programa Especial de Realojamento		135.288
TOTAL		16.060.449

Un:Euros

Neste quadro evidenciam-se componentes que contribuem para a explicação de conclusões que se retiram da leitura de quadros anteriores, como sejam, os valores da rubrica “Comparticipação em projectos

comunitários”, projectos estes na sua maioria em fim de execução, portanto com menor volume de transferências a ser arrecadadas, ainda que, em 2008 se verifique um ligeiro acréscimo face a 2007.

Por outro lado, de igual modo as transferências do Instituto Nacional de Habitação, no âmbito do “Programa Especial de Realojamento têm vindo a reduzir, tendo em conta a execução do projecto global, restando apenas valores residuais, que no entanto no global do financiamento representam ainda mais de 3 milhões de euros de possível receita a arrecadar.

Relevam-se também as transferências da D.R.E.N., que conforme já se referiu sofreram um acréscimo, em muito explicado pela maior procura neste concelho de serviços de educação e outros relacionados, nomeadamente, o programa de enriquecimento curricular e a generalização de refeições escolares a alunos do 1.º ciclo, que aumentaram de forma significativa.

PASSIVOS FINANCEIROS

O regime de crédito das autarquias locais encontra-se regulamentado no art. 38.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), sendo aí estabelecido que:

- ✓ Os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades momentâneas de tesouraria, devendo ser amortizadas num prazo máximo de um ano após a sua contratação, sob pena de tal montante ser considerado para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo. O seu valor não pode exceder em qualquer momento do ano 10% da soma do valor montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participações do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.
- ✓ Os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos, ou ainda para proceder ao saneamento ou reequilíbrio financeiro dos municípios, desde que o montante em dívida desta natureza não exceda, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participações do sector empresarial local, relativas ao ano anterior

Nesta conformidade durante a gerência de 2008, no âmbito das decisões financeiras ao nível da gestão de tesouraria, unicamente foi aprovada a contratação de um empréstimo bancário de curto prazo no montante global de 4.700.000 €, com a instituição Caixa de Crédito Agrícola Mutuo.

A aprovação para a contratação deste empréstimo foi deliberada na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 29 de Novembro de 2007 e Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que se realizou em 19 de Dezembro do mesmo ano, por ocasião da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008.

No que toca a matéria de natureza orçamental importa anotar que deste valor total contratado, apenas foram utilizados 2.000.000€ integralmente amortizados no decurso da gestão em apreço.

Atento o exposto conclui-se que este empréstimo não teve qualquer impacto ao nível do endividamento municipal, que será objecto de uma análise pormenorizada em capítulo próprio.

Com o objectivo de apreciar a repartição da receita na óptica da sua autonomia, considerando que os recursos financeiros dos Municípios resultam de três fontes de financiamento: Receitas Próprias, Transferências e Endividamento, apresenta-se em capítulo próprio um conjunto de indicadores adequados.

2
0
0
8



EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

Neste capítulo efectua-se uma análise da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, bem como da despesa facturada, decompondo esta última em facturação transitada e nova facturação. No âmbito da avaliação da estrutura geral da despesa, apresenta-se um quadro ilustrativo da despesa facturada, paga e prevista.

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA										
2007			2008			Variação 2007/2008				
	Paga (a)	Previsão (b)	Facturada (c)	%	Paga (d)	%	Valor (d)-(a)	Tx Cresc [(d)-(a)]/[(a)]	Desvio (d)-(c)	Taxa de Execução Desp Facturada (c)/(b) Desp Paga (d)/(c)
Despesas Correntes	41.344.768	58.182.270	50.508.074	53,91%	46.684.767	61,83%	5.339.998	12,92%	-3.823.307	86,81% 92,43%
Despesas de Capital	44.960.721	64.199.700	43.175.696	46,09%	28.825.662	38,17%	-16.135.059	-35,89%	-14.350.034	67,25% 66,76%
TOTAL	86.305.490	122.381.970	93.683.770	100,00%	75.510.429	100,00%	-10.795.061	-12,51%	-18.173.342	76,55% 80,60%

Un:Euros

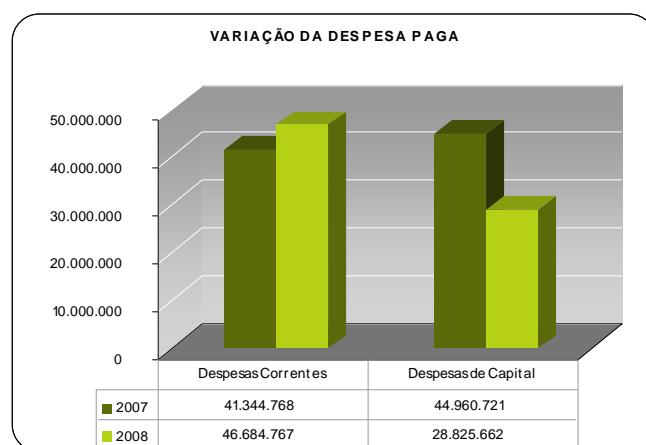
No ano de 2008, a despesa global facturada situou-se em 93.683.770 €, sendo de referir que 22.329.441 € respeitam a despesa transitada do exercício anterior. Relativamente à despesa paga, esta situou-se em 75.510.429 €, traduzindo uma boa taxa de execução de pagamento ao atingir 80,60%.

A taxa de execução da despesa realizada rondou os 77%, demonstrando o rigor da elaboração do orçamento, sendo ainda mais evidente no caso concreto das despesas correntes ao atingir cerca de 87%.

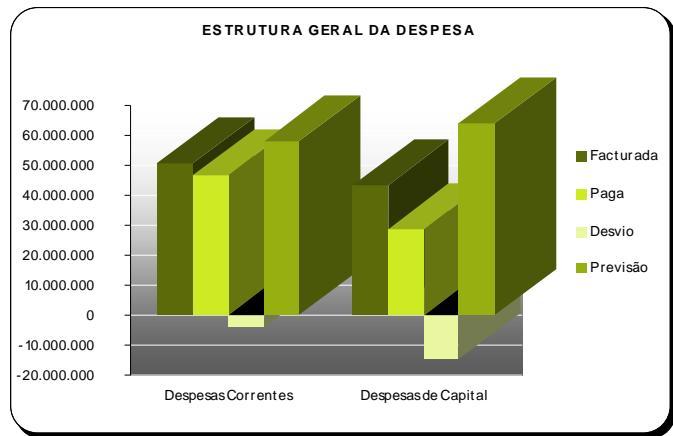
Contrariamente ao verificado em gerências anteriores, apura-se que a facturação das despesas correntes têm um peso superior à das despesas de capital, representando no cômputo geral das despesas 53,91%.

Do ponto de vista financeiro, constata-se que o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas correntes, ao assumirem 61,83% do total geral da despesa paga.

Ao analisar a despesa paga, justifica-se uma apreciação da sua variação no ano de 2007 e 2008, representada no gráfico seguinte.



O próximo gráfico evidencia a despesa prevista, realizada e paga assim como o desvio, no que respeita às despesas correntes e de capital.



Dentro da despesa na sua globalidade, justifica-se fazer uma análise mais detalhada de alguns dos seus subgrupos, dada a relevância que ocupam na estrutura geral da despesa, como sejam:

- ✓ Despesas de Funcionamento
- ✓ Transferências Correntes
- ✓ Investimento Global
- ✓ Serviço de Dívida – esta matéria será avaliada em capítulo próprio no âmbito da Análise do Endividamento.

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

As despesas de funcionamento são um importante índice da diligência do funcionamento Autárquico, na medida em que retratam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela edilidade, agrupando as despesas com pessoal, as despesas com aquisição de bens e serviços e as outras despesas correntes. Apresenta-se de seguida um quadro elucidativo da distribuição destas despesas.

	ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO											
	2007						2008					
	Despesa Facturada			Despesa Facturada			Despesa Facturada			Despesa Facturada		
	Transitada	Nova	Total	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	Transitada	Nova	Total	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)				(d)	(e)	(f)=(d)+(e)			
Pessoal	536.498	15.995.271	16.531.769	52,71%	39,05%	21,05%	414.869	17.526.275	17.941.144	49,84%	37,93%	24,56%
Aquisição de Bens e Serviços	3.592.929	13.120.825	16.713.754	43,24%	32,03%	17,27%	3.096.223	15.007.585	18.103.808	42,68%	32,48%	21,03%
Outras Despesas Correntes	17.763	1.227.747	1.245.510	4,05%	3,00%	1,62%	21.445	2.630.792	2.652.237	7,48%	5,69%	3,69%
Total Desp Funcionamento	4.147.190	30.343.843	34.491.033	100,00%	74,08%	39,93%	3.532.538	35.164.652	38.697.190	100,00%	76,10%	49,28%
Total Despesas Correntes	4.685.444	40.961.219	45.646.664		100,00%	53,91%	4.301.895	46.206.179	50.508.074		100,00%	64,76%
Total Geral Despesas	32.650.702	75.984.229	108.634.931			100,00%	22.329.441	71.354.329	93.683.770			100,00%

Un.€uros
Os valores percentuais foram calculados com base na nova despesa facturada

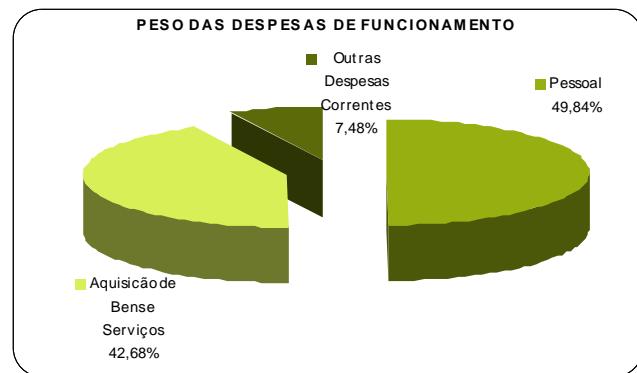
No ano de 2008 as despesas de funcionamento realizadas atingiram o valor de 38.697.190 €, o que representa um crescimento de 12,19% em relação ao ano anterior, sendo de mencionar que daquele total 3.532.538 € respeitam a despesa transitada do exercício anterior.

Da análise do quadro anterior, afere-se que a rubrica de despesas com pessoal é a que tem maior peso no total das despesas de funcionamento no que respeita a nova facturação, ao assumir 49,84%, peso este inferior ao apurado em 2007 (52,71%), o mesmo se verificou com a rubrica de aquisição de bens e

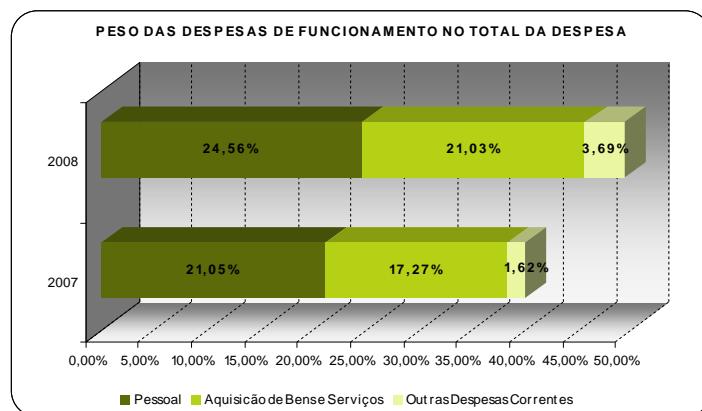
serviços cujo peso diminui ligeiramente em 2008 ao atingir 42,68% do total das despesas de funcionamento.

Ao considerar a despesa realizada total, isto é, a despesa facturada não só no próprio ano como a transitada, a aquisição de bens e serviços passa a ser a rubrica com maior peso, ao assumir 46,78% do total das despesas de funcionamento.

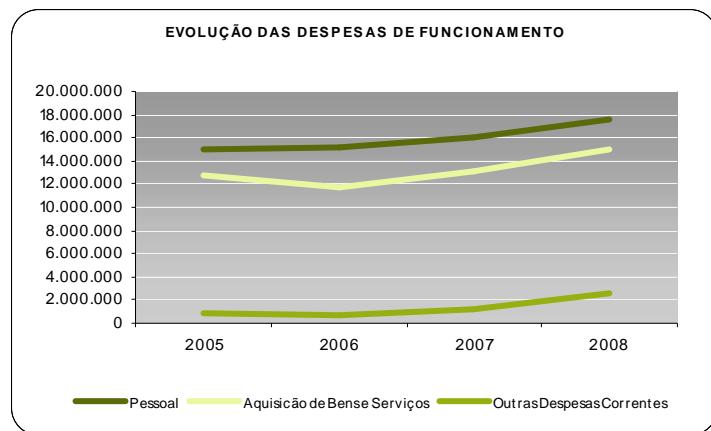
Com o objectivo de melhor apreciar o peso das despesas de funcionamento no exercício de 2008, insere-se seguidamente um gráfico.



As despesas de funcionamento realizadas no que respeita à nova facturação, têm um peso muito significativo quer no total das despesas correntes, quer na despesa total, ao representarem 76,10% e 49,28% respectivamente.



Analizando o próximo gráfico, constata-se que as despesas de funcionamento na sua globalidade, diminuíram ligeiramente até ao ano de 2006, voltando a aumentar a partir de 2007 e 2008, facto a que não está alheio o acréscimo das transferências de competências da Administração Central, em especial na área da educação.



A seguir procede-se a uma análise mais detalhada das despesas com Pessoal e da Aquisição de Bens e Serviços que integram esta tipologia de despesa.

DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com Pessoal ocupam um grande peso na globalidade das despesas correntes da Autarquia, esta rubrica integra a estrutura geral das despesas de funcionamento, representando 37,93% das despesas correntes e cerca de 50% das despesas de funcionamento.

DESPESAS COM PESSOAL						
	2006	2007	2008	Variação		
	Desp Facturada	Desp Facturada	Desp Facturada	Peso	Valor	Tx Cresc
Remunerações Certas e Permanentes						
Titulares de órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	131.550	194.839	155.736	0,87%	-39.103	-20,07%
Pessoal dos quadros- Regime da função pública	7.582.102	7.535.957	7.879.798	43,92%	343.842	4,56%
Pessoal contratado a termo	368.978	734.584	1.714.204	9,55%	979.620	133,36%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	1.350.819	1.317.493	921.635	5,14%	-395.858	-30,05%
Pessoal aguardando aposentação	6.481	9.098	13.502	0,08%	4.403	48,40%
Pessoal em qualquer outra situação	51.180	56.195	22.075	0,12%	-34.120	-60,72%
Representação	111.820	116.850	140.125	0,78%	23.275	19,92%
Suplementos e prémios	0	0	0	0,00%	0	
Subsídio de refeição	799.330	823.624	842.768	4,70%	19.144	2,32%
Subsídios de férias e de Natal	1.424.792	1.456.985	1.671.476	9,32%	214.491	14,72%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	257.643	350.308	314.235	1,75%	-36.073	-10,30%
Subtotal	12.084.695	12.595.932	13.675.554	76,22%	1.079.621	8,57%
Abonos Variáveis ou eventuais						
Gratificações variáveis ou eventuais	0	0	0	0,00%	0	
Horas extraordinárias	275.252	238.997	247.824	1,38%	8.827	3,69%
Alimentação e alojamento	0	0	0	0,00%	0	
Ajudas de custo	11.208	16.177	11.635	0,06%	-4.542	-28,08%
Abono para falhas	5.659	4.514	3.128	0,02%	-1.386	-30,71%
Formação	0	0	0	0,00%	0	
Colaboração técnica e especializada	0	0	0	0,00%	0	
Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	0	0	0	0,00%	0	
Subsídio de prevenção	0	0	0	0,00%	0	
Subsídio de trabalho nocturno	0	3.663	6.177	0,03%	2.515	68,66%
Subsídio de turno	326.074	320.115	335.608	1,87%	15.493	4,84%
Indemnizações por cessação de funções	0	0	0	0,00%	0	
Outros suplementos e prémios	66.480	69.581	64.534	0,36%	-5.048	-7,25%
Subtotal	684.674	653.047	668.905	3,73%	15.859	2,43%
Segurança Social						
Encargos com a saúde	1.076.972	1.182.221	1.156.022	6,44%	-26.199	-2,22%
Outros encargos com a saúde	203.507	218.477	222.498	1,24%	4.021	1,84%
Subsídio familiar a crianças e jovens	145.404	144.299	129.045	0,72%	-15.254	-10,57%
Outras prestações familiares	6.477	11.789	13.761	0,08%	1.972	16,73%
Contribuições para a segurança social	1.353.151	1.602.535	1.941.541	10,82%	339.005	21,15%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	140	0	0,00%	-140	-100,00%
Seguros	101.431	123.329	133.819	0,75%	10.490	8,51%
Outras despesas de segurança social	0	0	0	0,00%	0	
Subtotal	2.886.942	3.282.790	3.596.685	20,05%	313.895	9,56%
TOTAL	15.656.311	16.531.769	17.941.144	100,00%	1.409.375	8,53%

Un: Euros

A despesa facturada diz respeito a despesa realizada no próprio ano, não havendo despesa transitada, excepto nas rubricas de Encargos com a Saúde e Seguros.

Perante a apreciação do quadro conclui-se que, no ano de 2008 as despesas com pessoal tiveram um acréscimo de 8,53% em relação ao ano de 2007, justificado pelo crescimento das despesas com Remunerações Certas e Permanentes, Abonos Variáveis ou Eventuais e despesas com a Segurança Social. Apenas uma parte deste aumento provém da actualização dos vencimentos que no exercício de 2008 foi de 2,1%.

As Remunerações Certas e Permanentes representam 76,22% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de 13.675.554 € neste exercício económico.

Esta rubrica evidencia um acréscimo relativamente ao ano de 2007 de 8,57%, justificado fundamentalmente pelo aumento na rubrica de Pessoal Contratado a Termo, em consequência na sua maioria de novas contratações na área da educação, tendência esta já visível desde 2006, designadamente no que toca a:

- ✓ Auxiliares de Acção Educativa e Animadores Culturais afectos ao Prolongamento de Horário, cuja despesa ascendeu a 401.843 €
- ✓ Pessoal afecto a funções educativas no âmbito do Programa de Enriquecimento Curricular no valor de 426.448 €

Outra componente que contribuiu para aquele acréscimo foi o aumento das despesas com o Pessoal dos Quadros – Regime da Função Pública, incluindo o Subsídio de Férias e de Natal, em resultado das nomeações para cargos dirigentes e das reclassificações por desajustamento profissional, cujo valor ascendeu a 169.215 €

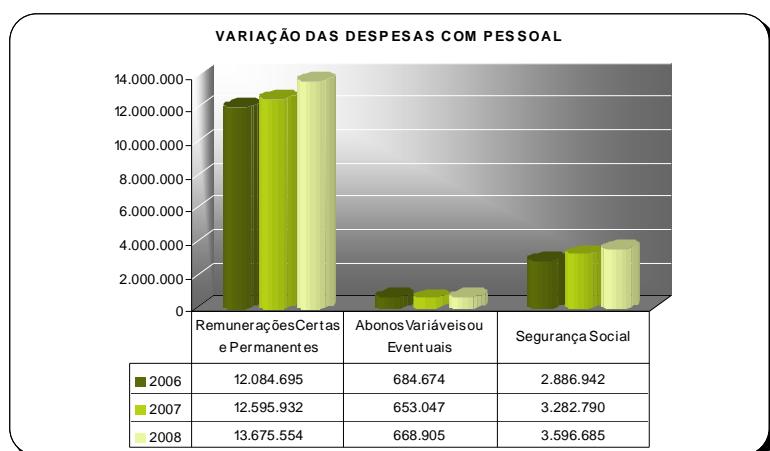
Salienta-se que, não obstante o incremento desta rubrica Remunerações Certas e Permanentes, se verifica uma redução muito significativa das despesas com o Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença de cerca de (-) 395.858 €

Os *Abonos Variáveis ou Eventuais* representam 3,73% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de 668.905 €. Apresentam em relação ao exercício de 2007, um acréscimo de 15.859 € (+) 2,43% justificado pelo aumento verificado nas rubricas de subsídio de turno e horas extraordinárias cujas taxas de crescimento atingiram 4,84% e 3,69% respectivamente.

A *Segurança Social* absorve 20,05% do total das despesas com pessoal, atingindo o montante de 3.596.685 €. Apresenta em relação ao ano anterior, um aumento de 9,56% justificado essencialmente pelo acréscimo das contribuições para a Segurança Social, em consequência na sua maioria dos novos contratos a termo celebrados.

No que toca à rubrica de encargos com a saúde com a ADSE, refira-se que, apesar de no passado existir um volume significativo de despesa transitada de anos anteriores, no exercício de 2008 essa dívida no valor de 407.350 € foi integralmente liquidada, estando actualmente o Município a cumprir um prazo médio de pagamento de cerca de 90 dias.

Reproduz-se de seguida um gráfico que ilustra a variação das rubricas despesas com pessoal no ano de 2006, 2007 e 2008.



Limites legais com pessoal

Os limites de encargos com o pessoal dos Municípios, estão regulamentados no Decreto-Lei n.º 116/84 de 06 de Abril com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/85 de 13 de Setembro, dispondo no seu art.º 10 que:

- ✓ “As despesas efectuadas com o pessoal do quadro (...), não poderão exceder 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício.”
- ✓ “As despesas com o pessoal pago pela rubrica “Pessoal em qualquer outra situação” não podem ultrapassar 25% do limite dos encargos referidos no número anterior.”

Posteriormente através do artigo 29.º da Lei n.º 10/2003 de 13/05 e do artigo 33º da Lei n.º 11/2003 de 13/05, foram regulamentadas as condições em que as despesas com pessoal das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais são susceptíveis de relevar para os limites das despesas com pessoal dos municípios que as integram.

A Lei n.º 11/03 de 13 de Maio, refere nos termos do disposto no seu n.º 1 artigo 33º que as despesas efectuadas com o quadro próprio e outro das Associações de Municípios relevam para efeitos do limite estabelecido na Lei para as despesas com pessoal do quadro dos Municípios associados. Não se trata de um custo a liquidar pelos Municípios mas a “ocupação de um plafond” que só de forma indirecta condiciona a liberdade de cada um dos Municípios associados contratarem pessoal.

Para o exercício de 2008, apesar da Nova Lei das Finanças Locais prever essa possibilidade, não foram estabelecidos quaisquer limites anuais para as despesas com o pessoal das Autarquias Locais. Nesta conformidade, manteve-se para este ano financeiro o regime atrás identificado.

Inserem-se de imediato quadros ilustrativos da posição do Município perante os limites legais estabelecidos, sendo de anotar que, para efeitos de cálculo destes limites, apenas são consideradas as despesas pagas pelo sub agrupamento 0101 – Remunerações Certas e Permanentes, ignorando-se as despesas pagas pelos sub agrupamentos 0102 – Abonos Variáveis ou Eventuais e 0103 – Segurança Social, todas do agrupamento 01 – Despesas com o pessoal conforme instruções emitidas pelo SATAPOCAL (Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL).

Limites legais estipulados no art.º 10.º do D.L n.º 116/84 de 06 de Abril, na redacção dada pela Lei 44/85 de 13 de Set				% do limite legal 2007
	Valor	% utilizada das receitas correntes	% do limite legal 2008	
PESSOAL DO QUADRO				
Receita Corrente 2007	64.124.545			
60 % da receita corrente arrecadada em 2007	38.474.727			
Despesas c/ pessoal do quadro em 2008	10.389.526	16,20%		
Despesas c/ pessoal do quadro da LIPOR em 2008	152.645	0,24%		
Total	10.542.171	16,44%	27,4%	32,7%
PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO				
Receita Corrente 2007	64.124.545			
(25% x 60%) 15 % da receita corrente arrecadada em 2007	9.618.682			
Despesas c/ pessoal em qualquer outra situação em 2008	3.095.983	4,83%		
Despesas c/ pessoal em qualquer outra situação da LIPOR em 2008	121.964	0,19%		
Total	3.217.946	5,02%	33,5%	31,6%

Un: Euros

Da análise dos dados acima reproduzidos conclui-se que, as despesas com pessoal se encontram longe de atingirem os limites legais, encontrando-se apenas utilizados 27,4% do limite para despesas com Pessoal do Quadro e 33,5% do limite de despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação.

Apesar do acréscimo verificado ao nível das receitas correntes, em consequência do aumento do Pessoal contratado a termo relacionado sobretudo com a atribuição de novas competências na área da educação, verifica-se que a percentagem (33,5%) do limite legal do Pessoal em Qualquer Outra Situação, foi superior à apurada em 2007, cujo valor atingiu 31,6%, contrariamente ao registado com o Pessoal do Quadro.



Estrutura Orgânica

Seguidamente apresenta-se a execução e o peso da rubrica despesas com pessoal por capítulo orgânico, durante o exercício de 2008.

	DESPESAS COM PESSOAL					
	Despesa			Taxa de Execução		
	(a)	(b)	%	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Classes Inactivas	13.600	13.502	0,08%	13.502	99,28%	100,00%
Órgãos de Autarquia	2.500.790	2.348.950	13,09%	2.168.551	93,93%	92,32%
Assembleia Municipal	44.700	27.347	0,15%	27.347	61,18%	100,00%
Dept.º Administração Geral	568.425	535.099	2,98%	535.099	94,14%	100,00%
Dept.º Finanças e Património	686.740	670.605	3,74%	670.605	97,65%	100,00%
Dept.º Gestão Recursos Humanos	297.430	290.133	1,62%	290.133	97,55%	100,00%
Dept.º Gestão Urbana	1.087.710	1.059.774	5,91%	1.059.774	97,43%	100,00%
Dept.º Ambiente e Planeamento Territorial	1.907.665	1.888.328	10,53%	1.888.222	98,99%	99,99%
Dept.º Construção e Estruturas Municipais	739.723	719.152	4,01%	719.152	97,22%	100,00%
Dept.º Serv.Conserv.Manut.Estruturas Municipais	1.655.620	1.614.073	9,00%	1.614.073	97,49%	100,00%
Dept.º Qualidade Auditoria Interna e Sist.Informação	327.010	318.296	1,77%	318.296	97,34%	100,00%
Dept.º Comunicação Imagem e Relações Institucionais	259.820	249.689	1,39%	249.689	96,10%	100,00%
Dept.º Trânsito Transportes	939.370	915.466	5,10%	915.466	97,46%	100,00%
Dept.º Educação, Acção Social e Juventude	3.475.504	3.304.530	18,42%	3.304.530	95,08%	100,00%
Dept.º Cultura e Turismo	1.007.830	996.270	5,55%	996.270	98,85%	100,00%
Dept.º de Desporto	2.682.709	2.546.939	14,20%	2.546.939	94,94%	100,00%
Dept.º Jurídico e Contencioso	452.780	442.992	2,47%	442.992	97,84%	100,00%
TOTAL	18.647.426	17.941.144	100,00%	17.760.639	96,21%	98,99%

Un:Euros

Analisando o quadro constata-se que, a maior representatividade das despesas com pessoal está associada ao Departamento de Educação, Acção Social e Juventude (18,42%), seguida do Departamento de Desporto (14,20%).

Importa anotar que em boa verdade o valor apresentado pelos Órgãos de Autarquia está sobreavaliado uma vez que contempla os encargos com a saúde pagos directamente à ADSE de todas as unidades orgânicas. Ao excluir-se a parte correspondente a essa despesa no valor de 1.156.022 € conclui-se que

as despesas com pessoal dessa orgânica avultam apenas em 1.192.928 €, reduzindo-se o seu peso para 6,65 % do total das despesas com pessoal.

Quanto às despesas realizadas, refira-se as elevadas taxas de execução quase todas acima dos 95%, o que demonstra o rigor na elaboração do orçamento das despesas com pessoal.

Relativamente à despesa paga, os níveis de execução atingem os 100% em quase todas as orgânicas, com excepção dos Órgãos de Autarquia e do Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial no que respeita aos encargos com a saúde por pagar à ADSE e seguros do ramo acidentes de trabalho, sendo de assinalar, como já foi mencionado, a grande recuperação no pagamento da despesa transitada da rubrica da ADSE.



DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A Aquisição de Bens e Serviços compreende os bens de consumo, bem como todas as despesas com a aquisição de serviços a terceiros.

	ESTRUTURA GERAL DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS								
	Despesa Facturada			Despesa Paga		Taxa de Execução			
	Previsão (a)	Transitada (b)	Nova (c)	Total (d)=(b)+(c)	Desp Paga (e)	Desp Facturada (d)/(a)	%Desp Func (e)/(d)	%Desp corrente (d)/(a)	%Desp Total (e)/(a)
Aquisição de bens	4.043.246	824.389	2.768.899	3.593.288	2.661.212	74,06%	88,87%	7,87%	5,99%
Aquisição de serviços	16.066.521	2.271.834	12.238.686	14.510.520	12.089.070	83,31%	90,32%	34,80%	26,49%
TOTAL AQUIS.BENS E SERVIÇOS	20.109.767	3.096.223	15.007.585	18.103.808	14.750.282	81,48%	90,02%	42,68%	32,48%
TOTAL DESP FUNCIONAMENTO	41.488.343	3.532.538	35.164.652	38.697.190	35.141.097	90,81%	93,27%	100,00%	76,10%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	58.182.270	4.301.895	46.206.179	50.508.074	46.684.767	92,43%	86,81%	100,00%	64,76%
TOTAL GERAL DESPESAS	122.381.970	22.329.441	71.354.329	93.683.770	75.510.429	80,60%	76,55%		100,00%

Un. Euros
Os valores percentuais foram calculados com base na nova despesa facturada

Neste exercício económico a nova despesa facturada pela rubrica de Aquisição de Bens e Serviços situou-se em 15.007.585 €

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços apresenta uma taxa de execução de pagamentos de 81,48% e uma taxa de execução da despesa realizada de 90,02%.

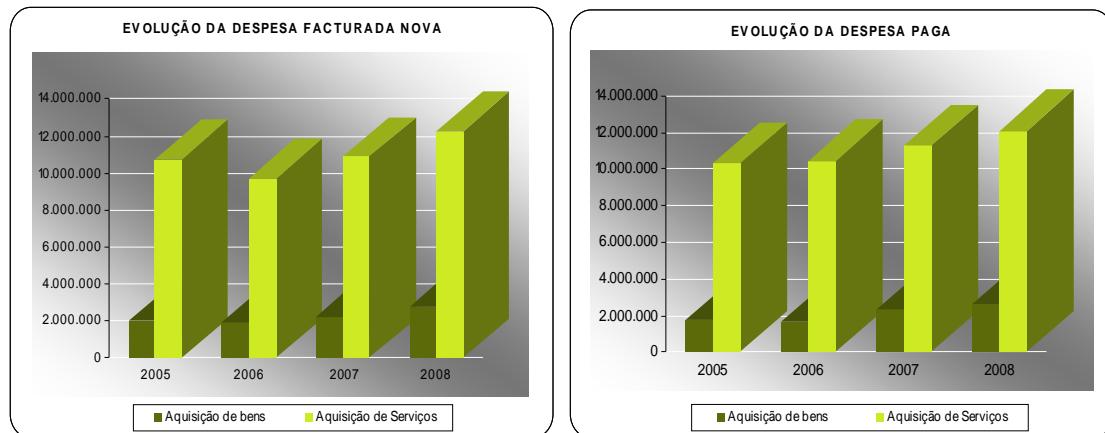
Da análise do quadro afere-se que a aquisição de bens e serviços representa 42,68% das despesas de funcionamento, 32,48% do total das despesas correntes e 21,03% do total geral da despesa.

Na globalidade das despesas de funcionamento, destaca-se a rubrica dos serviços ao exibir um peso de 34,80%, já o peso da aquisição de bens no total das despesas de funcionamento é pouco significativo, representando apenas 7,87%.

Os quadros e gráficos seguintes são elucidativos da evolução da despesa facturada e despesa paga nessa área.

EVOLUÇÃO DA DESPESA						
	2005	2006	2007	2008	Taxa crescimento 2007/2008	Peso
Despesa Facturada Nova						
Aquisição de Bens	1.995.051	1.958.147	2.249.138	2.768.899	23,11%	18,45%
Aquisição de Serviços	10.705.960	9.707.824	10.871.687	12.238.686	12,57%	81,55%
TOTAL	12.701.011	11.665.971	13.120.825	15.007.585	14,38%	100,00%
Despesa Paga						
Aquisição de Bens	1.793.124	1.687.672	2.375.747	2.661.212	12,02%	18,04%
Aquisição de Serviços	10.339.649	10.452.078	11.241.784	12.089.070	7,54%	81,96%
TOTAL	12.132.773	12.139.750	13.617.531	14.750.282	8,32%	100,00%

Un:Euros



Ao analisar a evolução da despesa facturada nova na aquisição de bens e serviços conclui-se que, no último triénio esta tem vindo a aumentar, apresentando um acréscimo de 14,38% entre o ano de 2007 e 2008, que será oportunamente avaliada.

No que respeita à despesa paga, na aquisição de bens e serviços verificou-se uma taxa de crescimento de 8,32% relativamente ao ano transacto.

Posteriormente, apresenta-se uma apreciação individualizada de cada uma destas rubricas.

Aquisição de Bens

	AQUISIÇÃO DE BENS									
	2007			2008			Despesa Paga	Taxa de Cresc.	% no Total Aq Bens	Tx Execução
	Transitada	Nova	Total	Transitada	Nova	Total				
Aquisição de Bens										
Materias Primas e subsidiárias	211.155	247.551	458.705	176.430	321.951	498.381	277.147	30,05%	11,63%	55,61%
Combustíveis e lubrificantes	82.825	319.112	401.937	55.333	386.259	441.592	368.569	21,04%	13,95%	83,46%
Munições, explosivos e artifícios	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	
Limpeza e higiene	33.360	53.083	86.443	38.188	53.210	91.398	58.783	0,24%	1,92%	64,31%
Alimentação - refeições confeccionadas	271.255	873.955	1.145.210	139.547	1.198.730	1.338.276	1.180.901	37,16%	43,29%	88,24%
Alimentação - géneros para confeccionar	134	1.329	1.463	27	1.723	1.750	1.750	29,62%	0,06%	100,00%
Vestuário e artigos pessoais	20.474	21.077	41.552	11.617	37.029	48.646	36.535	75,69%	1,34%	75,10%
Material de escritório	59.958	157.866	217.824	58.432	201.004	259.436	183.363	27,33%	7,26%	70,68%
Produtos químicos e farmaceuticos	34.456	63.612	98.068	43.948	51.774	95.722	54.183	-18,61%	1,87%	56,60%
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	
Material de consumo clínico	0	2.140	2.140	0	5.674	5.674	5.280	165,16%	0,20%	93,05%
Material de transporte	43.722	59.768	103.491	50.278	65.569	115.847	69.898	9,71%	2,37%	60,34%
Material de consumo hoteleiro	0	49	49	49	261	310	310	432,02%	0,01%	100,00%
Outro material peças	5.703	25.509	31.212	20.939	8.601	29.541	22.367	-66,28%	0,31%	75,71%
Prémios condecorações e ofertas	30.436	189.194	219.630	76.401	92.323	168.724	96.675	-51,20%	3,33%	57,30%
Mercadorias para venda	0	9.600	9.600	6.400	36.666	43.066	26.400	281,94%	1,32%	61,30%
Ferramentas e utensílios	3.453	13.417	16.869	10.344	10.733	21.077	12.628	-20,01%	0,39%	59,91%
Livros e documentação técnica	73	1.602	1.674	366	998	1.365	1.204	-37,66%	0,04%	88,20%
Artigos honoríficos e de decoração	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	
Material de educação cultura e recreio	36.624	33.321	69.945	25.159	48.488	73.648	56.208	45,52%	1,75%	76,32%
Outros bens	117.370	176.954	294.324	110.931	247.905	359.836	209.014	40,10%	8,95%	58,25%
Total Aquisição de Bens	950.998	2.249.138	3.200.136	824.389	2.768.899	3.593.288	2.661.212	23,11%	100,00%	74,06%

Un:Euros

Observando o quadro inserido constata-se que, a nova despesa facturada na aquisição de bens no ano de 2008 foi de 2.768.899 € e a despesa paga foi de 2.661.212 €, apresentando um nível de execução de pagamento de 74,06%.

No que respeita à facturação da rubrica de bens, salienta-se o peso da Alimentação - refeições confeccionadas com 43,29%, que se refere na sua maioria ao fornecimento de refeições nas Escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar da rede Pública do Concelho, seguindo-se os combustíveis e lubrificantes com 13,95% e as matérias primas e subsidiárias que atingem 11,63%.

De facto é notório o esforço financeiro do Município no âmbito do apoio ao fornecimento de refeições nas Escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar, cujo acréscimo remonta a 37,16% em relação ao ano transacto e que abrangeu o universo de cerca de 4200 alunos.

Considerando que, no contexto global da aquisição de bens e serviços se destaca o peso da rubrica de serviços, ao absorver cerca de 82% daquele total, justifica-se uma apreciação mais pormenorizada da mesma, quer por classificação económica quer por classificação orgânica.

Aquisição de Serviços por Económica

	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS									
	2007			2008			Despesa Paga	Taxa de Cresc.	%Total Aq Serviços	Tx Execução
	Transitada	Nova	Total	Transitada	Nova	Total				
Aquisição de Serviços										
Encargos instalações	109.038	1.734.322	1.843.360	178.538	1.999.234	2.177.772	2.030.359	15,27%	16,34%	93,23%
Limpeza e higiene	52.841	132.759	185.599	44.501	152.043	196.544	172.289	14,53%	1,24%	87,66%
Conservação de bens	277.175	430.252	707.427	324.404	528.417	852.821	507.516	22,82%	4,32%	59,51%
Locação material informática	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
Locação de outros bens	146.409	113.571	259.980	172.517	116.284	288.801	95.793	2,39%	0,95%	33,17%
Comunicações	81.638	305.823	387.461	53.649	318.965	372.614	326.810	4,30%	2,61%	87,71%
Transportes	141.218	587.556	728.774	41.473	698.564	740.037	574.435	18,89%	5,71%	77,62%
Representação de serviços	20.003	22.399	42.402	19.140	27.601	46.741	29.535	23,22%	0,23%	63,19%
Seguros	2.132	69.979	72.110	393	84.145	84.538	81.086	20,24%	0,69%	95,92%
Deslocações e estadas	0	108.441	108.441	880	94.048	94.928	94.928	-13,27%	0,77%	100,00%
Estudos, pareceres, projectos	18.905	180.995	199.900	31.759	276.631	308.390	281.204	52,84%	2,26%	91,18%
Formação	0	12.093	12.093	0	34.941	34.941	5.759	188,94%	0,29%	16,48%
Seminários, exposições e similares	8.509	28.748	37.257	8.241	52.287	60.528	22.282	81,88%	0,43%	36,81%
Publicidade	33.576	134.664	168.240	18.207	420.438	438.645	351.532	212,21%	3,44%	80,14%
Vigilância e segurança	291.080	815.085	1.106.164	262.539	838.745	1.101.284	812.920	2,90%	6,85%	73,82%
Assistência técnica	63.436	180.098	243.534	25.763	172.818	198.581	191.454	-4,04%	1,41%	96,41%
Outros trabalhos especializados	590.745	2.215.910	2.806.655	500.979	2.440.449	2.941.428	2.387.979	10,13%	19,94%	81,18%
Encargos de cobrança de receitas	0	804.960	804.960	0	705.669	705.669	705.669	-12,33%	5,77%	100,00%
Iluminação pública	0	1.334.633	1.334.633	0	1.459.751	1.459.751	1.459.751	9,37%	11,93%	100,00%
Outros serviços	805.227	1.659.399	2.464.626	588.850	1.817.656	2.406.506	1.957.768	9,54%	14,85%	81,35%
Total Aquisição Serviços	2.641.931	10.871.687	13.513.618	2.271.834	12.238.686	14.510.520	12.089.070	12,57%	100,00%	83,31%

Un: Euros

Da avaliação dos dados conclui-se que, a nova despesa facturada na aquisição de serviços no ano de 2008 foi de 12.238.686 € e a despesa paga totalizou 12.089.070 €, apresentando um excelente nível de execução de pagamentos de 83,31%.

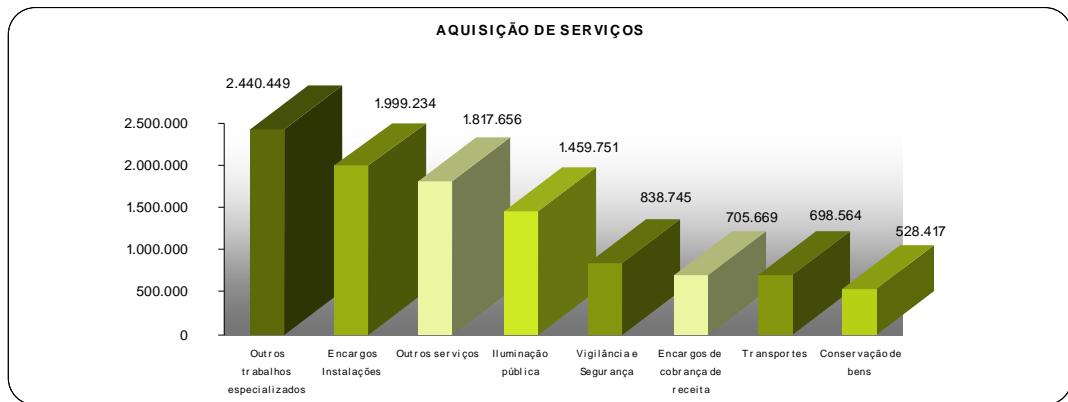
Em termos de nova despesa facturada, verifica-se que as rubricas com maior peso no total da aquisição de serviços são por ordem decrescente de importância: os outros trabalhos especializados (2.440.449€), encargos de instalações (1.999.234€), outros serviços (1.817.656€) e a iluminação pública (1.459.751€), sendo sobretudo estas rubricas que mais contribuíram para o acréscimo verificado na facturação que atinge os 13%.

Considerando a sua natureza genérica, discrimina-se o teor dos *Outros Trabalhos Especializados* mais significativos:

- ✓ Tratamento de resíduos sólidos urbanos pela Lípor;
- ✓ Festival Internacional de Teatro Cómico da Maia;
- ✓ Despesas relativas aos serviços técnicos prestados por outras empresas, tais como serviços informáticos, trabalhos tipográficos (revista Maismaia) etc;
- ✓ Prestação de serviços no âmbito de assessoria, consultadoria, auditoria.

Os *Outros Serviços* assumem maior relevância nas seguintes matérias: Manutenção de Jardins, Férias Desportivas Municipais, Feira e Gala do Desporto, Liga de Futsal da Maia e Taça da Liga, Taça Internacional Maia Jovem, Férias Desportivas de Verão 2008, Férias Desportivas para a Terceira Idade, Turismo Séniior Maiato, Festas do Concelho da Maia/2008, Feira de Artesanato da Maia, Evento da "Feira do Livro", Feira das Oportunidades, Festival Danças Urbanas, Produção do Evento "Semana Jovem", iluminações decorativas da quadra Natalícia 2008, etc.

No próximo gráfico apresenta-se os valores da nova despesa facturada das rubricas de aquisição de serviços, distinguindo as mais importantes, para depois se analisar a sua distribuição por capítulo orgânico.



Aquisição de Serviços por Orgânica

	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA							Taxa de Execução	
	Previsão (a)	Transitada (b)	Nova (c)	Despesa Facturada		Desp Paga (e)	% (e)/Total(e)	Desp Facturada (d)/(a)	Desp Paga (e)/(d)
				Total (d)=(b)+(c)	% (c)/Total(c)				
Órgãos de Autarquia	6.405.428	607.752	5.387.188	5.994.940	44,02%	5.256.796	43,48%	93,59%	87,69%
Assembleia Municipal	53.400	15.449	9.991	25.440	0,08%	18.922	0,16%	47,64%	74,38%
Dept.º Administração Geral	49.010	1.963	38.726	40.688	0,32%	29.558	0,24%	83,02%	72,65%
Dept.º Finanças e Património	18.730	73	7.478	7.552	0,06%	7.402	0,06%	40,32%	98,01%
Dept.º Gestão Recursos Humanos	57.150	88	26.220	26.308	0,21%	275	0,00%	46,03%	1,05%
Dept.º Gestão Urbana	62.500	10.027	42.966	52.993	0,35%	44.808	0,37%	84,79%	84,56%
Dept.º Ambiente Planeamento Territorial	3.576.910	459.817	2.805.377	3.265.194	22,92%	2.723.466	22,53%	91,29%	83,41%
Dept.º Construção Estructuras Municipais	151.994	30.812	100.353	131.165	0,82%	105.286	0,87%	86,30%	80,27%
Dept.º Serv.Conserv.Manut.Estruturas Municipais	769.330	190.594	418.053	608.647	3,42%	445.290	3,68%	79,11%	73,16%
Dept.º Qualidade, Auditoria Interna Sist.Informação	84.000	8.155	64.587	72.742	0,53%	49.264	0,41%	86,60%	67,72%
Dept.º Comunicação Imagem Relações Institucionais	283.410	0	226.065	226.065	1,85%	188.318	1,56%	79,77%	83,30%
Dept.º Trânsito Transportes	675.440	177.243	465.100	642.343	3,80%	431.983	3,57%	95,10%	67,25%
Dept.º Educação Acção Social Juventude	1.152.290	107.957	861.500	969.457	7,04%	868.346	7,18%	84,13%	89,57%
Dept.º Cultura e Turismo	1.222.834	474.292	636.091	1.110.384	5,20%	782.244	6,47%	90,80%	70,45%
Dept.º de Desporto	1.474.595	187.613	1.135.295	1.322.908	9,28%	1.123.418	9,29%	89,71%	84,92%
Dept.º Jurídico e Contencioso	29.500	0	13.695	13.695	0,11%	13.695	0,11%	46,42%	100,00%
TOTAL	16.066.521	2.271.834	12.238.686	14.510.520	100,00%	12.089.070	100,00%	90,32%	83,31%

Un:Euros

Em termos de nova despesa facturada são os Órgãos de Autarquia que realizam maior volume de despesa na aquisição de serviços, seguindo-se o Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial e o Departamento de Desporto, com um peso de 44,02%, 22,92% e 9,28% respectivamente.

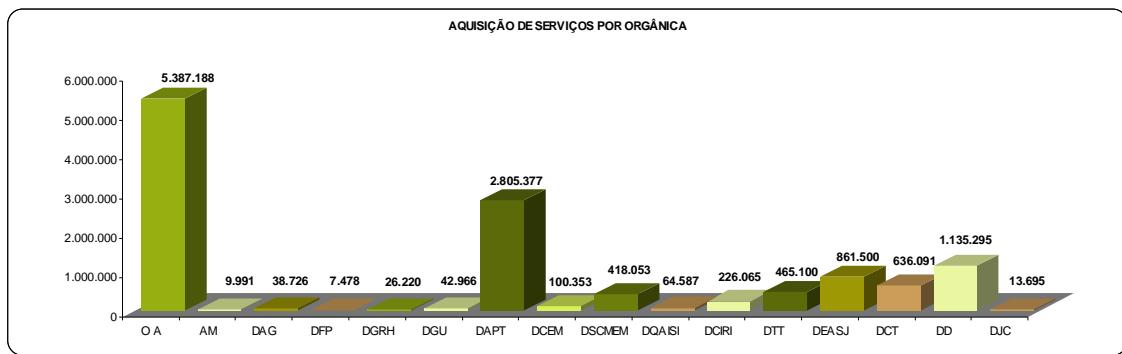
Pese embora o supra mencionado, importa ter em conta que os valores imputados aos *Órgãos da Autarquia* que ascendem a 5.387.188 € contemplam grande parte das despesas comuns a todas as unidades orgânicas, nomeadamente encargos de instalações (consumo de electricidade, gás e água).

Excluindo os referidos valores da aquisição de serviços incorporados nos Órgãos da Autarquia, conclui-se que os mesmos no exercício de 2008 totalizam cerca de 3.387.954 €, traduzindo não 44,02% do total da aquisição de serviços mas sim 27,68%.

Esta rubrica no *Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial* assumiu neste exercício económico o valor de 2.805.377 € cujo maior contributo advém do tratamento de resíduos sólidos pela Lípor e da manutenção de jardins.

Por último, anotam-se as elevadas taxas de execução das despesas realizadas e pagas nas diferentes unidades orgânicas, que rondam globalmente os 90% e 83%.

A distribuição do peso deste tipo de despesa pelas diferentes unidades orgânicas está representada no gráfico infra inserido.



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

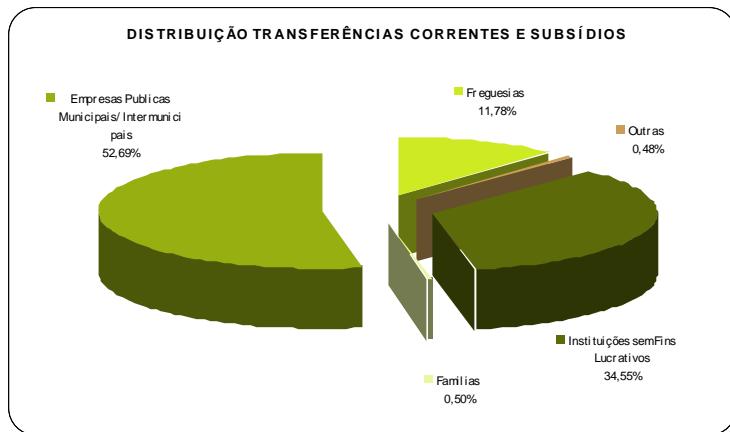
Ao abrigo das suas competências, que se reportam em vários domínios que vão desde a Educação, à Acção Social, aos Tempos Livres e Desporto, e ao Património, Cultura e Ciência, o Município atribuiu ao longo de 2008, determinados subsídios a organismos e entidades com vista ao financiamento das suas despesas correntes, revelando desta forma um acentuado intervencionismo no processo de desenvolvimento urbano com o objectivo de propiciar condições de incremento aos sectores cultural, desportivo, educacional e de acção social.

Estes apoios financeiros são encarados como uma importante fonte de despesa autárquica, sendo responsáveis por 11% do total da nova despesa realizada no exercício de 2008, tem sido objecto de enquadramento normativo interno, através de legislação específica de suporte, de forma a garantir a transparência e objectividade no processo de atribuição dos mesmos.

Seguidamente apresenta-se um quadro e um gráfico ilustrativos da distribuição das transferências correntes e subsídios atribuídos.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS														
	2007				2008				Taxa Variação %	Taxa Desp Paga	Taxa de Execução Desp Facturada			
	Despesa Facturada		Despesa Facturada											
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)	(f)	(g)=(e)+(f)	(h)						
Transferências Correntes														
Soc. e quase sociedades não financeiras	6.242	0	6.242	600	0	0	0	0	0,00%		0,00%			
Administração Local														
Municípios	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%		0,00%			
Freguesias	3.530	951.717	955.247	949.300	0	928.462	928.462	928.462	11,78%	-2,44%	100,00%			
Serviços Autónomos da Adm.Local	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%		0,00%			
Associações de Municípios	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%		0,00%			
Assembleia Distritais	0	0	0	3.400	0	0	0	0	0,00%		0,00%			
Outras	0	54.477	54.477	42.000	0	37.452	37.452	37.452	0,48%	-31,25%	100,00%			
Instituições sem Fins Lucrativos														
Famílias	410.836	2.498.058	2.908.894	2.964.058	145.171	2.723.037	2.868.208	2.758.197	34,55%	9,01%	96,16%			
Subtotal	420.608	3.521.335	3.941.944	4.000.468	145.171	3.728.724	3.873.895	3.763.884	47,31%	5,89%	97,16%	96,84%		
Subsídios														
Soc. e quase sociedades não financeiras														
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	117.646	2.825.244	2.942.890	8.906.710	22.943	4.152.452	4.175.395	4.166.377	52,69%	46,98%	99,78%	46,88%		
Outras	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%		0,00%			
Subtotal	117.646	2.825.244	2.942.890	8.906.760	22.943	4.152.452	4.175.395	4.166.377	52,69%	46,98%	99,78%	46,88%		
TOTAL	538.255	6.346.579	6.884.834	12.907.228	168.114	7.881.176	8.049.290	7.930.261	100,00%	24,18%	98,52%	62,36%		

Un:Euros



Na rubrica das Transferências Correntes estão registadas todos os fluxos sem contrapartida financeira que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal assim como as transferências para as freguesias, sejam as que se destinam ao apoio ao funcionamento das suas actividades, sejam as que se destinam à concretização de acções correspondentes à execução de contratos – programa celebrados com o Município.

Pela rubrica de Transferências para Instituições sem Fins Lucrativos, salientam-se os apoios concedidos no âmbito das actividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de acção social escolar.

Nos Subsídios estão contemplados todos os fluxos monetários não reembolsáveis transferidos para as empresas municipais ou outras empresas participadas pela Autarquia, e que se destinam às respectivas despesas de funcionamento.

A partir da análise do quadro conclui-se que, durante a gerência de 2008 os montantes dos apoios atribuídos atingiram 7.881.176 € concretizando-se deste modo um crescimento nesta área de 24,18% em relação ao ano anterior, explicado na sua maioria pela rubrica dos subsídios, principalmente por causa do subsídio adicional concedido à Empresa Municipal Maiambiente, tendo em vista a reposição do equilíbrio nas suas contas.

Nesta conformidade, o maior peso centra-se nos subsídios atribuídos às *Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais* ao assumir 52,69%, seguindo-se os apoios concedidos às *Instituições sem Fins Lucrativos* com 34,55% e as verbas atribuídas às Juntas de Freguesia com 11,78%.

Quanto à rubrica das transferências correntes e dos subsídios, é ainda de salientar as elevadas taxas de execução da despesa paga, que atingiram os 98,52%, o que indica bons níveis de recuperação da dívida transitada.

Tendo em vista uma análise mais detalhada desta matéria, apresenta-se um quadro com os valores que assumem maior importância.

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS	
Subsídios Atribuídos às Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais E.M.	606.967
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	3.559.410
Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos	
Associações Desportivas	1.654.546
Associações Culturais e Comissões Fabriqueiras	353.890
Associações Humanitárias de Bombeiros e outras Associações Humanitárias	213.000
Educação / Ação Social Escolar / Agrupamentos Escolares / Associações de Pais	491.674
Associações de Carácter Social	45.087
Transferências para as Juntas de Freguesia	
Transferências Correntes - Despesas Correntes e de Funcionamento	899.991
Protocolo colaboração Município e Juntas - Sistema de Aquisição de Senhas de Refeição Cantinas das Escolas 1º C.E.B	17.418
Outras Transferências	11.052

Un: Euros

No âmbito dos *Subsídios atribuídos às Empresas Públicas Municipais* no montante de 4.166.377 €, como já foi referido, o maior volume foi imputado à Empresa Municipal do Ambiente, EM no total de 3.559.410 €

Contrariamente à gerência de 2007, este valor para além de contemplar a atribuição do subsídio corrente à exploração a esta Empresa Municipal no montante de 378.400 €, abrange sobretudo uma transferência financeira tendo em vista o equilíbrio de contas conforme deliberação aprovada pelo Órgão Executivo em reunião de Câmara de 8 de Maio de 2008 no montante de 3.181.010 €

O valor residual de 606.967 € diz respeito a subsídios concedidos à Academia das Artes no âmbito de:

- ✓ Contrato Programa celebrado entre a Câmara Municipal da Maia e esta Empresa Municipal, destinado ao desenvolvimento de várias actividades;
- ✓ Festival de Música da Maia – Produção do respectivo evento;
- ✓ Despesas com a divulgação, decoração, som, luz e imagem com a realização do Concerto de Ano Novo e Comemorativo do “XV Aniversário dos Pequenos Cantores da Maia”;
- ✓ Despesas com a produção, promoção e divulgação do Concerto do Coral de Bristol;
- ✓ Concerto de música ligeira portuguesa – Fernando Tordo & Stardust Orquestra.

As outras *Transferências para as Juntas de Freguesia* no valor de 11.052 € incluem comparticipações de natureza diversa como por exemplo, os encargos com a funcionária que presta serviço na Feira da Maia e o subsídio para custear despesas com alimentação das crianças carentes das Escolas EB1/JI no período de interrupção lectiva do Verão.

O diferencial do total das transferências atribuídas que não está pormenorizado no quadro supra corresponde:

- ✓ À comparticipação do Município, com vista ao funcionamento ordinário da Área Metropolitana do Porto no valor de 37.452 € no âmbito da *Administração Local – Outras*.
- ✓ Ao financiamento de diversas famílias tendo em vista subsidiar:
 - ✓ A Preparação e participação de atletas em diversas competições internacionais como sejam os Opens Mundiais (Federação Mundial de Karaté), os Jogos Para Olímpicos de Pequim 2008 (Voleibol) e o Campeonato do Mundo de Pesca Desportiva de Competição;

- ✓ Um Jovem deficiente relativo ao processo de integração no Horto Municipal da Quinta da Gruta;
 - ✓ Actividades no âmbito do Protocolo de Cooperação entre a Maia e Água Grande – São Tomé e Príncipe – Atribuição de Bolsas de estudo a jovens São-Tomenses, que estão a efectuar no ISMAI uma licenciatura em determinada área e outros jovens que estão a frequentar no CICCOPN uma formação na área da construção civil.

INVESTIMENTO GLOBAL

O investimento global do município é determinado nas suas diferentes vertentes pelo Investimento Directo, Transferências de Capital (Investimento Indirecto) e Activos Financeiros. Do ponto de vista da sua análise proceder-se-á primeiro a uma avaliação geral do seu comportamento e depois a um análise detalhada de cada uma das suas componentes.

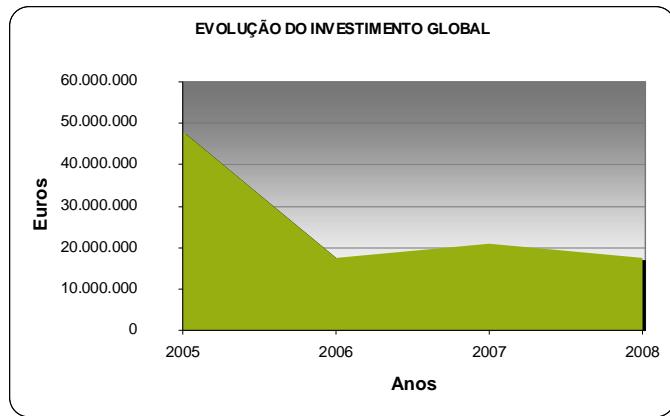
O Quadro seguinte reflecte a desagregação do investimento global e a sua evolução no último quadriénio, assim como permite efectuar uma análise sobre o peso de cada uma das rubricas no total da despesa facturada no próprio exercício.

INVESTIMENTO GLOBAL											
	2005		2006		2007		2008		% despesas capital	% despesa total	Taxa de variação %
	Fact Transitada	Fact Nova									
Aquisição de bens de capital	13.844.430	45.790.046	27.579.617	14.344.134	25.110.933	17.467.839	15.238.547	15.120.755	60,1%	21,2%	-13,4%
Transferências de capital	602.882	2.187.852	612.306	2.976.928	1.818.838	2.758.904	2.778.999	2.103.136	8,4%	2,9%	-23,8%
Activos financeiros	0	0	0	0	0	736.350	10.000	114.008	0,5%	0,2%	-84,5%
Total	14.447.312	47.977.898	28.191.923	17.321.062	26.929.771	20.963.093	18.027.546	17.337.899	68,9%	24,3%	-17,3%
Facturada Total	62.425.210		45.512.985		47.892.864		35.365.445				
Un-Euros											
									Despesas de Capital (fact nova)	25.148.151	100,0%
									Despesas Totais (fact nova)	71.354.329	100,0%

O total de novas despesas de capital facturadas no montante de 25.148.151 €, correspondem a 35,2% do total da despesa realizada na autarquia. Daquelas, apenas 17.337.899 €, ou seja 68,9%, respeitam as despesas de investimento.

Do quadro anterior retira-se que no ano 2008, o investimento global apresenta uma variação negativa de (-17,3%) face ao ano anterior, influenciado sobretudo pela aquisição de bens de capital ao contribuir com -2.347.084 €.

O gráfico infra reproduzido permite aferir de uma forma mais imediata que no ano de 2008 os valores realizados a nível de novo investimento diminuíram aproximando-se aos do ano 2006, fruto da conclusão de diversas obras em curso e também de uma política de contenção global de despesa e na procura de reequilíbrio financeiro.



INVESTIMENTO DIRECTO

Com o objectivo de aumentar o capital fixo, quer por meio de aquisição a terceiros, quer por produção própria é realizado investimento directo que engloba a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade. Esta tipologia de investimento consta de forma discriminada do PPI cuja execução em 2008 totalizou o valor de 15.120.755 € de nova facturação.

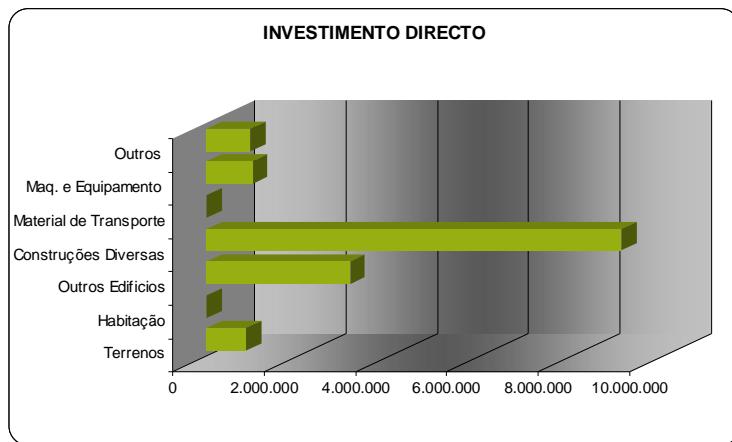
O quadro e gráfico seguintes reflectem a política de investimentos directos desenvolvida pela autarquia nas suas múltiplas áreas de intervenção.

	INVESTIMENTO DIRECTO									Taxa de variação %	
	2007			2008			% no Total PPI	Pago (f)	Taxa de Execução [(d)+(e)]/(c)		
	Fact Transitada (a)	Fact Nova (b)	Dotações Finais (c)	Fact Transitada (d)	Fact Nova (e)						
Terrenos	997	5.780.441	1.360.800	997	883.477	5,8%	883.477	65,0%	99,9%	-84,7%	
Habitação	2.812.130	2.471.898	2.002.800	1.930.858	0	0,0%	1.930.858	96,4%	100,0%	-100,0%	
Edifícios	4.762.096	1.925.495	8.123.642	1.961.433	3.147.482	20,8%	2.764.732	62,9%	54,1%	63,5%	
Construções Diversas	16.655.889	6.047.985	29.231.021	10.594.785	9.093.224	60,1%	11.088.759	67,4%	56,3%	50,4%	
Material de Transporte	0	75.206	101.000	75.206	4.898	0,0%	75.206	79,3%	93,9%	-93,5%	
Maq. e Equipamento	160.120	855.374	2.323.735	494.688	1.016.956	6,7%	806.100	65,1%	53,3%	18,9%	
Outros	719.702	311.439	2.599.722	180.579	974.717	6,4%	671.020	44,4%	58,1%	213,0%	
Total	25.110.933	17.467.839	45.742.720	15.238.547	15.120.755	100,0%	18.220.152	66,4%	60,0%	-13,4%	
Facturada Total	42.578.773				30.359.302						

Un: Euros

O ano em análise exibe em termos de investimento directo um montante global de 15.120.755 €, reflectindo um decréscimo de (-13,4%). Para este cenário, contribuíram sobremaneira as rubricas de habitação e terrenos que em conjunto representam -7.368.862 €. No entanto, importa anotar que excluindo da nova facturação do exercício de 2007 os 4.999.770,97 € relativos aos terrenos afectos à implementação física do Plano de Urbanização da Nova Centralidade Urbana “Nova Maia” consequência directa da constituição do Fundo de Investimento Imobiliário “Maia Golfe”, verifica-se de facto um aumento de 21,3%, no Investimento Directo.

A dotação orçamental, estimada para o ano em análise, do investimento realizado directamente pela Autarquia, totaliza 45.742.720 €. Esta previsão apresenta uma taxa de execução orçamental em termos de despesa realizada de cerca de 66,4%.



As construções diversas constituem uma das componentes do investimento com maior expressividade, representando cerca de 60,1% do total do investimento directo, exibindo uma taxa de crescimento de 50,4% relativamente ao ano anterior.

Quanto à taxa de realização de pagamentos nas rubricas de investimento, a mesma evidencia um esforço de pagamento ao absorver no ano 2008, uma percentagem de 60% do total facturado na autarquia. De facto, demonstram que o valor pago não só incidiu sobre a facturação nova do ano de 2008 como também cobriu facturação transitada no montante de 3.099.397 €.

De seguida, serão analisadas separadamente, cada uma das suas rubricas de natureza económica, destacando a execução de alguns projectos.

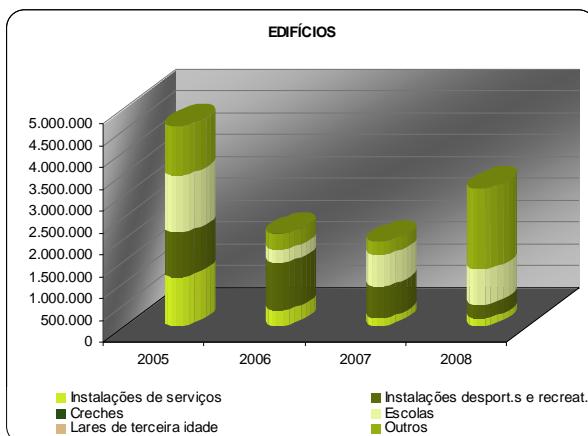
Terrenos

Os *Terrenos e Recursos Naturais*, apresentam no ano 2008 uma taxa de crescimento de (-84,7%) absorvendo 883.477 €. Do valor referido, 765.833 € destinaram-se ao domínio privado do Município salientando-se a aquisição de terrenos para a construção do Centro de Desportos Equestres ao totalizar 59,24% deste montante. Por sua vez, 117.644 € tiveram como destino o domínio público.

Habitação

A *Habitação*, no ano em análise, não compreendeu qualquer novo investimento, justificado pelo facto de grande parte do investimento realizado na Habitação Social ter sido efectuado em anos anteriores. Verifica-se apenas que se procedeu ao pagamento da totalidade da dívida que vinha transitada de anos anteriores que totalizou 1.930.858 €.

Edifícios



A rubrica *Edifícios* responsável por 20,8% do investimento directo absorve em 2008, 3.147.482 €. Nesta componente da despesa, enquadram-se os edifícios para instalação de serviços, instalações desportivas, creches, escolas, lares de terceira idade e outros edifícios. Regista um considerável aumento de 63,5% relativamente a 2007, influenciado sobretudo pelos *Outros Edifícios*, cujo montante ascendeu a 1.868.894 €. Destacam-se nesta sub-rubrica os seguintes projectos:

- ✓ Posto da GNR no Castelo da Maia;
- ✓ Aquisição de fracções autónomas na Rua Padre António;
- ✓ Conservação de diversos edifícios municipais.

Os *Edifícios Escolares* constituindo a segunda componente de maior peso na globalidade da rubrica *Edifícios*, comportam investimento no valor de 798.038 €, ocupando 25% do total da mesma. Assumem particular relevância:

- ✓ A recuperação, adaptação e ampliação de diversos edifícios escolares existentes tais como: EB1 Ferronho, EB1 Cidade Jardim, Escola Básica da Igreja em Folgosa, Escola Básica de Vilar de Luz e instalação de diversas salas de aula pré-fabricadas;
- ✓ A construção, ampliação ou adaptação de diversas instalações destinadas ao Ensino Pré - Escolar da designada rede pública do Pré Escolar;

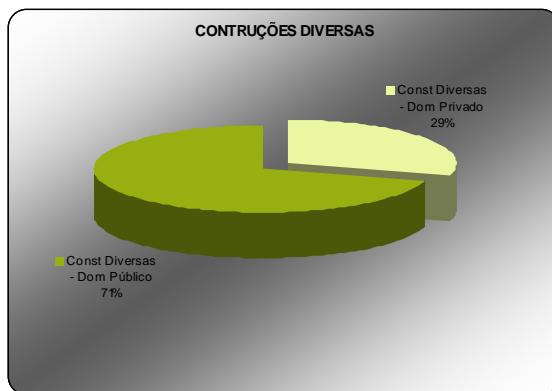
No que respeita a *Instalações Desportivas e Recreativas*, cujo volume de investimento atinge 324.596 € salientam-se os projectos a seguir discriminados:

- ✓ Aquisição de edifícios de carácter sócio-cultural ou desportivo destinados a apoiar os empreendimentos levados ou a levar a efeito no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER);
- ✓ Beneficiação do Complexo Municipal de Ténis;
- ✓ Ampliação do Pavilhão Gimnodesportivo de Gueifães, na Freguesia de Gueifães.

Por outro lado, no âmbito das *Instalações de Serviços*, o valor 155.954 € foi pouco significativo relativamente às restantes componentes de Edifícios destacando-se a construção de novas instalações para o Canil Municipal (Centro de Recolha).

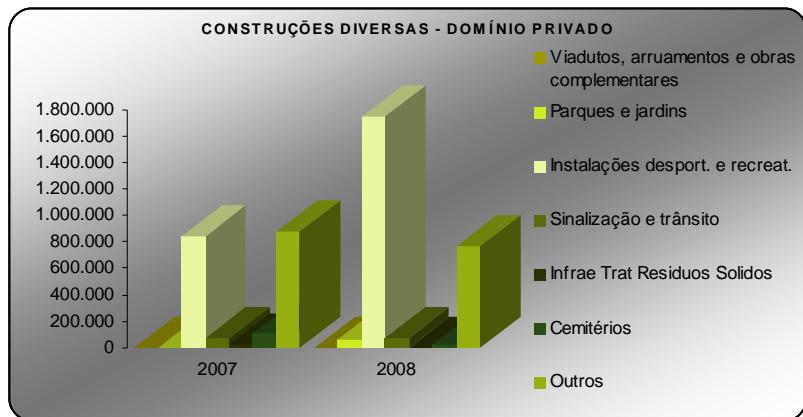
Construções Diversas

As *Construções Diversas*, responsáveis por 60,1% do PPI, isto é 9.093.224 €, constituiu uma componente do investimento directo que também contrariou a tendência de diminuição, exibindo uma taxa de crescimento de 50,4%, influenciada sobretudo pelas construções e infra-estruturas de domínio público conforme se pode visualizar no gráfico seguinte.



Esta rubrica, pela sua representatividade, irá ser analisada individualizando o investimento em construções do domínio privado e construções no domínio público, realçando as ações mais relevantes em termos de despesa facturada nova.

Construções Diversas para integrar no Domínio Privado da Autarquia



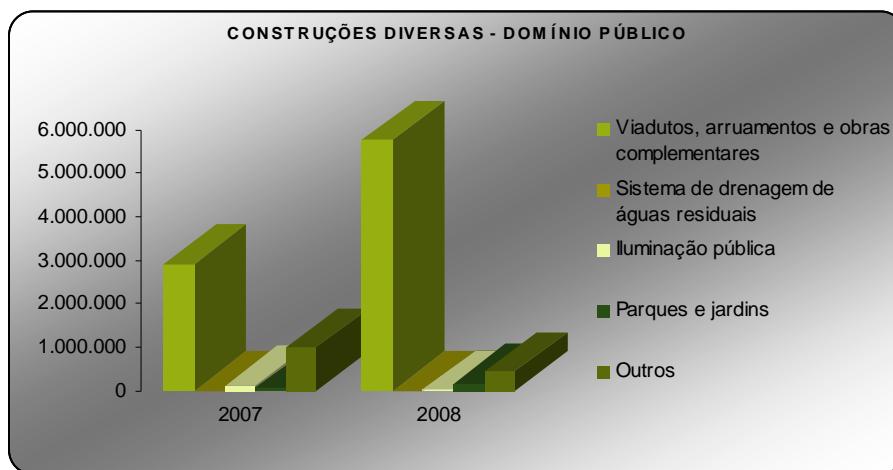
No domínio privado da autarquia, foram efectuados investimentos que ascenderam de 2.682.191 € contribuindo com maior expressividade para este agregado de despesa as “*Instalações desportivas e recreativas*”, ao abrigo com 1.753.691 € da despesa facturada nova, onde é de relevar as seguintes obras:

- ✓ Construção do Complexo Desportivo de Vermoim;
- ✓ Construção do Complexo Desportivo de Nogueira;
- ✓ Parque de Jogos de Gondim;
- ✓ Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta;
- ✓ Construção do Complexo Desportivo do Castelo da Maia.

Por fim refira-se que na rubrica de “Outros” a totalizar 768.288 €, os projectos mais importantes foram:

- ✓ Construção de Ecopistas;
- ✓ Construção do Aeródromo de Vilar de Luz.

Construções Diversas para integrar em Bens Domínio Público



No âmbito do domínio público, as construções diversas representam 6.411.032 €, dos quais 5.751.112 € tiveram como destino a rubrica de “viadutos, arruamentos e obras complementares, de onde se destacam acções como:

- ✓ Beneficiação de pavimentos de vias municipais em diversas zonas do Concelho – 1.373.450 €
- ✓ Reparação e manutenção de troços de vias nacionais desclassificados, nomeadamente a E.N. 105, E.N. 105-1, E.N. 105-2, E.N. 107, E.N. 208, E.N. 318-1 e E.N. 318-2 – 1.176.950 €
- ✓ Rectificação, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação de arruamentos diversos em vários locais do Concelho – 1.075.443 €
- ✓ Via Central de Pedrouços - Águas Santas – 474.385 €;

Importa também mencionar alguns projectos enquadrados em “outras infra-estruturas de domínio público”, dos quais se evidenciam:

- ✓ Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana;
- ✓ Construção de Ramais de Baixa Tensão e de Média Tensão.

Na categoria dos *parques e jardins*, o investimento atingiu a importância de 171.375 €, referentes:

- ✓ Arranjo paisagístico e reflorestação de vários Montes do Concelho nomeadamente o Monte de Santo António, na Freguesia de Silva Escura;
- ✓ Ajardinamento de espaços municipais;
- ✓ Concepção e construção de diversos espaços arborizados, em áreas específicas do Concelho, designadas de zonas expectantes.

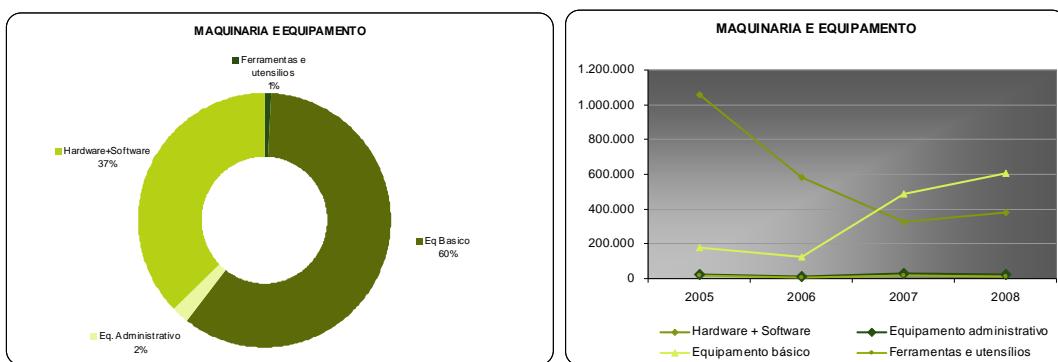
No âmbito da *Iluminação Pública* os investimentos executados no montante de 28.221€ tiveram como origem o projecto “Comparticipação, construção e manutenção de redes de iluminação pública”.

Material de Transporte

A classificação económica, *Material de Transporte* foi absorvida na íntegra por grandes reparações de viaturas.

Maquinaria e Equipamento

Este grupo de despesas, que abrangeu do total do PPI 1.016.956 €, apresentou uma variação positiva de 18,9% relativamente ao ano transacto.



Equipamento básico

A despesa realizada enquadrável em *Equipamento básico* atinge no ano 2008, a importância de 607.154 € e envolve áreas tão diversas como a educação, o desporto, a biblioteca, a sinalização e trânsito e outros serviços municipais, representando cerca de 60% da rubrica *Maquinaria e Equipamento*. Apresenta face ao ano transacto, um acréscimo de 25%.

Destacam-se neste exercício projectos como:

- ✓ Aquisição de equipamento pedagógico diverso, didáctico e tecnológico (novas tecnologias) com destino a equipar edifícios escolares do EB1 nomeadamente a aquisição dos Quadro Interactivos – 271.198 €, salientando-se o esforço do município no âmbito da Educação;
- ✓ Aquisição de mobiliário e outro equipamento com destino Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta – 64.377 €;
- ✓ Aquisição de sinais de trânsito, de orientação e de outros materiais de equipamento afins, com o objectivo de regular, de orientar e de disciplinar o trânsito – 50.703 €;
- ✓ Aquisição de mobiliário e outro material de equipamento com destino ao Ensino Pré-Escolar da designada rede pública do Ensino Pré-Escolar – 50.416 €

Equipamento e Software Informático

A aquisição de *Hardware e Software* alcança em 2008 a importância de 379.409 € e exibe um crescimento de 16,75% relativamente ao ano transacto, constituindo a segunda componente de maior peso na globalidade da rubrica *Maquinaria e Equipamento*, ocupando 37% da mesma.

Salientam-se pela sua relevância:

- ✓ A aquisição de software diverso destinado: à actualização da aplicação GISMAT; à actualização do AUTODESK MAP 2005 para AUTOCARMAP 2008 3D; ao licenciamento dos sistemas operativos do Microsoft Office e; à subscrição de software para a plataforma de compras electrónicas - 181.102 €;
- ✓ A aquisição de Software e Equipamento Informático para os Quadros Interactivos para as escolas do 1º ciclo do ensino básico – 80.364 €;
- ✓ A aquisição de equipamento informático para apetrechamento das Lojas de Juventude do Concelho – 42.587 €

Equipamento administrativo

O *Equipamento administrativo* inclui a aquisição de mobiliário e equipamento para os diversos serviços municipais, a nova facturação situou-se nos 20.865 €

Ferramentas e utensílios

A despesa executada com a aquisição de *ferramentas e utensílios*, durante o ano de 2008, foi insignificante e ascendeu a 9.529 €

Outros

Investimentos incorpóreos

No que respeita a *investimentos incorpóreos* o valor facturado, no ano de 2008, no montante de 431.031 € tiveram como destino projectos tais como:

- ✓ Elaboração de projectos diversos em diversas áreas do Concelho – 113.680 €;
- ✓ Elaboração de projectos diversos, incluindo os estudos de enquadramento urbanístico, com vista construção de edifícios para os Ensinos Pré-Escolar, EB1, EB2,3, e Secundário - 109.303 €;
- ✓ Elaboração de projectos para o Centro Escolar da Gandra - EB1 e J.I. -, na Freguesia de Águas Santas – 32.544 €

Outros investimentos

Na categoria de *outros investimentos* foram realizadas despesas no valor de 490.021 €, que tiveram fins diversos, como por exemplo:

- ✓ Aquisição de equipamento diverso para instalações desportivas ou recintos desportivos – 134.173 €
- ✓ Aquisição de equipamento diverso e adornos para os edifícios municipais – 113.595 €
- ✓ Aquisição de Fundos Bibliográficos – 50.000 €
- ✓ Aquisição de sinais de trânsito e semaforização – 60.266 €

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Nesta rubrica estão contemplados os fluxos monetários não reembolsáveis, que se destinam a financiar despesas de capital das entidades beneficiárias, onde se incluem as freguesias, as instituições sem fins lucrativos e empresas municipais e intermunicipais.

O quadro que se segue espelha a distribuição das *Transferências de Capital* pelas suas componentes:

	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL								
	2007		2008		% Total Transf	Pago (f)	Tx Execução [(d)+(e)]/(c)	Tx de Variação % [(f)/(d)+(e)]	
	Fact Transitada (a)	Fac Nova (b)	Dotações finais (c)	Fact Transitada (d)	Fact Nova (e)				
Sociedades e quase-sociedades não financeiras									
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	356.036	715.172	1.260.680	228.385	697.064	33,1%	872.476	73,4%	94,3%
Outras			50	0	0		0	0,0%	
Privadas	0	4.508	3.050	98	98	0,0%	196	6,4%	100,0%
Administração Central									
Serviços e Fundos Autónomos			50	0	0	0,0%	0	0,0%	
Administração Local									
Municípios	0	0	112.050	0	0	0,0%		0,0%	
Freguesias	1.165.063	1.879.936	4.985.150	2.255.032	1.145.033	54,4%	1.494.398	68,2%	44,0%
Serviços e Fundos Autónomos			50	0	0		0	0,0%	
Outras			10.600	0	10.588	0,5%	10.588	99,9%	100,0%
Instituições sem fins Lucrativos									
	297.740	159.288	1.363.650	295.484	250.353	11,9%	293.594	40,3%	53,8%
Famílias									
			50	0	0	0,0%	0	0,0%	
Resto do Mundo									
	0	0	50	0	0	0,0%	0	0,0%	
Total	1.818.839	2.758.904	7.725.430	2.778.999	2.103.136	100,0%	2.671.251	63,2%	54,7%
Facturada Total	4.577.743				4.882.134				

Un: Euros

O montante dos apoios assumidos no ano 2008, enquadráveis neste capítulo, atingiu 2.103.136 €, traduzindo uma diminuição de (-23,8%), influenciado sobretudo pelas transferências para as *Freguesias*, considerando o peso que esta sub-rubrica ocupa (54,4%) na globalidade das Transferências de Capital.

Este decréscimo da nova facturação na rubrica *Freguesias* (-39%) deve-se ao facto de as mesmas serem constituídas essencialmente por comparticipações estabelecidas em contratos programa para a construção de edifícios-sede das Juntas e, estes por sua vez, encontrarem-se já concluídos ou em fase de conclusão. Esta rubrica, assume neste exercício a importância de 1.145.033 € compreendendo as seguintes comparticipações:

- ✓ Construção do Edifício-Sede da Junta de Vila Nova da Telha – 256.195 €
- ✓ Ampliação da Creche-Infantário e Jardim de Infância das Guardeiras, em regime de comparticipação com a Junta de Freguesia de Moreira – 220.571 €
- ✓ Construção do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Gemunde – 195.527 €
- ✓ Construção do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Nogueira – 155.455 €
- ✓ Recuperação, adaptação e ampliação da Casa de Augusto Simões para Sede de Junta de Freguesia de Pedrouços – 117.832 €
- ✓ Comparticipação no equipamento e em outros trabalhos do Parque Zoológico da Maia, iniciativa da respectiva Junta de Freguesia – 50.000 €
- ✓ Construção do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Águas Santas – 49.810 €
- ✓ Construção do Edifício-Sede de S. Pedro Fins – 48.476 €
- ✓ Apoio à construção do Centro de Dia para a Terceira Idade de Barca, a levar a cabo pela respectiva Junta de Freguesia – 28.574 €
- ✓ Construção do Edifício-Sede da Junta de Gueifães – 17.947 €;

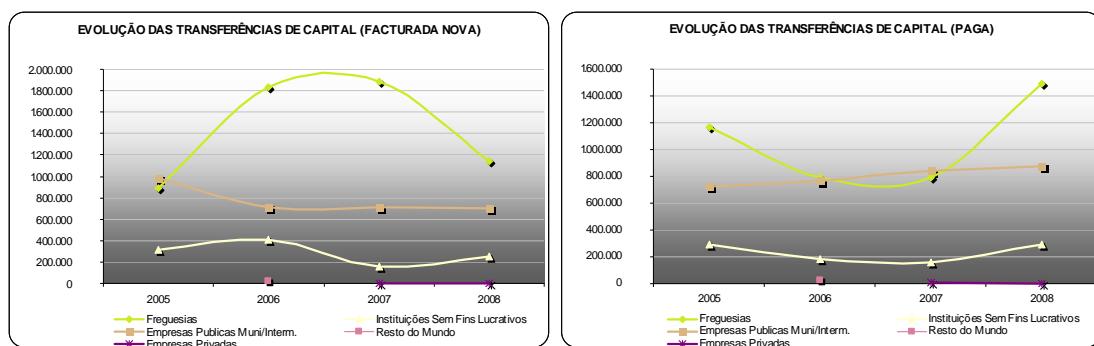
Importa mencionar que contrariamente ao exercício de 2007, na presente gerência verificou-se um acréscimo substancial em termos de pagamentos nesta rubrica, que atingiu 89% ao perfazer o montante de 1.494.398 €, atestando uma vez mais o esforço financeiro do município na liquidação de dívida.

A segunda componente com maior expressividade é as *Empresas Municipais e Intermunicipais* ao absorver 697.064 €. Releva para este valor, única e exclusivamente as comparticipações financeiras ao investimento realizado pela LIPOR.

No que respeita às *Instituições sem fins lucrativos*, foram financiados investimentos no montante de 250.353 €, registando um aumento de 57,2% em relação a 2007. Contribuíram de forma mais relevante projectos tais como:

- ✓ Remodelação, reconstrução e ampliação das instalações da Associação Dramática Recreativa e Cultural "Os Leais e Videirinhos de Pedrouços" – 121.614 €;
- ✓ Apoio à ampliação e construção de diversas instalações de apoio do existente Complexo Social da Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança" – 50.000 €;
- ✓ Apoios financeiros diversos a Associações Humanitárias, Sociais e Colectividades do Concelho no montante global de 78.739 € onde se incluem o apoio à ampliação das instalações da Associação Humanitária de Pedrouços, o apoio à beneficiação do Centro Social e Cultural de Gondim e, entre outros a comparticipação de obras de conservação de instalações desportivas e sedes sociais.

O próximo gráfico reflecte a evolução deste capítulo no último quadriénio.



ACTIVOS FINANCEIROS

Para concluir a análise do Investimento Global, procede-se à avaliação das operações financeiras que respeitam à aquisição de títulos de crédito (títulos da dívida pública, acções e obrigações) e à concessão de empréstimos ou subsídios reembolsáveis.

No exercício económico de 2008, o investimento em Activos Financeiros totalizou o valor de 114.008 € os quais se destinaram:

- ✓ A criação de um Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, no âmbito da formalização do contrato de abertura de crédito a prazo do Programa Finicia – 23.008 €;
- ✓ A Segunda prestação referente ao aumento de capital social da Empresa Águas do Cávado, S.A. – 91.000 €

Embora sem natureza de operação orçamental, importa de igual modo anotar que no ano em apreciação se materializou:

- ✓ A subscrição de 6000 unidades de participação, com um valor unitário de 1.000 € cada, em consequência da constituição, pelo município, do *"Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado"*

MAIA IMO”, de capital 100% municipal, cuja realização se operou pela via da integração em espécie de diversos prédios, descriminados no quadro subseqüente:

RELAÇÃO DE BENS CONSTITUIRAM ENTRADA EM ESPÉCIE NO FUNDO DE INVESTIMENTO			
Nº Inv.	Descrição	Data Aquisição	Valor Constituição FII
45871	EDIFÍCIO DE 3 PAVIMENTOS E QUINTAL	16-03-2001	75.000,00
45872	EDIFÍCIO DE 2 PAVIMENTOS, DEPENDENCIA E QUINTAL	16-03-2001	31.500,00
45873	EDIFÍCIO DE 2 PAVIMENTOS, DEPENDENCIA E QUINTAL	16-03-2001	28.500,00
46507	PREDIO URBANO COMPOSTO DE 1 EDIFÍCIO DE R/C E ANDAR, ANEXOS E LOGRADOURO DESTINADO A INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (PROVAVELMENTE P/ A POLICIA MUNICIPAL)	19-10-2000	240.000,00
59805	EDIFÍCIO DE 3 PAVIMENTOS, DESTINADO A HABITAÇÃO	02-01-2003	474.000,00
6966	EDIFÍCIO DESTINADO AO TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA MAIA E TRIBUNAL DO TRABALHO DA MAIA	18-03-1997	1.944.000,00
6979	EDIFÍCIO DO CENTRO DE ARBITRAGEM DO CONSUMIDOR (ANTIGO REGISTO CIVIL)	25-05-1999	240.000,00
6082	PARCELA DE TERRENO (PARCELA A)	04-11-1999	350.000,00
5975	PARCELA DE TERRENO PARCELA E (LOTE Nº12)	15-12-1998	36.800,00
5997	PARCELA DE TERRENO - PARCELA D (LOTE Nº 11)	15-12-1998	60.200,00
6046	PARCELA DE TERRENO (PARCELA D) - LOTE Nº 26, DESTINADO AO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL	05-01-1999	248.000,00
6943	PARCELA DE TERRENO	30-09-1999	632.000,00
6969	PARCELA DE TERRENO DESTINADA AO CENTRO DE ARBITRAGEM DO CONSUMIDOR (ANTIGO REGISTO CIVIL)	25-05-1999	80.000,00
6978	PARCELA DE TERRENO DESTINADA A CONSTRUÇÃO DO TRIBUNAL JUDICIAL DA MAIA	18-03-1997	648.000,00
31629	TERRENO RUSTICO (PARCELA)	12-04-2002	26.000,00
38846	PARCELA DE TERRENO ONDE ESTA IMPLANTADO UM EDIFÍCIO DE 2 PAVIMENTOS, DEPENDENCIA E QUINTAL	16-03-2001	10.500,00
46749	PARCELA DE TERRENO ONDE ESTA IMPLANTADO UM EDIFÍCIO DE 3 PAVIMENTOS E QUINTAL	16-03-2001	25.000,00
46775	PARCELA DE TERRENO ONDE ESTA IMPLANTADO UM EDIFICO DE R/C, ANDAR, ANEXOS E LOGRADOURO DESTINADO A SERVIÇOS PÚBLICOS	19-10-2000	80.000,00
46776	PARCELA DE TERRENO ONDE ESTA IMPLANTADO UM EDIFICO COM 2 PAVIMENTOS, DEPENDÊNCIA E QUINTAL	16-03-2001	9.500,00
59806	PARCELA DE TERRENO (RESPEITANTE AO EDIFÍCIO C/ O Nº 59805)	02-01-2003	158.000,00
98200	PARCELA DE TERRENO	03-01-2008	220.000,00
98205	PARCELA DE TERRENO	03-01-2008	372.000,00
46899	PARCELA DE TERRENO (DESTINADA A CONSTRUÇÃO DE 1 VIADUTO)	02-08-1990	11.000,00
TOTAL DA CONSTITUIÇÃO FUNDO			6.000.000,00

Un: Euros

Nos anexos às demonstrações financeiras é apresentado um mapa resumo das entidades participadas pelo Município (ponto 8.2.16 do POCAL), com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício, em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício, traduzindo de forma clara o investimento realizado em activos financeiros pelo município, ao longo dos últimos anos.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano (GOPS) definem as principais linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia num horizonte móvel de 4 anos, incluem, designadamente o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Actividades Mais Relevantes a desenvolver na gestão autárquica (PAM).

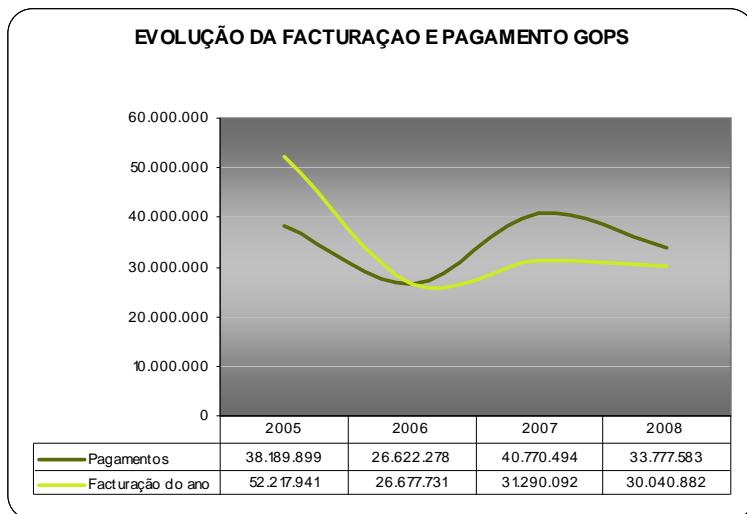
Classificação Funcional	GOPS									
	2007		2008							
	Fact Transitada (a)	Fact Nova (b)	Dotações finais (c)	Fact Transitada (d)	Fact Nova (e)	% Total GOPs	Pago (f)	Tx Execução [(f)-(e)]/[(c)]	Tx Execução [(f)-(d)]/[(e)]	Tx de Variação %
Funções Gerais:	2.848.387	4.035.583	9.785.815	3.015.156	4.511.304	15,0%	3.929.005	76,9%	52,2%	11,8%
Serviços Gerais de Administração Pública	2.831.494	3.723.039	7.912.115	2.945.058	3.017.253	10,0%	3.602.901	75,4%	61,9%	-19,0%
Segurança e Ordens Públicas	16.894	312.544	1.873.700	70.098	1.494.051	5,0%	236.104	83,5%	15,1%	378,0%
					0					
Funções Sociais:	17.719.329	21.811.326	45.361.245	11.832.256	18.327.893	61,0%	23.965.984	66,5%	79,5%	-16,0%
Educação	1.381.076	3.810.027	8.608.998	1.020.471	4.979.804	16,6%	4.617.025	69,7%	76,9%	30,7%
Saúde	0	0	13.810	0	0	0,0%	4.638	0,0%		
Segurança e Ação Sociais	69.637	249.073	739.950	68.403	422.448	1,4%	134.819	66,3%	27,5%	69,6%
Habitação e Serviços Colectivos	8.422.764	14.538.653	22.609.189	5.040.180	8.526.190	28,4%	12.125.762	60,0%	89,4%	-41,4%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	7.845.851	3.213.573	13.389.298	5.703.201	4.392.344	14,6%	7.083.739	75,4%	70,2%	36,7%
					0					
Funções Económicas:	8.432.157	5.443.183	17.404.680	4.671.058	7.201.684	24,0%	5.882.595	68,2%	49,5%	32,3%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	10.000	0	0	0,0%	0	0,0%		
Indústria e energia	249.039	167.506	483.000	256.257	57.180	0,2%	213.238	64,9%	68,0%	-65,9%
Transportes e Comunicações	7.999.546	4.233.882	15.920.856	4.090.869	6.698.471	22,3%	5.023.295	67,8%	46,6%	58,2%
Comércio e Turismo	1.192	294.281	462.224	138.183	238.109	0,8%	253.451	81,4%	67,4%	-19,1%
Outras Funções Económicas	182.380	747.514	528.600	185.749	207.923	0,7%	392.610	74,5%	99,7%	-72,2%
Outras Funções:	0	0	379.000	0	0	0,0%	0	0,0%		
Aquisição de propriedades			0	0	0	0,0%	0	0,0%		
Propriedades diversas			379.000	0	0	0,0%	0	0,0%		
TOTAL	28.999.873	31.290.092	72.930.740	19.518.469	30.040.882	100,0%	33.777.583	68,0%	68,2%	-4,0%
Facturada Total		60.289.965			49.559.351					-17,8%
Un. Euros										

A despesa global facturada, no que respeita às Grandes Opções do Plano, atingiu em 2008 o montante de 49.559.351 €, dos quais 30.040.882 € traduzem nova facturação.

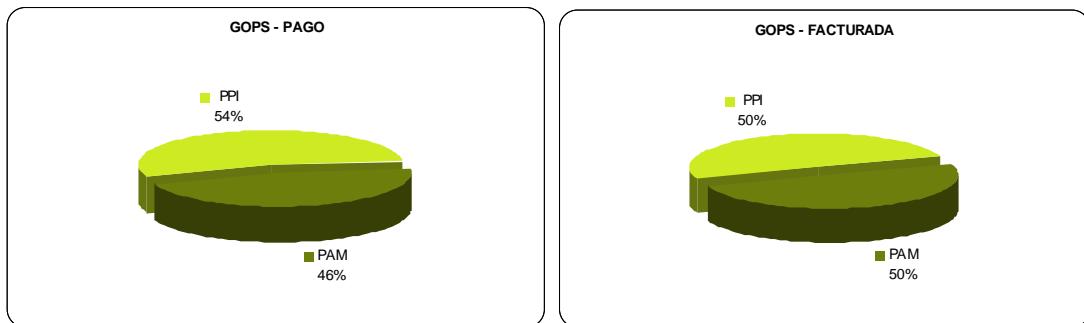
Exibem taxas de execução a rondarem os 68%, quer relativamente ao orçado, quer relativamente aos pagamentos efectuados.

Em termos de facturação nova, o quadro anterior apresenta uma variação negativa de (-4%), influenciada sobretudo pelas Funções Sociais, mais concretamente, pelas sub-funções *Habitação e Ordenamento do Território*, que em conjunto representam uma diminuição de (-7.587.155 €) contudo e, como já foi referido anteriormente, importa assinalar que esta variação negativa é apenas aparente visto que expurgando do exercício de 2007 a nova facturação respeitante aos terrenos afectos à implementação física do Plano de Urbanização da Nova Centralidade Urbana “Nova Maia” consequência directa da constituição do Fundo de Investimento Imobiliário “Maia Golfe”, verifica-se na realidade perante um aumento de cerca de 21%.

Não obstante esta diminuição e, à semelhança do ano transacto, conclui-se que é nas Funções Sociais que o Município apresenta maior esforço de pagamento de despesa facturada, a rondar os 80%. Anota-se em particular a já citada *Habitação e Serviços Colectivos* a contribuir com cerca de 90% da execução, associado ao facto de ser a rubrica com maior expressividade no total das Grandes Opções do Plano.



Em termos evolutivos e conforme se pode aferir pelo gráfico atrás reproduzido, uma vez mais, os montantes pagos foram superiores à realização de nova facturação, reflectindo recuperação de dívida transitada no montante de 3.736.701 €, no que concerne às GOPS.



Do total dos montantes pagos pela autarquia, as GOPS absorveram cerca de 44,7%, cabendo ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) aproximadamente 54% e, ao Plano Actividades Municipais (PAM) 46%.

A análise que se segue será focada nas diversas funções que constituem as GOPS, procurando destacar os projectos que mais se evidenciaram em termos de realização de nova despesa de investimento e de actividades mais relevantes.

Refira-se que esta análise será centrada apenas na nova despesa facturada no ano de 2008.

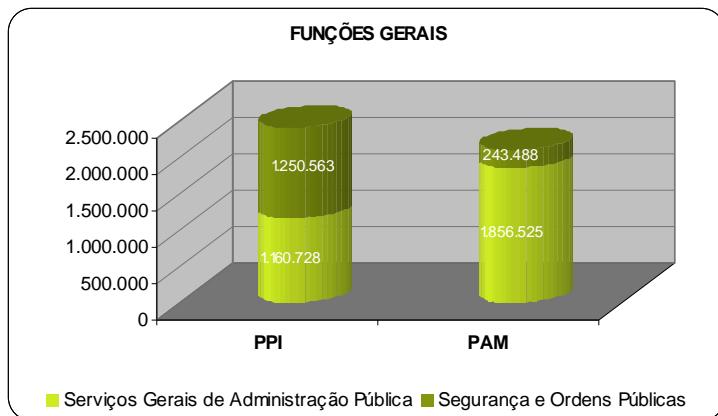
O quadro seguinte apresenta as funcionais que compõem as Grandes Opções do Plano repartidas pelo PPI e PAM e decompostas pela facturação transitada, a facturação do próprio ano e ainda os pagamentos efectuados por conta de cada classificação funcional.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Classificação Funcional	PPI				PAM				GOPS				% Total GOPs
	Fact Transitada	Fact Nova	TOTAL	PAGO	Fact Transitada	Fact Nova	TOTAL	PAGO	Fact Transitada	Fact Nova	TOTAL	PAGO	
Funções Gerais:	469.557	2.411.291	2.880.848	1.268.199	2.545.600	2.100.013	4.645.613	2.660.806	3.015.156	4.511.304	7.526.461	3.929.005	15,0%
Serviços Gerais de Administração Pública	469.557	1.160.728	1.630.284	1.267.636	2.475.502	1.856.525	4.332.027	2.425.265	2.945.058	3.017.253	5.962.311	3.692.901	10,0%
Administração Geral	469.557	1.160.728	1.630.284	1.267.636	2.475.502	1.856.525	4.332.027	2.425.265	2.945.058	3.017.253	5.962.311	3.692.901	10,0%
Segurança e Ordens Públicas	0	1.250.563	1.250.563	563	70.098	243.488	313.586	235.541	70.098	1.494.051	1.564.149	236.104	5,0%
Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	0	1.250.563	1.250.563	563	70.098	243.488	313.586	235.541	70.098	1.494.051	1.564.149	236.104	5,0%
Funções Sociais	10.421.865	5.891.354	16.313.219	11.652.960	1.410.391	12.436.539	13.846.930	12.313.024	11.832.256	18.327.893	30.160.149	23.965.984	61,0%
Educação	769.894	1.381.342	2.151.236	999.315	250.577	3.598.462	3.849.039	3.617.710	1.020.471	4.979.804	6.000.276	4.617.025	16,6%
Ensino não Superior	710.288	1.342.640	2.052.928	931.484	111.031	2.438.041	2.549.072	2.474.897	821.319	3.780.681	4.602.000	3.406.381	12,6%
Serviços Auxiliares de Ensino	59.606	38.702	98.308	67.831	139.547	1.160.421	1.299.967	1.142.813	199.153	1.199.123	1.398.276	1.210.645	4,0%
Saúde	0	0	0	0	0	7.107	7.107	4.638	0	7.107	7.107	4.638	0,0%
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Saúde Pública	0	0	0	0	0	7.107	7.107	4.638	0	7.107	7.107	4.638	0,0%
Segurança e Acção Sociais	0	0	0	0	68.403	422.448	490.852	134.819	68.403	422.448	490.852	134.819	1,4%
Acção Social	0	0	0	0	68.403	422.448	490.852	134.819	68.403	422.448	490.852	134.819	1,4%
Habitação e Serviços Colectivos	4.525.265	1.722.070	6.247.335	5.366.121	514.914	6.804.120	7.319.034	6.759.641	5.040.180	8.526.190	13.566.369	12.125.762	28,4%
Habitação	1.930.858	179.308	2.110.166	2.110.166	0	0	0	0	1.930.858	179.308	2.110.166	2.110.166	0,6%
Ordenamento do Território	1.259.405	955.834	2.215.239	1.722.686	0	0	0	0	1.259.405	955.834	2.215.239	1.722.686	3,2%
Resíduos Sólidos	0	0	0	0	127.756	5.389.623	5.517.380	5.248.846	127.756	5.389.623	5.517.380	5.248.846	17,9%
Protecção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza	1.335.002	586.928	1.921.930	1.533.269	387.158	1.414.496	1.801.654	1.510.794	1.722.160	2.001.424	3.723.584	3.044.063	6,7%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	5.126.705	2.787.942	7.914.647	5.287.524	576.496	1.604.402	2.180.898	1.796.215	5.703.201	4.392.344	10.095.546	7.083.739	14,6%
Cultura	0	0	0	0	502.541	972.377	1.474.918	1.140.658	502.541	972.377	1.474.918	1.140.658	3,2%
Desporto, Recreio e Lazer	5.101.805	2.758.693	7.860.498	5.237.624	48.821	425.063	473.873	424.135	5.150.626	3.183.746	8.334.371	5.661.759	10,6%
Juventude	24.900	29.249	54.149	49.900	22.000	206.973	228.973	228.288	46.900	236.222	283.123	278.188	0,8%
Relações Internacionais	0	0	0	0	3.134	0	3.134	3.134	3.134	0	3.134	3.134	0,0%
Funções Económicas:	4.347.126	6.818.110	11.165.236	5.298.992	323.932	383.574	707.506	583.602	4.671.058	7.201.684	11.872.741	5.882.595	24,0%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Zonas Rurais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Indústria e energia	256.257	57.180	313.438	213.238	0	0	0	0	256.257	57.180	313.438	213.238	0,2%
Iluminação	228.101	28.221	256.321	180.956	0	0	0	0	228.101	28.221	256.321	180.956	0,1%
Infraestruturas eléctricas	28.157	28.960	57.116	32.282	0	0	0	0	28.157	28.960	57.116	32.282	0,0%
Transportes e Comunicações	4.090.869	6.698.471	10.789.340	5.023.295	0	0	0	0	4.090.869	6.698.471	10.789.340	5.023.295	22,3%
Transportes rodoviários	3.803.006	6.048.061	9.851.066	4.910.850	0	0	0	0	3.803.006	6.048.061	9.851.066	4.910.850	20,1%
Transportes aéreos	287.863	650.410	938.273	112.445	0	0	0	0	287.863	650.410	938.273	112.445	2,2%
Comércio e Turismo	0	0	0	0	138.183	238.109	376.292	253.451	138.183	238.109	376.292	253.451	0,8%
Mercados e Feiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Turismo	0	0	0	0	138.183	238.109	376.292	253.451	138.183	238.109	376.292	253.451	0,8%
Outras Funções Económicas	0	62.459	62.459	62.459	185.749	145.465	331.214	330.151	185.749	207.923	393.673	392.610	0,7%
Defesa do Consumidor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Novas Tecnologias	0	62.459	62.459	62.459	175.749	54.465	230.214	229.151	175.749	116.923	292.673	291.610	0,4%
Activos Financeiros	0	0	0	0	10.000	91.000	101.000	101.000	10.000	91.000	101.000	101.000	0,3%
	15.238.547	15.120.755	30.359.302	18.220.152	4.279.923	14.920.126	19.200.049	15.557.431	4.671.058	7.201.684	11.872.741	5.882.595	100,0%

Un:Euros

FUNÇÕES GERAIS



As *Funções Gerais* que englobam as *Funções de Administração Geral* e de *Segurança e Ordens Públicas*, consumiram 15% da nova facturação das GOPS.

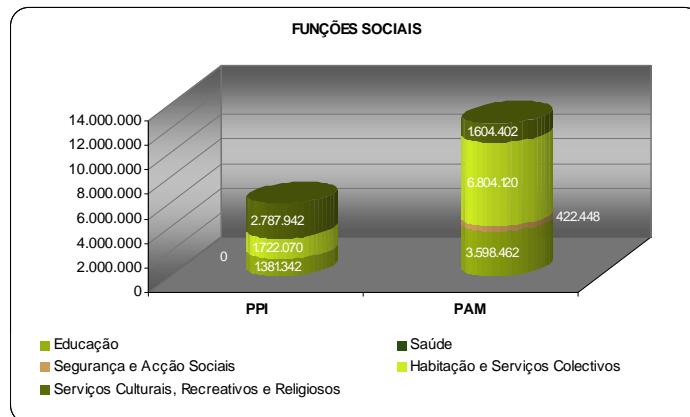
Em termos de PPI, o investimento em edifícios, equipamentos e viaturas ascendeu a 2.411.291 € destacando-se os seguintes projectos:

- ✓ Aquisição de fracções autónomas na Rua Padre António – 500.000 €
- ✓ Aquisição de mobiliário e equipamento incluindo o informático e software – 414.862 €

As actividades mais relevantes enquadráveis nesta funcional foram:

- ✓ Comparticipação na recuperação e construção e reequipamento de Edifícios-Sede de Juntas de Freguesia através de contratos programa cujo valor ascendeu a 841.242 €, já oportunamente discriminadas na análise efectuada às transferências de capital;
- ✓ Contratualização de serviços de vigilância e segurança – 835.020 €
- ✓ Comparticipação nos custos de conservação de viaturas e comparticipação nas despesas relativas ao pessoal permanente do Corpo Activo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços – 210.000 €,
- ✓ Contratualização de serviços de limpeza – 147.210 €

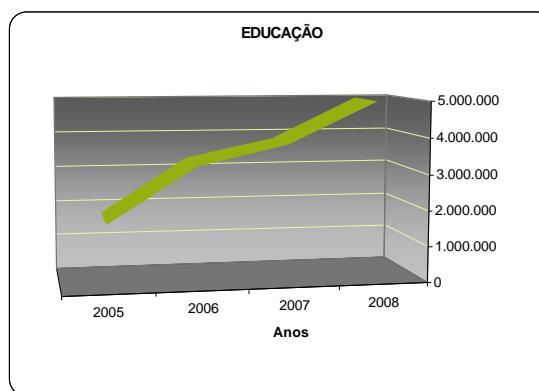
FUNÇÕES SOCIAIS



Em termos globais, as *Funções Sociais* assumem a preponderância nas GOPS ao avocarem 61% na nova facturação, sendo de relevar a *Habitação e Serviços Colectivos* com 6.804.120 € realizados no PAM e 1.722.070 € no PPI, abrangendo projectos e acções em áreas como habitação, ordenamento do território, resíduos sólidos e protecção do meio ambiente, dos quais sobressaem:

- ✓ Comparticipações à Maiambiente no montante global de 3.559.410 € dos quais 378.400 € tiveram como objectivo a gestão corrente e 3.181.010 € destinaram-se à cobertura do resultado de exploração negativo de 2007;
- ✓ O Tratamento de Resíduos Sólidos pela LIPOR – 1.830.213 €;
- ✓ Comparticipação de Investimentos na Lipor – 697.064 €;
- ✓ Manutenção de Jardins – 569.751 €
- ✓ Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana – 431.364 €

A funcional *Educação*, que comporta o ensino pré-escolar, o básico (EB1), o artístico, os transportes escolares, bem como os serviços auxiliares de ensino, absorve 4.979.804 €. Exibiu uma taxa de crescimento de cerca de 30% face ao ano anterior, o que demonstra o forte apostila do Município na área da Educação. Esta curva de crescimento tem vindo a acentuar-se ao longo do último quadriénio conforme se pode visualizar no gráfico que se segue.



Teve a sua maior representatividade no PAM com os projectos:

- ✓ Fornecimento de refeições aos alunos do EB1 e do ensino Pré-escolar – 1.160.421 €
- ✓ Programa de Enriquecimento Curricular – 1.122.256 €
- ✓ Transportes Escolares – 560.265 €
- ✓ Programa de expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – 335.865 €;

Em termos de Investimento, destacam-se:

- ✓ Aquisição de equipamento pedagógico diverso, didáctico e tecnológico (novas tecnologias) com destino a equipar edifícios escolares do EB1 – 351.955 €
- ✓ Construção, ampliação beneficiação e recuperação, edifícios escolares do EB1 e JI, incluindo diversos projectos de estudo de enquadramento urbanístico - 907.341 €

Os *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos*, ocupam 14,6% das GOPS com a importância de 4.932.344 € sendo a sub-função *Desporto, Recreio e Lazer* aquela que mais contribui para esta posição.

Os projectos de investimento de maior visibilidade foram:

- ✓ Aquisição de terrenos para a "Construção do Centro de Desportos Equestres, na Freguesia de Silva Escura" – 523.333 €
- ✓ Construção do Complexo Desportivo de Vermoim – 461.635 €
- ✓ Construção do Complexo Desportivo de Nogueira, na Freguesia de Nogueira – 440.150 €
- ✓ Construção do Parque de Jogos de Gondim – 351.368 €
- ✓ Recuperação das Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta – 226.188 €
- ✓ Construção do Complexo Desportivo do Castelo da Maia – 141.140 €

Não menos importantes foram as actividades desenvolvidas como sejam:

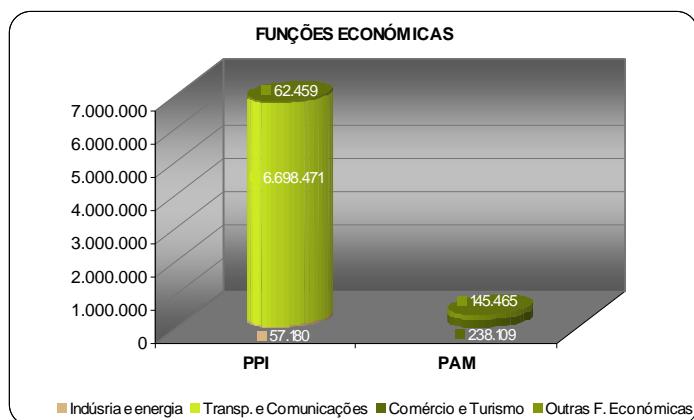
- ✓ Férias Desportivas Municipais – 138.549 €;
- ✓ Festival Internacional de Teatro Cómico: "Teatro Cómico Maia" – 133.722 €
- ✓ Apoio na remodelação, reconstrução e ampliação das instalações da Associação Dramática Recreativa e Cultural "Os Leais e Videirinhos de Pedrouços" – 121.614 €
- ✓ Promoção da "Semana Jovem". – 114.900 €;
- ✓ Realização da "Taça Internacional Maia Jovem", em Ténis – 61.033 €
- ✓ Refira-se ainda a participação à Academia das Artes, E.M., no âmbito do Contrato Programa celebrado, no montante de 515.000 €, tendo em vista o desenvolvimento de diversas actividades de carácter cultural.

No âmbito da *Segurança e Ação Sociais*, no ano 2008, teve maior representatividade a cooperação com entidades de apoio social, na construção e remodelação de edifícios ao abrigo de 316.145 €. Não menos importante foi a atribuição do cabaz de Natal e o apoio à actividade do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados da Maia cabendo-lhe respectivamente as importâncias de 57.868 € e 41.950 €.

Neste exercício económico a rubrica *Saúde* foi introduzida nas Funções Sociais. Compreendeu acções de prevenção e educação tais como:

- ✓ "Maia Saúde";
- ✓ Campanha de prevenção da diabetes;
- ✓ Programa de educação alimentar "O Pequeno Grande Almoço".

FUNÇÕES ECONÓMICAS



No que concerne às *Funções Económicas*, estas absorveram 7.201.684 € (24%) da nova facturação das GOPS, com especial preponderância para os *Transportes e Comunicações*, contribuindo sobremaneira o investimento de 6.698.471 € efectuado na construção, recuperação beneficiação de viadutos, arruamentos e obras complementares, drenagem de águas pluviais pavimentação e repavimentação, em vários locais do Concelho.

A Função *Comércio e Turismo* compreendeu o montante de 238.109 € que teve como destino as seguintes actividades mais relevantes:

- ✓ Programa de "Turismo Sénior" – 144.537 €
- ✓ Feira de Artesanato – 80.070 €
- ✓ Festival Gastronómico – 6.604 €
- ✓ Festival da Criança, ANIMAIA – 4.997 €
- ✓ Programa de animação de Natal – 1.902 €
- ✓ As Outras Funções Económicas, que envolvem as sub-funções: Defesa do Consumidor, as Novas Tecnologias e os Activos Financeiros abrangeram:
 - ✓ A participação no capital social da empresa Águas do Cávado, S.A., absorvendo 91.000.
 - ✓ Actividades desenvolvidas no "Espaço Internet da Maia" - 15.965 €
 - ✓ Sustentabilidade do programa Maiadigital – 62.459 €

A *Indústria e Energia* comportam exclusivamente o investimento na rede de Iluminação Pública e Infra-estruturas Eléctricas e em 2008, ascendeu a 57.180 €

2
0
0
8



ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

ENQUADRAMENTO

No exercício de 2008 e na sequência do que se tem verificado nos últimos anos, mais uma vez foi visível, a preocupação generalizada com o controlo dos défices orçamentais e do endividamento público.

De facto a política de contenção orçamental, a que a situação das Finanças Públicas do país obriga, impeliu o governo a adoptar políticas de grande rigor na gestão e controlo da despesa do sector público administrativo, designadamente na área da administração local, consagrando desde logo, medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal através de previsão de novas regras de cálculo para a respectiva capacidade de endividamento de cada município que se encontram vertidas na actual Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

No âmbito deste espírito a Lei do Orçamento do Estado para 2008, veio introduzir de novo uma alteração ao conceito de endividamento municipal inicialmente previsto na referida Lei das Finanças Locais ao incluir o endividamento líquido e os empréstimos das sociedades comerciais nas quais os municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas de Porto e Lisboa detenham, directa ou indirectamente, uma participação social, no caso de incumprimento das definidas regras de equilíbrio das suas contas.

Ressalva-se assim que, contrariamente ao exercício de 2007, durante a gerência em apreço o conceito de endividamento municipal incorpora também no município os efeitos do endividamento dessas sociedades comerciais, caso estas estejam em incumprimento das regras de equilíbrio das suas contas, o que aconselha prudência em qualquer análise comparativa.

Com esta mudança legislativa intensificam-se ainda mais as regras susceptíveis de impor um maior controlo do endividamento municipal em lato sensu, sendo de continuar a evidenciar, o triplo efeito resultante da conjugação da Lei das Finanças Locais com o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local.

Ponderando o exposto organiza-se presente capítulo em duas partes:

✓ **Endividamento - Stricto Sensu**

Na primeira parte desenvolve-se uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, desconsiderando as influências do sector empresarial local, das associações dos municípios e de igual modo dos serviços municipalizados, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento, como tem sido prática corrente dos últimos anos.

Refira-se que em primeira linha é feita uma abordagem generalizada à evolução dessa dívida global, após a qual se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

✓ **Endividamento - Lato Sensu**

Na segunda parte procede-se ao apuramento do endividamento líquido municipal compatível com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), incorporando no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das

regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico, os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como dos limites específicos para a celebração de empréstimos de curto, médio e longo prazo. Por último avalia-se a posição do município face a esses limites.

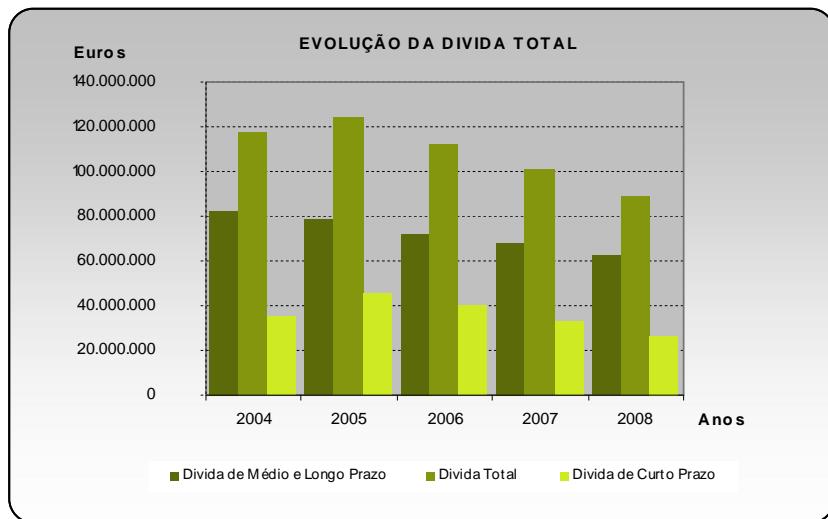
Interessa mencionar que no âmbito desta análise ao endividamento, e independentemente da estrutura apresentada no balanço para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, considerou-se como dívida de médio e longo prazo, aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

ENDIVIDAMENTO – STRICTO SENSU

No contexto da presente análise da dívida, importa anotar que a mesma atende à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço, excluída dos adiantamentos por conta de vendas em hasta pública, por se entender não configurarem verdadeiras obrigações do município perante terceiros, mas meras situações transitórias, cuja resolução só depende da formalização das escrituras de venda respectivas.

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL					
	2004	2005	2006	2007	2008	2004-2008
Divida de Médio e Longo Prazo	82.406.811	78.474.254	72.132.526	68.209.355	62.187.638	-20.219.173
Divida de Curto Prazo	35.584.999	45.666.125	40.198.367	32.829.558	26.638.184	-8.946.815
Divida Total	117.991.810	124.140.379	112.330.893	101.038.913	88.825.821	-29.165.989
Taxa de crescimento da dívida	-2,7%	5,2%	-9,5%	-10,1%	-12,1%	-24,7%
Médio e longo prazo	-4,3%	-4,8%	-8,1%	-5,4%	-8,8%	-24,5%
Curto prazo	1,4%	28,3%	-12,0%	-18,3%	-18,9%	-25,1%

Un: Euros



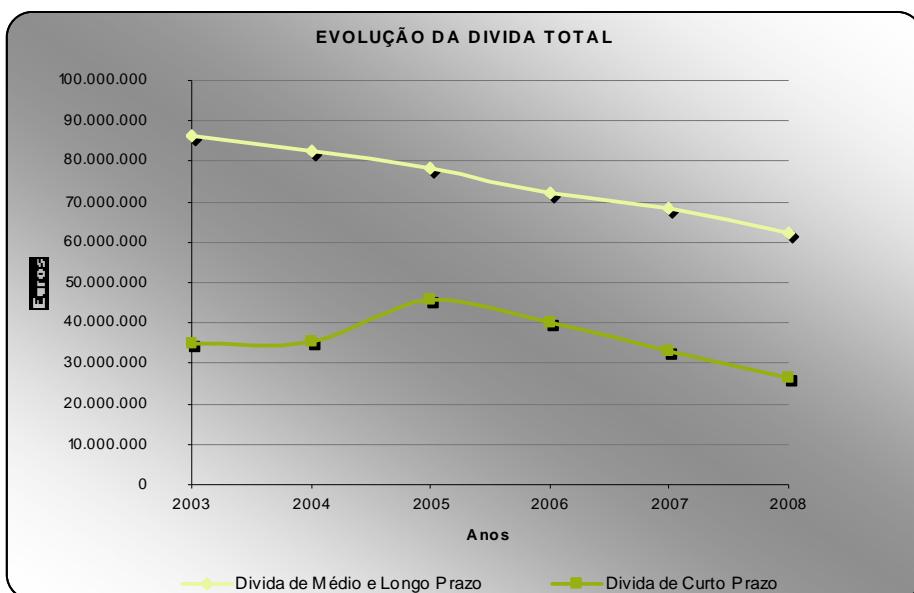
Em conformidade com os valores constantes do quadro apresentado, conclui-se que no exercício de 2008 continua a tendência demonstrada nos últimos anos, sendo de assinalar que a dívida total do município regista neste quinquénio um decréscimo na ordem de (-) 25%, ou seja, de (-) 29.165.989€, produto do comportamento das suas duas componentes embora com reflexos mais notórios ao nível do curto prazo.

Se a redução patenteada pela dívida de médio e longo prazo provém do cumprimento dos planos de amortização definidos para os empréstimos de igual natureza, associada ao facto de não terem sido contraídos novos empréstimos de médio e longo prazo, já a dívida de curto prazo, denota o esforço desenvolvido pelo município no âmbito do controlo do endividamento autárquico.

De facto, tal como aconteceu nas duas anteriores gerências, no ano em apreço verifica-se uma acen-tuada diminuição das dívidas de terceiros de curto prazo, que ao totalizarem 26.638.184€ impli-cam cerca de (-) 6.200.000€ de passivo de curto prazo, o que traduz uma redução de (-) 19%.

Do exposto, resulta evidente que a diminuição do passivo e o controlo do endividamento autárquico tem sido um dos objectivos prosseguidos pelo município, cuja concretização se tem vindo a pautar pelo sucesso nos últimos exercícios económicos, o que uma vez mais sucedeu no ano findo.

O próximo gráfico espelha esta redução da dívida do município ao longo dos últimos anos.



DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Com o objectivo de realizar investimentos necessários à dotação de infra-estruturas municipais e à criação de dinâmicas de desenvolvimento económico e social próprias, os municípios necessitam de recorrer na maioria das vezes à contratação de empréstimos de médio e longo prazo, dada a escassez de meios financeiros disponíveis.

Porém, este município desde a gerência de 2004, ao contrário do que vinha sendo prática corrente, tem assumido uma atitude cuidadosa quanto ao recurso a esta fonte de financiamento, pelo que não usufruiu na gerência em apreço de crédito bancário de médio e longo prazo.

Assim sendo, a análise desta matéria é centrada na evolução da dívida de médio e longo prazo contratualizada em exercícios anteriores, diferenciando-se para o efeito os empréstimos consoante concorram ou não para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido e do de médio e longo prazo.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO					
	2004	2005	2006	2007	2008
Dívida de MLP no inicio do periodo (1)	86.139.347	82.406.811	78.474.255	72.132.527	68.209.356
Empréstimos de MLP	86.139.347	82.406.811	78.474.255	72.132.527	66.253.302
Empréstimos MLP que relevam p/ capacidade de endividamento	58.903.811	55.909.811	52.915.811	47.625.730	42.823.586
Empréstimos MLP que não relevam p/ capacidade de endividamento	27.235.536	26.497.000	25.558.444	24.506.797	23.429.716
Outras Dívidas de MLP	0	0	0	0	1.956.054
Fornecedores imobilizado de MLP	0	0	0	0	1.956.054
Dívida de MLP contraídas e utilizadas no periodo (2)	48.063	0	0	2.114.653	0
Empréstimos de MLP	48.063	0	0	0	0
Relevam p/ capacidade de endividamento	0	0	0	0	0
Não relevam p/ capacidade de endividamento	48.063	0	0	0	0
Outras Dívidas de MLP	0	0	0	2.114.653	0
Fornecedores imobilizado de MLP	0	0	0	2.114.653	0
Juros capitalizados (3)	0	0	0	0	0
Amortizações do periodo (4)	3.780.599	3.932.557	6.341.728	6.037.824	6.021.717
Empréstimos de MLP	3.780.599	3.932.557	6.341.728	5.879.225	5.810.252
Relevam p/ capacidade de endividamento	2.994.000	2.994.000	5.290.081	4.802.144	4.802.144
Não relevam p/ capacidade de endividamento *	786.599	938.557	1.051.647	1.077.081	1.008.108
Outras Dívidas de MLP	0	0	0	158.599	211.465
Fornecedores imobilizado de MLP	0	0	0	158.599	211.465
DÍVIDA NO FIM DO PERÍODO (1+2+3-4)	82.406.811	78.474.254	72.132.527	68.209.356	62.187.639
Empréstimos de MLP	82.406.811	78.474.254	72.132.527	66.253.302	60.443.051
Empréstimos MLP que relevam p/ capacidade de endividamento	55.903.811	52.915.811	47.625.730	42.823.586	38.021.442
Empréstimos MLP que não relevam p/ capacidade de endividamento	26.497.000	25.558.444	24.506.797	23.429.716	22.421.609
Outras Dívidas de MLP	0	0	0	1.956.054	1.744.589
Fornecedores imobilizado de MLP	0	0	0	1.956.054	1.744.589
TAXA DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA MLP	-4,33%	-4,77%	-8,08%	-5,44%	-8,83%
GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS DE INVESTIMENTO POR EMPRÉSTIMOS DE MLP	0,21%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Un: Euros

* O valor apurado na gerência de 2007 corresponde à conta corrente da patrimonial

Na sequência do que tem vindo a ser demonstrado nos últimos anos, é notória a redução patenteada pela dívida de médio e longo prazo em 2008, uma vez que atinge (-) 6.021.717€, isto é, (-) 8,8% que em 2007, produto sobretudo da continuidade do serviço de dívida dos empréstimos contratados, que a cada ano que passa se vê mais abreviado, associada ao facto de não terem sido contraídos novos empréstimos de médio e longo prazo, como já foi mencionado.

No cômputo geral da diminuição obtida, o maior contributo advém das amortizações efectuadas por conta dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento, mais concretamente do empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82€, que originou uma redução de 2.785.526,58 € no valor da dívida.

Logo a seguir, apresenta-se o empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €, que determinou na gerência em apreço um corte adicional na dívida de 2.016.617,56 €

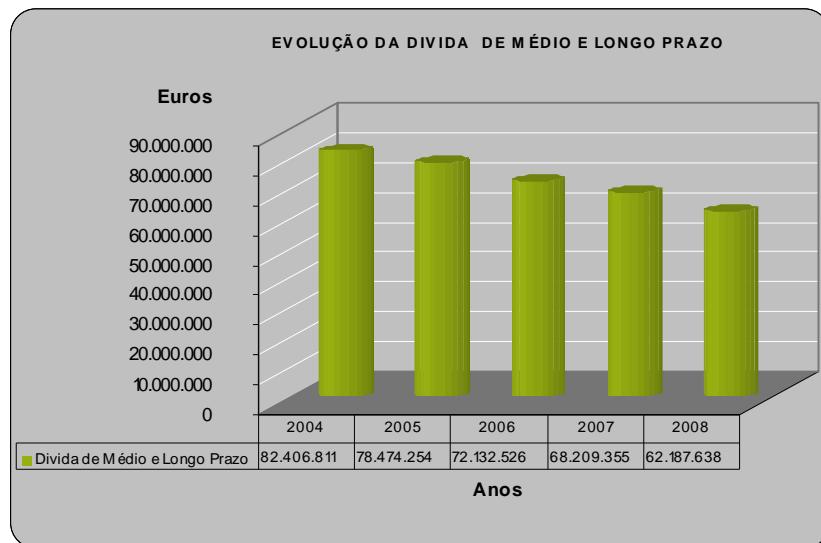
Quanto aos empréstimos denominados de complemento PER, presentemente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de "Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo" levada a cabo em 2007, anota-se que o valor total amortizado foi de 273.293,90€

No âmbito dos empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento, anota-se que actualmente só existem os empréstimos realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), em que são visíveis pequenos decréscimos derivados das sucessivas amortizações que têm ocorrido ao longo deste período, em montantes mais ou menos constantes, sendo ainda de assinalar que o menor impacto na redução da dívida advém de um volume de amortizações igual a 227.054,02€, relacionado com o primeiro contrato desta natureza celebrado com a CGD.

A rubrica de outras dívidas de médio e longo prazo, no montante de 1.744.589€, advém na integra de responsabilidade assumida pelo município em consequência de sentença homologatória proferida no

âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, construído na esfera do Programa Especial de Realojamento, e foi responsável pela redução de 211.465€ no endividamento de médio e longo prazo.

A tendência decrescente desta tipologia de dívida é bem visível no gráfico ulterior.



O respectivo enquadramento legal do município em matéria de limites à contracção de empréstimos de médio e longo prazo, é reportado no capítulo subsequente.

SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Por forma avaliar numa óptica orçamental o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, como sejam os juros e as respectivas amortizações, no total da despesa e receita municipal, insere-se um quadro ilustrativo da evolução do serviço de dívida de igual natureza, no período compreendido entre 2004 e 2008.

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO					
	2004	2005	2006	2007	2008
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento (1)	4.825.079	4.721.791	7.330.033	7.189.842	6.854.266
Amortizações	2.994.000	2.994.000	5.296.144	4.802.144	4.802.144
Juros	1.831.079	1.727.791	2.033.899	2.387.697	2.052.122
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento (2)	1.169.075	1.334.593	1.479.368	1.734.549	1.652.255
Amortizações	786.598	940.831	1.052.106	1.077.189	1.008.108
Juros	382.477	393.763	427.262	657.360	644.147
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)	0	0	0	221.241	303.465
Amortizações	0	0	0	158.599	211.465
Juros	0	0	0	62.642	92.000
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	5.994.164	6.056.393	8.809.410	9.145.632	8.809.987
Amortizações	3.780.598	3.934.831	6.348.250	6.037.932	6.021.717
Juros	2.213.556	2.121.554	2.461.151	3.107.700	2.788.270
Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo	3,5%	1,0%	45,5%	3,8%	-3,7%
Amortizações	2,1%	4,1%	61,3%	-4,9%	-0,3%
Juros	6,0%	-4,2%	16,0%	26,3%	-10,3%
Juros / Receita Total Cobrada	2,9%	3,4%	4,0%	4,0%	3,6%
Juros / Despesa Total Paga	3,4%	2,8%	4,0%	4,0%	3,8%
Juros / Despesa de Capital Paga	8,4%	5,6%	10,2%	8,7%	10,4%
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	7,8%	9,8%	14,4%	11,9%	11,5%
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	9,2%	8,0%	14,4%	11,9%	12,0%

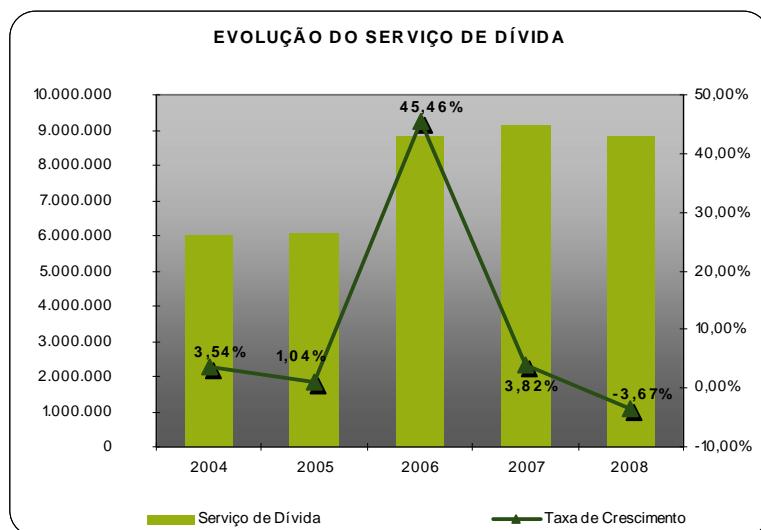
Un: Euros

Relativamente à informação constante no mapa antecedente, importa anotar que o valor das amortizações relativos ao exercício de 2007, se encontra deduzido da parte correspondente ao total de amortizações efectuadas pelo município em resultado da operação de reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo, que foi devidamente caracterizada na conta de gerência do ano anterior.

Neste considerando, conclui-se que no exercício de 2008 se inverte a tendência dos últimos anos, uma vez que, as despesas realizadas com o serviço de dívida municipal desta natureza, apresentam uma redução de (-) 3,7% ao totalizarem 8.809.987€.

Para este comportamento, contribuiu sobretudo a redução dos encargos financeiros associados aos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento, não obstante as taxas de juro terem aumentado, para o que muito concorreu a operação de reestruturação da dívida formalizada na anterior gerência, ao determinar uma redução significativa dos spreads praticados pelas instituições de crédito, e a subscrição de uma operação de cobertura de risco da taxa de juro.

O próximo gráfico retrata de forma convincente esta evolução.



No ano de 2008 o peso do Serviço de Dívida no total da receita atingiu 11,5%, e no total da despesa 12%, valores considerados próximos aos do exercício transitado, não obstante os juros terem aumentado, factor para o que terá, de igual modo, contribuído o mencionado no parágrafo anterior. Desta circunstância resulta uma menor absorção da receita cobrada pelos encargos decorrentes da dívida.

De seguida apresenta-se a descrição da despesa realizada em 2008 com Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo, por tipologia de empréstimo, assim como a respectiva previsão desses encargos para o exercício de 2009.

Descrição do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo						
	Realizado em 2008			Previsto para 2009		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
Empréstimos MLP que relevam p/ capacidade de endividamento						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta no montante de 29.927.873,82 €	2.786.527	1.181.188	3.966.714	2.785.527	1.139.598	3.925.124
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento no montante de 20.000.000,00 €	2.016.618	870.935	2.887.552	2.016.618	623.120	2.639.737
Sub Total	4.802.144	2.052.122	6.854.266	4.802.144	1.762.717	6.564.861
Empréstimos MLP que não relevam p/ capacidade de endividamento						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75 €	273.294	316.494	589.788	278.237	338.411	616.648
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C.G.D - até ao montante de 7.481.968,46 €	227.054	98.212	325.266	222.038	98.212	320.249
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D - até ao montante de 21.077.411,44 €	507.760	229.442	737.202	522.930	211.014	733.944
Sub Total	1.008.108	644.147	1.652.255	1.023.205	647.637	1.670.841
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo						
Fornecedores de Imobilizado de MLP	211.465	92.000	303.465	211.465	85.246	296.711
Sub Total	211.465	92.000	303.465	211.465	85.246	296.711
TOTAL	6.021.717	2.788.270	8.809.987	6.036.814	2.495.600	8.532.414

Un: Euros

Corroborando o avaliado em anteriores exercícios, continua a ser dominante o peso do serviço de dívida dos empréstimos que relevam para efeitos da determinação dos limites de endividamento, sendo de distinguir que o maior tributo adveio do empréstimo bancário contratado com o Banco Santander Totta no montante de 3.966.174€, logo seguido pelo empréstimo bancário adjudicado ao Banco Português de Investimento no valor de 2.887.552€. Estes empréstimos foram responsáveis por cerca de 78% do valor global do serviço de dívida ao absorverem 6.854.266€.

Como tem sido habitual, o município tem cumprido regularmente o seu serviço de dívida.

No que se reporta à previsão para o ano de 2009, anota-se que o serviço de dívida permanece com a mesma estrutura, prevendo-se um ligeiro aumento das amortizações e em contrapartida uma diminuição do valor dos juros a pagar.

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

No quadro imediato apresenta-se uma síntese dos empréstimos existentes à data de 31 de Dezembro de 2008 e respectivos valores do capital em dívida, diferenciando-os consoante relevem ou não para o cálculo da capacidade de endividamento, com o objectivo de permitir uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo.

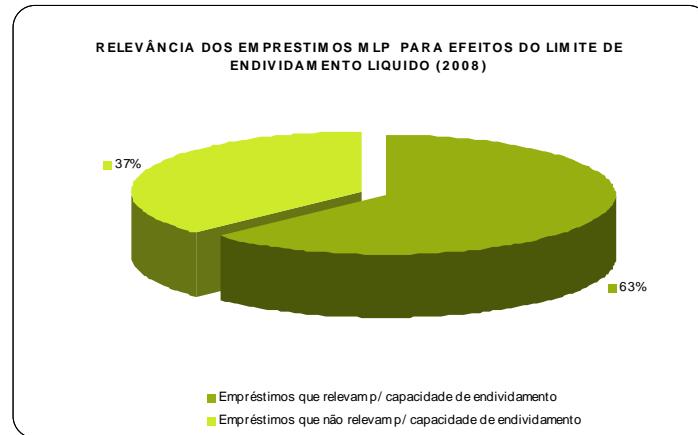
A título de informação complementar, de igual modo se decompõe a referida dívida em função da sua exigibilidade, promovendo a autonomização da parte correspondente às amortizações que ocorrem no próximo exercício, permanecendo para comparativo o exercício de 2007.

A este propósito refere-se que o valor da dívida de fornecedores de imobilizado exigível a médio e longo prazo inscrito em 2007, de 1.744.589€, está excluído de 158.599€ cuja exigibilidade, em abono da verdade, e contrariamente à informação prestada na conta de gerência do ano anterior, ocorreu em 2008, o que determinou a sua inclusão na dívida de curto prazo, passando assim o seu montante de 52.866€ para 211.465€.

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA POR GRAU DE EXIGIBILIDADE					
	2007		2008		
	Valor	Peso	Valor	Peso	Varição
EXIGIVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO					
Emprestimos de Médio e Longo Prazo	62.182.616	99,99%	56.150.824	90,29%	-9,70%
Emprestimos que relevam para a capacidade de endividamento	60.438.027	97,19%	54.617.700	87,83%	-9,63%
Emprestimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	38.021.441	61,14%	33.219.297	53,42%	-12,63%
Emprestimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	22.054.677	35,46%	19.269.150	30,99%	-12,63%
Emprestimos que não relevam para a capacidade de endividamento	15.966.765	25,68%	13.950.147	22,43%	-12,63%
Emprestimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	22.416.586	36,05%	21.398.403	34,41%	-4,54%
Emprestimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	6.740.937	10,84%	6.462.700	10,39%	-4,13%
Emprestimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	4.483.831	7,21%	4.261.333	6,85%	-4,96%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	11.191.818	18,00%	10.674.370	17,16%	-4,62%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.744.589	2,81%	1.533.123	2,47%	-12,12%
EXIGIVEL A CURTO PRAZO	6.026.739	9,69%	6.036.814	9,71%	0,17%
Emprestimos de Médio e Longo Prazo	5.815.274	9,35%	5.825.349	9,37%	0,17%
Emprestimos que relevam para a capacidade de endividamento	4.802.144	7,72%	4.802.144	7,72%	0,00%
Emprestimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	2.785.527	4,48%	2.785.527	4,48%	0,00%
Emprestimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	2.016.618	3,24%	2.016.618	3,24%	0,00%
Emprestimos que não relevam para a capacidade de endividamento	1.013.129	1,63%	1.023.205	1,65%	0,99%
Emprestimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75€	273.294	0,44%	278.237	0,45%	1,81%
Emprestimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	226.594	0,36%	222.038	0,36%	-2,01%
Emprestimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	513.242	0,83%	522.930	0,84%	1,89%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	211.465	0,34%	211.465	0,34%	0,00%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	211.465	0,34%	211.465	0,34%	0,00%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	68.209.355	109,68%	62.187.638	100,00%	-8,83%

Un: Euros

Em conformidade com os valores apresentados e de acordo com o disposto na Lei das Finanças Locais, constata-se que do total dos empréstimos médio e longo prazo contraídos, 37% estão excluídos para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido, sendo de mencionar que na sua grande maioria, tais empréstimos respeitam à linha de crédito bonificado ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, no âmbito da construção da habitação social.



DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferência para as autarquias locais e por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos cinco anos se retrata no quadro seguinte.

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO							
	2004	2005	2006	2007	2008			
						Valor	Peso	Variação
Fornecedores c/c	5.642.277	5.531.218	4.545.864	3.992.302	3.735.283	14,0%	-6,4%	
Fornecedores c/c	5.642.277	5.531.218	4.060.894	3.680.135	3.604.849	13,5%	-2,0%	
Fornecedores c/c - com factoring			484.970	312.167	130.434	0,5%	-58,2%	
Fornecedores imobilizado	26.436.111	37.462.165	32.638.378	21.217.971	16.421.032	61,6%	-22,6%	
Fornecedores imobilizado	26.436.111	37.462.165	15.243.270	9.653.042	10.709.224	40,2%	10,9%	
Fornecedores imobilizado - com factoring	0	0	17.395.107	11.564.929	5.711.808	21,4%	-50,6%	
Outros credores	3.506.611	2.672.743	3.014.168	7.619.284	6.481.869	24,3%	-14,9%	
Estado	22.530	0	10.570	13.913	14.195	0,1%	2,0%	
Credores de transferências das autarquias	1.782.781	1.890.193	2.448.805	6.178.668	5.848.082	22,0%	-5,4%	
Credores por Investimentos Financeiros	62.350	62.350	162.350	101.000	0	0,0%	-100,0%	
Credores Diversos -	1.638.950	720.200	392.443	1.325.703	619.591	2,3%	-53,3%	
Total da Dívida de Curto Prazo	35.584.999	45.666.126	40.198.410	32.829.558	26.638.184	100,00%	-18,9%	
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto prazo	1,4%	28,3%	-12,0%	-18,3%	-18,9%			
Fornecedores c/c	-37,5%	-2,0%	-17,8%	-12,2%	-6,4%			
Fornecedores imobilizado	19,2%	41,7%	-12,9%	-35,0%	-22,6%			
Outros credores	-9,5%	-23,8%	12,8%	152,8%	-14,9%			

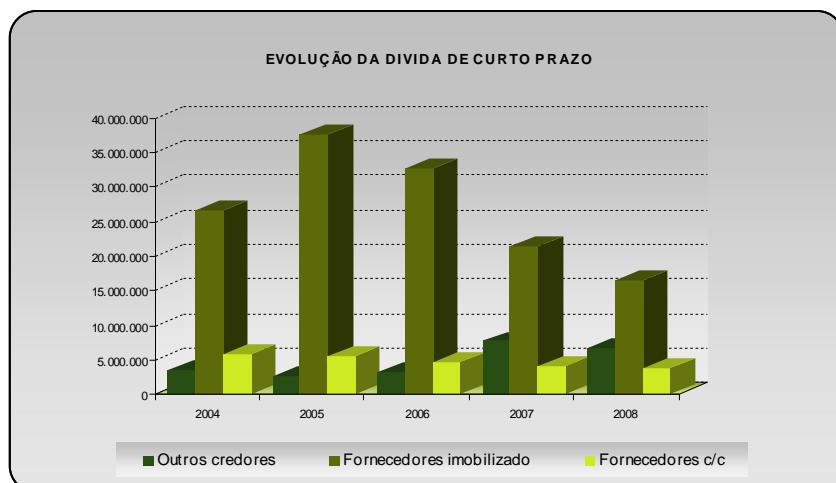
Un: Euros

Comparados os dados apresentados transparece desde logo a notória diminuição da dívida de curto prazo, que quando indexada aos últimos cinco anos representa uma quebra de cerca de (-) 25%, o que significa menos 9.000.000€ neste tipo de passivo.

Permanece assim em 2008 a tendência verificada desde 2006, uma vez que a dívida constituída pelas diferentes rubricas atrás assinaladas acusa, face ao ano transacto, o acentuado decréscimo de (-) 18,9%, em resultado sobretudo da redução dos créditos a fornecedores de imobilizado que redundou numa variação de (-) 4.796.940€, continuando a aparecer esta componente como a de maior peso no total da dívida de curto prazo.

O mesmo comportamento foi manifestado pela dívida absorvida pelos outros credores que em 2008, ao contrário das duas últimas gerências, apresenta um decréscimo de (-)14,9%, em particular devido à actuação da rubrica de credores diversos, cujo valor diminui cerca de 53%.

Com a finalidade de obter uma melhor percepção das variações ocorridas no último quinquénio, estrutura-se graficamente a composição da dívida de curto prazo e respectivos valores.



Por fim interessa de novo assinalar que em relação ao investimento realizado pelo município no âmbito de projectos co-financiados, onde já existe o emprego de capitais na aquisição de bens de equipamento, e como tal já com dívida consolidada, o Estado apresenta uma dívida para com a Autarquia, que totaliza 1.593.278€. É disso exemplo o crédito do município sobre o INH, no valor de 1.287.044€, que na sua quase totalidade respeita a retenções de 10% das comparticipações aprovadas, relativamente às quais encontram-se já solvidas perante os empreiteiros as inerentes despesas.

ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU

Em matéria de controlo do endividamento autárquico a nova Lei das Finanças Locais, estabelece dois limites ao endividamento municipal:

- ✓ Um limite ao endividamento líquido, correspondente a um stock de 125% dos seguintes recursos próprios: transferências do Estado, participação variável no IRS e receitas de impostos municipais;
- ✓ Um limite à contracção de empréstimos, correspondente a 100% daqueles recursos.

Por efeito do não cumprimento dos limites específicos de endividamento anteriormente definidos, é previsível a redução das transferências financeiras aos municípios que violem os limites da dívida, em igual montante, cujo quantitativo reverte de forma irreversível para o Fundo de Regularização Municipal, encontrando-se o seu funcionamento regulado no Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março.

Este conceito de endividamento municipal incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação.

No âmbito da análise aqui desenvolvida é também deveras importante alertar para os efeitos decorrentes da alteração contemplada em sede da Lei do Orçamento do Estado para 2008 ao conceito de endividamento municipal inicialmente previsto na Lei das Finanças Locais.

Em consequência desta alteração, a partir de 2008 a determinação do endividamento líquido total de cada município passou a ter de incluir o endividamento líquido e os empréstimos das sociedades comerciais nas quais os municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas de Porto e Lisboa detenham, directa ou indirectamente, uma participação social, no caso de incumprimento das referidas regras de equilíbrio das suas contas.

Neste considerando tornou-se necessário recalcular o novo montante do endividamento municipal à data de 31/12/2007, incorporando o impacto do endividamento destas sociedades, pelo que este valor não será coincidente com o que consta dos documentos de prestação de contas do exercício de 2007.

Esta nova realidade determina, como é evidente, que qualquer análise comparativa deva ser elaborada com muita prudência.

Convém ainda identificar que de acordo com as disposições legais em vigor estão excepionados do limite ao endividamento:

- ✓ Os empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afectadas por situações de calamidade pública;
- ✓ Os empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo das disposições legais que os excepcionavam dos respectivos limites;
- ✓ As dívidas às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão consolidadas até 31 de Dezembro de 1998;
- ✓ Os empréstimos e os encargos com empréstimos a contraír para a conclusão dos programas especiais de realojamento (PER) cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até 1995;
- ✓ De acordo com prévia autorização do ministro das finanças, os empréstimos e amortizações destinados exclusivamente ao financiamento de projectos com participação de fundos comunitários, desde que o montante máximo de crédito não exceda 75% do montante da participação pública nacional necessária para a execução dos projectos co-financiados pelo FEDER ou Fundo de Coesão, devendo ser tido em consideração o nível existente de endividamento global das autarquias locais;
- ✓ Os empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de infra-estruturas de programas de reabilitação urbana, desde que previamente autorizados por despacho do Ministro das Finanças;
- ✓ Em sede de Lei do Orçamento do Estado para 2008 foram ainda excepcionados os empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de investimentos no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos, os quais devem ser previamente autorizados por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Em conformidade com o exposto, desenvolve-se uma apreciação ao endividamento municipal durante o exercício de 2008, começando por introduzir um mapa ilustrativo dos diferentes limites de endividamento do município para o ano em apreço, calculados com base nas receitas municipais definidas na actual Lei das Finanças Locais.

CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL			
ANO DE 2008			
	Designação	Montante (Euros)	Observações
Receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites do endividamento			
(1)	IMI 2007	16.006.038	
(2)	IMT 2007	12.207.406	
(3)	IMV 2007	1.971.225	Receitas cobradas Líquidas constantes no Mapa de Controlo Orçamental da receita de 2007
(4)	CA 2007	603.354	
(5)	SISA 2007	1.187.498	
(6)	Derrama 2007	6.824.218	
(7)	SEL 2007	0	
(8)	Fundos Municipais OE 2008	10.464.433	
(9)	Total de receitas a considerar	49.264.172,16	(9)=somatório de (1) a (8)
(10)	Limite aos Empréstimos de Curto Prazo	4.926.417,22	(10)=10% x (9)
(11)	Limite aos Empréstimos de Médio e Longo Prazo	49.264.172,16	(11)=100% x (9)
(12)	Limite ao Endividamento Líquido	61.580.215,20	(12)=125% x (9)

Un: Euros

LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO

Ao abrigo da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), o produto de empréstimos constitui receita dos municípios, estando definido no n.º 3 do seu art.º 38.º que os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades momentâneas de tesouraria, até um montante máximo determinado nos termos do n.º 1 do seu artigo 39.º, devendo ser amortizadas num prazo máximo de um ano após a sua contratação, sob pena serem considerados para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo.

O valor máximo atrás referido, não podendo exceder em qualquer momento do ano 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior, fixou-se para 2008 em 4.926.417,22€

Para ocorrer a necessidades momentâneas de tesouraria durante a gerência de 2008 foi aprovada a contratação de um empréstimo bancário de curto prazo no montante global de 4.700.000 €, com a instituição Caixa de Crédito Agrícola Mutuo.

Refira-se que no âmbito da sua contratação apenas foram utilizados 2.000.000€, montante que foi integralmente amortizado no decurso da gestão em apreço e que originou o pagamento de juros no valor de 58.791,87€

A aprovação para a contratação deste empréstimo foi deliberada na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 29 de Novembro de 2007 e Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que se realizou em 19 de Dezembro do mesmo ano, por ocasião da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008.

Considerando que o valor total contratado deste empréstimo foi integralmente amortizado durante o exercício não é considerado para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo prazo, conforme dispõe o artigo 39.º da mencionada lei das finanças locais.

Os empréstimos e aberturas de crédito de curto prazo das restantes entidades participadas pelo município, cujo no montante não foi amortizado até 31 de Dezembro do ano em causa, serão de seguida considerados para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo.

EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

No que toca aos empréstimos de médio e longo prazo estes, de igual modo, constituem receita dos municípios, podendo ser contraídos para aplicação em investimentos, ou ainda para proceder ao saneamento ou reequilíbrio financeiro dos municípios, desde que o montante em dívida desta natureza não exceda, em 31 de Dezembro de cada ano do ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participação do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

Nos termos desta disposição legal verifica-se que para o exercício de 2008 o limite municipal em matéria de contratação de empréstimos de MLP corresponde a 49.264.172,16€

Considerando que o município à data de 31 de Dezembro de 2006 violava o limite de endividamento de médio e longo prazo, face às disposições constantes na lei das finanças locais, passou a ser obrigado a reduzir, em cada ano subsequente, pelo menos 10% do montante que excedia o seu limite naquela data, até atingir o legalmente imposto, que na gerência em análise se situa nos atrás mencionados 49.264.172,16€.

Para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, consideram-se todos os montantes contraídos, incluindo aberturas de crédito e os dos empréstimos obrigacionistas, se for caso disso, bem como os dos empréstimos e de aberturas de crédito de curto prazo no montante não amortizado até 31 de Dezembro do ano em causa (n.º 4 do artigo 39.º da LFL):

- ✓ Os empréstimos deste tipo, contraídos por associações de municípios (AM), relevam para o cálculo do montante em dívida de médio e longo prazo na proporção da participação do município no seu capital social;
- ✓ Também, os contratados pelas Entidades do Sector Empresarial Local contribuem para o mesmo apuramento, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstos no regime jurídico do SEL (n.º 2 do artigo 36.º da LFL e n.º 1 do artigo 32.º do RJSEL), proporcionalmente à participação do município no seu capital social.

Em matéria de regime excepcionado quanto a este tipo de empréstimos para efeitos de cálculo da posição do município face a esse limite, importa anotar que, de acordo com a metodologia adoptada pela Direcção Geral das Autarquias Locais, apenas são de excluir:

- ✓ Os montantes em dívida dos empréstimos contratados no âmbito do Programa Especial de Realojamento, no caso do município;
- ✓ Os empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela LIPOR, na parte proporcional à participação da autarquia, por se destinarem ao financiamento de projectos co-financiados.

Não sendo por isso, de desconsiderar os encargos associados a estes empréstimos.

Calculado nestes termos, o valor global da dívida desta natureza à data de 31/12/2008, ascende a 48.020.951€.

Tendo em vista uma avaliação mais detalhada reproduz-se em quadro próprio os valores que relevam para efeitos desta determinação e do posicionamento do município face a esses limites.

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	
ANO DE 2008	
Capital em dívida a 31/12/2008	
Empréstimos de MLP que relevam para o limite (1)	
CÂMARA MUNICIPAL	46.553.236
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82 €	22.054.677
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000 €	15.966.765
SMAS	0
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL	
EMEM-ESTACIONAMENTO	0
ACADEMIA DAS ARTES	0
MAIAMBIENTE	0
ESPAÇO MUNICIPAL	0
TUM	0
RENOVARUM	0
MACMAI	49.009
TECMAIA	8.481.623
METRO	1.162
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais	
MUNICIPIA	0
NET	0
PORTGÁS	0
PRIMUS	0
PARQUE MAIOR	0
HOSPITAL LIDADOR	0
ÁGUAS DE DOURO E PAIVA	0
ÁGUAS DO CÁVADO	0
ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	
LIPOR	0
GAMP	0
Empréstimos de MLP que não relevam para o limite (2)	
CÂMARA MUNICIPAL	34.322.613
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a C G D - no montante de 8.110.078,26	4.483.371
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	11.197.300
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75€	6.740.937
SMAS	0
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL	
EMEM-ESTACIONAMENTO	0
ACADEMIA DAS ARTES	0
MAIAMBIENTE	0
ESPAÇO MUNICIPAL	0
TUM	0
RENOVARUM	0
MACMAI	0
TECMAIA	0
METRO	0
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais	
MUNICIPIA	0
NET	0
PORTGÁS	0
PRIMUS	0
PARQUE MAIOR	0
HOSPITAL LIDADOR	0
ÁGUAS DE DOURO E PAIVA	0
ÁGUAS DO CÁVADO	0
ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	
LIPOR	11.901.006
GAMP	0
Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 31 de Dezembro de 2008 (3)	
CÂMARA MUNICIPAL	1.467.715
Empréstimo Bancário de curto prazo contraído com a C G D - no montante de 4.700.000	0
SMAS	0
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL	
EMEM-ESTACIONAMENTO	0
ACADEMIA DAS ARTES	6.246
MAIAMBIENTE	0
ESPAÇO MUNICIPAL	0
TUM	0
RENOVARUM	0
MACMAI	36.000
TECMAIA	640.697
METRO	21
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais	
MUNICIPIA	0
NET	365
PORTGÁS	0
PRIMUS	0
PARQUE MAIOR	0
HOSPITAL LIDADOR	0
ÁGUAS DE DOURO E PAIVA	0
ÁGUAS DO CÁVADO	0
ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	
LIPOR	784.386
GAMP	0
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS MLP QUE RELEVAM PARA O LIMITE À DATA DE 31/12/2008 = (1)+(3)	
LIMITE DOS EMPRÉSTIMOS DE MLP (4)	49.264.172
CAPACIDADE LIQUIDA DE CONTRAIR EMPRÉSTIMOS DE MLP = (4)-(1)+(3)	1.243.221
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS MLP QUE RELEVAM PARA O LIMITE À DATA DE 31/12/2007	
Un: Euros	51.752.422

Da sua análise ressalta desde logo que apesar do impacto negativo do sector empresarial local o endividamento de médio e longo prazo do município, *lato sensu*, apresenta um decréscimo em relação à gerência anterior de (-) 3.731.471€, o que permitiu posicionar o município, pela primeira vez nos últimos anos, abaixo do limite legalmente imposto em 1.243.221€.

Conforme já foi mencionado refere-se uma vez mais que em sede da Lei do Orçamento do Estado para 2008, para efeitos de cálculo de endividamento municipal, o conceito de sector empresarial local passou a ser mais lato, ao incluir as sociedades comerciais nas quais os municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas de Porto e Lisboa detenham, directa ou indirectamente, uma participação social, a contrario do conceito subjacente ao exercício de 2007.

Neste pressuposto o montante agora referenciado como endividamento municipal de médio e longo prazo à data de 31/12/2007, não é coincidente com o calculado no final da anterior gerência, o que aconselha prudência em qualquer análise comparativa.

LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL

A apreciação do endividamento líquido municipal a seguir promovida atende à informação contida no balanço, englobando por isso, quer as operações orçamentais quer não orçamentais, ao contrário da avaliação desenvolvida no capítulo da dívida de curto prazo, considerando que o conceito de endividamento líquido municipal legalmente definido é compatível com o Sistema Europeu de Contas Regionais e Locais de 1995 (SEC). Pretende-se assim determinar a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria, os créditos sobre terceiros e os investimentos financeiros.

Tal como sucedeu na apreciação dos limites ao endividamento de médio e longo prazo também este conceito de endividamento líquido incorpora no município os efeitos do endividamento das Entidades do Sector Empresarial Local, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstos no regime jurídico do SEL, das associações de municípios (AM), e dos serviços municipalizados, proporcionalmente à participação do município no seu capital social.

O mesmo raciocínio é aplicável no que toca à alteração promovida em sede da Lei do Orçamento do Estado para 2008, em matéria da extensão do conceito de sector empresarial local para efeitos de cálculo de endividamento líquido, pelo que, de igual modo o montante agora referenciado como endividamento líquido à data de 31/12/2007 não coincide com o determinado no final da anterior gerência.

Com esta mudança legislativa intensificam-se ainda mais as regras susceptíveis de impor um maior controlo do endividamento municipal em *lato sensu*, sendo de continuar a evidenciar, o triplo efeito resultante da conjugação da Lei das Finanças Locais com o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, na medida que exige:

- ✓ A Consolidação de contas das empresas municipais participadas em 100% e dos serviços municipalizados, embora não seja ainda aplicável à gerência de 2008, devido à inexistência do respectivo enquadramento legal;
- ✓ O agravamento do nível de endividamento municipal na proporção da sua participação societária em empresas do sector empresarial local com desequilíbrio de contas, que neste exercício também passou a incluir as sociedades comerciais nas quais os municípios, associações de municípios e áreas

metropolitanas de Porto e Lisboa detenham, directa ou indirectamente, uma participação social, o que contrariamente ao conceito existente em 2007.

✓ A obrigatoriedade de pagamento do prejuízo de exploração das empresas municipais na proporção da participação societária dos municípios.

Ponderando o exposto verifica-se mais uma vez uma modificação significativa na fórmula de cálculo do endividamento líquido municipal, mormente em relação à utilizada na anterior gerência, o que inviabiliza qualquer análise comparativa que se pretenda séria e responsável, devido às implicações de tão elevada ordem.

Tendo por finalidade, demonstrar o enquadramento do município em relação a esta matéria, afigura-se um quadro resumo que reflecte o impacto da incorporação do Sector Empresarial Local, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS), das Associações de Municípios no total do endividamento líquido municipal, à data de 31 de Dezembro de 2008.

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AOS LIMITES DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL																							
ANO DE 2008																							
	CMM	SMAS	EMEM - ESTACIONA	ACADEMIA ARTES	MAIAMBIENTE	ESPAÇO MUNICIPAL	TRANSPORTES URBANOS	RENOVARUM, LDA	MACMAI, LDA	TECMAI, SA	METRO PORTO, SA	MUNICÍPIA	NET	PORTGAS	PRIMUS	PARQUE MAIOR	HOSPITAL LIDADOR	ÁGUAS DE DOURO E PAIVA	ÁGUAS DO CAVADO	LIPOR	GAMP	TOTAL	
Total do endividamento																							
1 Endividamento Líquido*	100.539.192	29.329.885	0	0	2.886.507	0	0	0	87.902	11.001.686	1.218	0	0	0	0	0	59.456	0	0	18.598.107	-339.592.53	162.164.361	
2 Empréstimos de MLP *	60.443.049	0	0	6.246	0	0	0	0	0	85.009	9.122.320	1.183	0	365	0	0	0	0	0	0	12.685.392	0	82.343.565
Excepções ao endividamento **	68.060.795	33.256.676	0	0	0	-1.351.963	0	0	0	1.432.773	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18.087.995	0	119.486.275
3 Subsídios ao Investimento	45.639.187	13.292.590	0	0	0	0	0	0	0	1.432.371	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.344.920	0	69.709.068
4 Desacertos Créditos s/ SEL/Créditos S/CMM	0	0	0	0	0	-1.351.963	0	0	0	402	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-3.157.931	0	-4.503.493
5 Dívidas à EDP	0	19.964.087	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19.964.087
6 Empréstimos de MLP*excepionados	22.421.608	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11.901.006	0	34.322.613
Endividamento a considerar																							
7 Endividamento Líquido = (1)-(3)-(4)-(5)	32.478.398	-3.926.791	0	0	2.886.507	1.351.963	0	0	87.902	9.568.913	1.218	0	0	0	0	0	59.456	0	0	510.113	-339.593	42.678.086	
8 Empréstimos de MLP = (2)-(6)	38.021.441	0	0	6.246	0	0	0	0	85.009	9.122.320	1.183	0	365	0	0	0	0	0	0	0	784.386	0	48.020.951
Verificação do cumprimento dos limites a 2008-12-31																							
Limites																							
Endividamento Líquido	125,00%											49.264.172,16				61.580.215							
Empréstimos de MLP	100,00%											49.264.172,16				49.264.172							
Montante em excesso																							
Endividamento Líquido = (6)-(8)																-18.902.129							
Empréstimos de MLP = (7)-(9)																-1.243.221							
Endividamento a considerar à data de 31/12/2007**																							
Endividamento Líquido																68.476.182							
Empréstimos de MLP																51.752.422							
Redução do Endividamento																							
Endividamento Líquido																25.798.096							
Empréstimos de MLP																3.731.471							

Urn. Euros

* A parte dos SMAS refere-se exclusivamente à dívida à EDP

** Consideradas para efeitos de cálculo dos limites do endividamento, isto é, deduzindo as contas 27.45 a 27.49 e 23 excepcionada.

*** Montante recalculado considerando as alterações introduzidas pela Lei do Orçamento do Estado para 2008 ao artigo 36.º da Lei das Finanças Locais que passou a incluir, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio e contas previstas no regime jurídico do SEL, o endividamento líquido e os empréstimos das sociedades comerciais nas quais os municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas de Porto e Lisboa detenham, directa ou indirectamente, uma participação social.

De conformidade com a aplicação das regras existentes conclui-se que o limite de endividamento líquido do município para o exercício de 2008 ascendeu de 61.580.215€, posicionando-se o município nos 42.678.086€

Neste contexto, e corroborando a conclusão assinalada em matéria de endividamento de médio e longo prazo, de igual modo, o endividamento líquido municipal apresenta um decréscimo significativo em relação à gerência anterior ao apresentar (-) 25.798.096 €, o que possibilitou, mais uma vez, posicionar o município abaixo do limite legal imposto em 18.902.129€

Em matéria de contributo do sector empresarial local para este nível de endividamento e em consequência do n.º 2 do artigo 36.º, da mencionada lei das finanças locais, importa registar o agravamento deste tipo de endividamento municipal na proporção da participação societária do município nas empresas integradas no sector empresarial local (SEL) com desequilíbrio de contas, que no decurso da gerência em apreço se circunscrevem às seguintes entidades Empresa Municipal Maiambiente, E.M, Academia das Artes, E.M, a MACMAI, Lda , a METRO do Porto, S.A, a TECMAIA, S.A., a NET e o Hospital Lidor

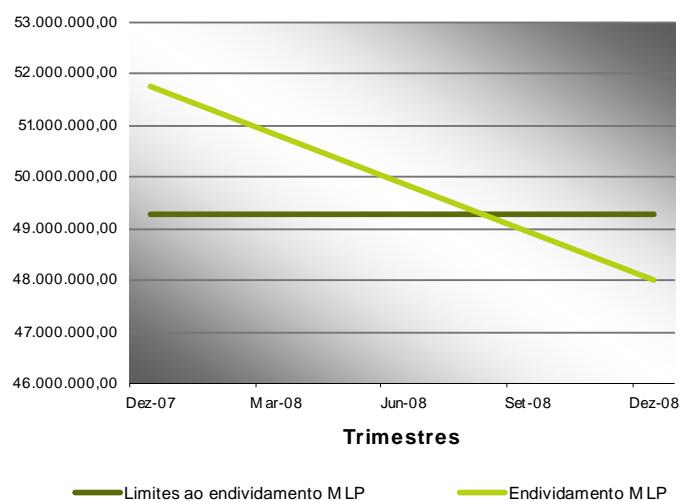
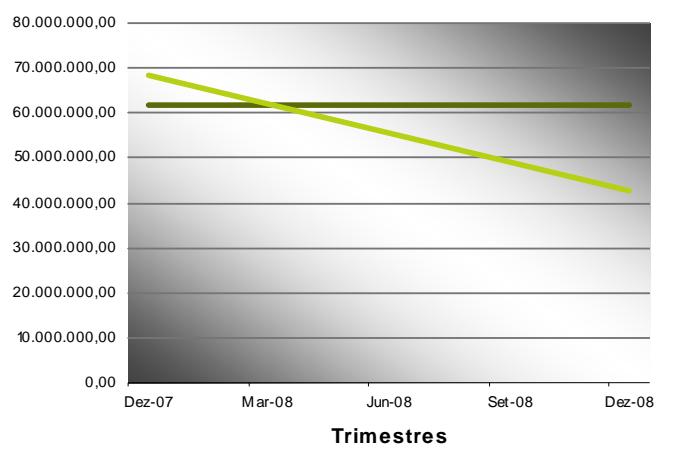
Alude-se contudo ao caso particular da empresa Parque Maior, S.A que, apesar de estar em incumprimento da regra de equilíbrio de contas prevista no artigo 31.º do regime jurídico do SEL - o resultado da exploração anual operacional acrescido de encargos financeiros apresenta-se negativo –exibe paralelamente uma situação de financiamento líquido, contribuindo positivamente para o endividamento do município, pelo que a mesma não foi considerada.

A participar negativamente para este grau de endividamento, também aparece a LIPOR com 510.113€

Por outro lado, relação inversa é apresentada pelos Serviços Municipalizados e a Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP), que contribuem de forma positiva para este apuramento.

Ponderando o exposto, é de salutar os níveis de redução apresentados em matéria de endividamento, circunstância essencialmente indexada ao esforço individual do município no controlo do endividamento autárquico, cuja concretização se tem vindo a pautar pelo sucesso nos últimos exercícios económicos.

Os gráficos introduzidos reflectem de forma notória a tendência decrescente dos diferentes níveis de endividamento do município.

EMPRÉSTIMOS MLP**Euros****ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO****Euros**

2
0
0
8



ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

2
0
0
8



BALANÇO

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético						
Descrição	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Activo Líquido	477.450.584	100,00%	485.413.300	100,00%	7.962.715	1,67%
Imobilizado	462.521.493	96,87%	469.685.738	96,76%	7.164.245	1,55%
Circulante						
Existências	787.865	0,17%	929.321	0,19%	141.456	17,95%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	8.090.389	1,69%	4.894.803	1,01%	-3.195.586	-39,50%
Disponibilidades	4.474.472	0,94%	8.346.011	1,72%	3.871.539	86,53%
Acréscimos e Diferimentos	1.576.365	0,33%	1.557.427	0,32%	-18.939	-1,20%
Passivo	178.768.202	100,00%	158.146.912	100,00%	-20.621.290	-11,54%
Provisões para riscos e encargos	500.000	0,28%	500.000	0,32%	0	0,00%
Dívidas a Terceiros						
Médio e Longo Prazo	62.341.215	34,87%	56.150.824	35,51%	-6.190.392	-9,93%
Curto Prazo	43.128.493	24,13%	36.845.146	23,30%	-6.283.347	-14,57%
Acréscimos e Diferimentos	72.798.494	40,72%	64.650.943	40,88%	-8.147.552	-11,19%
Fundos Próprios	298.682.382	100,00%	327.266.387	100,00%	28.584.005	9,57%
Património	276.683.706	92,63%	299.657.844	91,56%	22.974.138	8,30%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-14.964	-0,01%	-14.964	0,00%	0	0,00%
Reservas	14.936.981	5,00%	14.255.582	4,36%	-681.399	-4,56%
Resultados Transitados	-5.333.374	-1,79%	2.520.279	0,77%	7.853.653	-147,25%
Resultado Líquido do Exercício	12.410.033	4,15%	10.847.646	3,31%	-1.562.387	-12,59%

Un.: Euros

ACTIVO

IMOBILIZADO

Persiste a representatividade do imobilizado no total do activo líquido do Município, circunstância que ao longo dos exercícios económicos se tem mantido inalterável, e cuja percentagem em 2008, de 96,76%, se aproxima da registada no transacto ano.

O Imobilizado, constituído pelos Bens de Domínio Público, Imobilizações Incorpóreas e Corpóreas e pelos Investimentos Financeiros, apresenta uma variação em relação ao ano anterior, de 1,55%, todavia com variabilidades diferenciadas relativamente a cada uma das referidas componentes.

O Município da Maia dá assim continuidade a uma política de investimento fortemente centrada na formação de capital fixo, evidenciando no período em análise uma oscilação ligeiramente melhorada relativamente à verificada em 2007.

O imobilizado de natureza corpórea e os bens de domínio público continuam a ser as parcelas com maior expressão, apossando-se de 62,64% e de 29,95%, respectivamente, do valor total do activo líquido imobilizado.

No que respeita à variação comparativa 2007-2008, enquanto que o imobilizado corpóreo praticamente se mantém inalterável, com um ínfima diminuição de (-)0,83%, os bens de domínio público registam um aumento de 2,57%, traduzido no valor de 3.528.257 €.

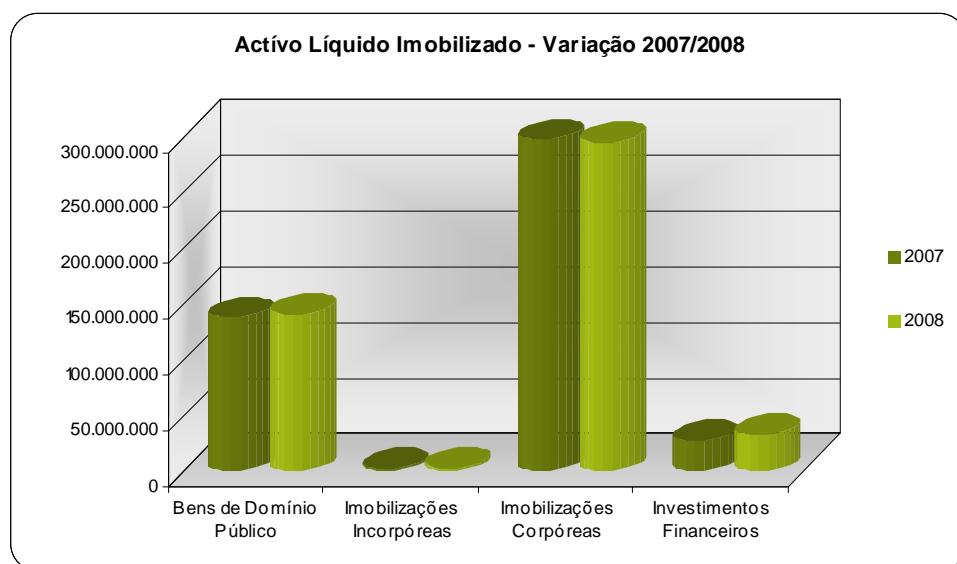
Por conta de Investimentos Financeiros, que integram 6,93% do activo líquido imobilizado, registou-se em 2008 uma variação de 20,55% que se deveu, essencialmente, à constituição do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado "Maia Imo", no valor de 6.000.000 €. Neste âmbito, importa referir a contabilização de uma provisão, no valor de 477.666 €, associada ao investimento financeiro detido por conta do Fundo de Investimento Imobiliário "Maia Golfe", constituído no final de 2007, pela diferença entre o custo de aquisição e o seu valor de mercado à data de 31 de Dezembro de 2008.

Por último, os activos incorpóreos que, a exemplo do verificado nos exercícios passados, preservam um insignificante peso percentual no activo líquido, na ordem dos 0,48%.

Encerra-se a apreciação da rubrica do imobilizado com a inserção de quadro e gráfico demonstrativos das referências anteriormente efectuadas.

ACTIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO - Variação 2007/2008					
Rubricas	2007	%	2008	%	Variação %
Bens de Domínio Público	137.134.481	29,65%	140.662.738	29,95%	2,57%
Imobilizações Incorpóreas	1.726.009	0,37%	2.266.601	0,48%	31,32%
Imobilizações Corpóreas	296.661.772	64,14%	294.209.893	62,64%	-0,83%
Investimentos Financeiros	26.999.231	5,84%	32.546.506	6,93%	20,55%
TOTAL	462.521.493		469.685.738		1,55%

Un.: Euros



CIRCULANTE

O activo circulante, fundado nas existências, nas dívidas de terceiros e nas disponibilidades, agrupa no final do exercício 2,92% do activo líquido, percentagem esta, ligeiramente superior à verificada no exercício anterior, de 2,80%. Os maiores agregados continuam a ser as Dívidas de Terceiros, que são exclusivamente de curto prazo, e as Disponibilidades, cabendo igualmente a estes dois agrupamentos as maiores variações registadas no final de 2008 face ao ano anterior.

Pela sua significância, segue-se apreciação particularizada da componente "Dívidas de Terceiros".

DÍVIDAS DE TERCEIROS - Activo Bruto			
	2007	2008	Variação 2007/2008
Empréstimos Concedidos	0	23.008	-
Clientes/Contribuintes e Utentes c/c	3.563.649	1.164.319	-67,33%
Clientes/Contrib./Utentes/Deved. Diversos - Cobrança Duvidosa	4.781.629	10.912.375	128,21%
Outros Devedores:	4.167.712	2.080.409	-50,08%
Devedores de Transferências para as Autarquias Locais	2.313.007	1.593.278	-31,12%
Devedores Diversos - Outros	1.854.705	487.131	-73,74%
TOTAL	12.512.990	14.180.111	13,32%

Un.: Euros

Se em termos de activo bruto, a análise das Dívidas de Terceiros conduz a um aumento na ordem dos 13% face ao ano anterior, já em termos líquidos, como se afere do balanço inicialmente apresentado, registou-se uma variação negativa de 39,50%, circunstância que está directamente relacionada com a constituição das correspondentes provisões, temática esta devidamente explicitada na respectiva nota ao balanço e à demonstração de resultados.

A rubrica de "Empréstimos Concedidos" surge em balanço pela primeira vez, desde a entrada em vigor do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. Merece breve referência, não pelo seu valor, antes sim pela natureza das acções que encerra. Respeita aquele valor a empréstimos concedidos para financiamento e apoio às micro e pequenas empresas no Concelho da Maia no âmbito do Programa Finicia, ao abrigo do Protocolo Financeiro e de Cooperação celebrado entre o Município da Maia e as demais entidades intervenientes, incluindo ainda a parceria de uma Instituição de Crédito. O referido instrumento de financiamento tem uma dotação máxima de 500.000 €. O montante contabilizado, de 23.008 €, corresponde ao total dos valores já entregues pelo Município da Maia às empresas cuja aprovação do financiamento foi entretanto devidamente formalizada através de contrato.

Os decréscimos verificados em Clientes/Contribuintes e Utentes c/c e em Devedores Diversos – Outros estão directamente relacionados com o acréscimo do agrupamento Clientes/Contribuintes e Utentes c/c – Cobrança Duvidosa.

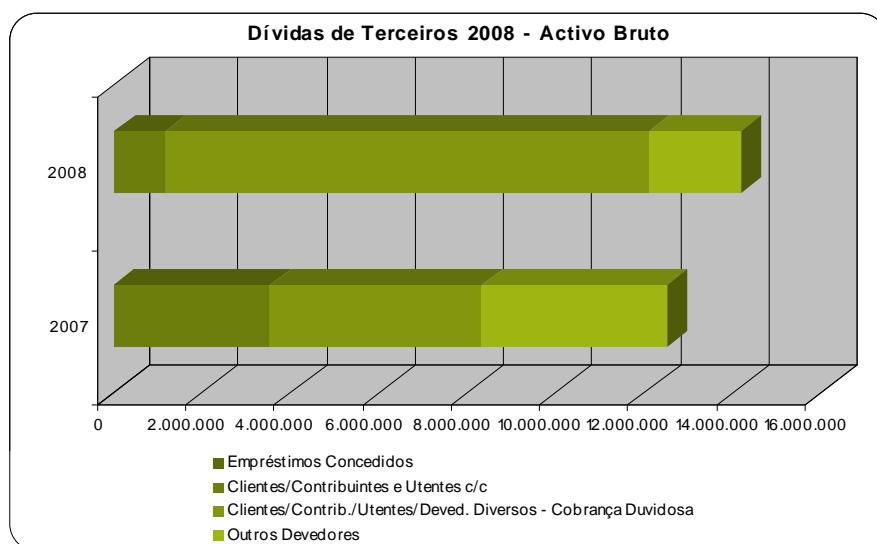
No primeiro dos referidos agrupamentos, destaca-se a transferência para cobrança duvidosa do valor de 2.835.294 € de dívida imputada à LIPOR, de taxas provenientes do licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos e do Aterro Sanitário, e o valor de 1.360.720 €, este maioritariamente referente a valores de impostos indirectos por conta de compensação pela não cedência de áreas, cuja contabilização se concretizou em resultado de uma acção inspectiva da IGF – inspecção Geral de Finanças no domínio de processos de obras.

De Devedores Diversos – Outros, salienta-se a transferência para cobrança duvidosa do montante de 1.351.963 €, crédito este detido sobre a empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M., e que respeita à facturação de valores de encargos financeiros suportados pelo Município da Maia para financiamento de empreendimentos de habitação social, cuja gestão dos imóveis, incluindo a arrecadação de rendas, está a cargo da referida empresa municipal. Alude-se ainda ao montante de 122.704 €, igualmente transferido para cobrança duvidosa, referente à compensação de aparcamentos em falta, no âmbito do licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Lipor II.

O total das transferências acima referenciadas ascende a 5.670.681 €, explicando assim 92,50% do montante da variação dos créditos contabilizados em cobrança duvidosa em 2008, de 6.130.746 €.

A redução registada em Devedores de Transferências para as Autarquias Locais, onde se incluem os créditos contabilizados no âmbito de financiamentos originários da Administração Central e de Fundos Comunitários, quando homologadas as respectivas candidaturas, segue a tendência evidenciada nos últimos anos, uma vez que a execução financeira de grande parte dos projectos foi entretanto efectivada, mormente no que respeita ao encerramento do III Quadro Comunitário. Do valor de 1.593.278 € registado em balanço, a parcela mais significativa corresponde a comparticipações do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, com um valor de 1.287.044 €, seguindo-se o montante ainda a arrecadar no âmbito do projecto MaiaDigital, de 221.524 €.

Complementa-se a análise antes efectuada com a apresentação gráfica da variação das Dívidas de Terceiros no último biénio.



À data de 31 de Dezembro de 2008 o valor das Disponibilidades ascendeu a 8.346.010 €, sendo 8.338.417 € constituídos por depósitos em Instituições de Crédito e 7.593 € por valores em caixa. O total de Disponibilidades compreende o saldo de gerência de operações orçamentais, no valor de 4.175.863,00 € o saldo de gerência de operações de tesouraria, no valor de 359.457,99 € e as cauções em dinheiro, no valor de 3.810.689,82 €. O aumento registado em 2008 deveu-se ao valor recebido no final do ano, em resultado da constituição do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado “Maia Imo”.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no activo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição em 2008.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		1.557.427
27.1 - Acréscimos de Proveitos		1.474.450
27.1.1	Juros a Receber	19.812
27.1.3	Impostos e Taxas	1.085.863
27.1.9	Outros Acréscimos de Proveitos	368.775
27.2 - Custos Diferidos		82.977
27.2.1	Prémios de Seguros	63.541
27.2.4	Vigilância e Segurança	305
27.2.9	Outros Custos Diferidos	19.131
Un.: Euros		

Do valor de 1.557.427 € constante em balanço, cerca de 70% respeita a Impostos e Taxas cobrados pela Administração Central em 2008, designadamente no mês de Dezembro, cuja transferência de valores para o Município da Maia ocorre no início de 2009.

Do total de Impostos e Taxas relevado a 31 de Dezembro de 2008, ressaltam os quantitativos de 667.275 €, 208.055 € e 148.202 €, referentes a Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Bens Imóveis, a Imposto Municipal sobre Imóveis e a Imposto Único de Circulação, respectivamente.

PASSIVO

O passivo registou no final de 2008 uma quebra de (-)11,54% relativamente ao ano transacto, com reflexo na globalidade das suas componentes, tendo as reduções mais significativas ocorrido nas Dívidas a Terceiros de Curto Prazo e nos Acréscimos e Diferimentos.

DÍVIDAS A TERCEIROS

DÍVIDAS A TERCEIROS			
	2007	2008	Variação
Médio e Longo Prazo	62.341.215	56.150.824	-9,93%
Curto Prazo	43.128.493	36.845.146	-14,57%
Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a CP	5.815.274	5.825.349	0,17%
Adiantamentos por conta de Vendas	1.022.500	0	-100,00%
Fornecedores c/c (incluindo facturas em recepção/conferência)	3.992.302	3.735.283	-6,44%
Clientes e Utentes c/ Cauções	920.695	1.619.469	75,90%
Fornecedores de Imobilizado c/c (incluindo facturas recepção/conferência)	22.317.287	17.651.477	-20,91%
Fornecedores de Imobilizado MLP - Amortizações Exigíveis a CP	52.866	211.465	300,00%
Estado e Outros Entes Públicos	305.766	298.128	-2,50%
Outros Credores	8.701.802	7.503.974	-13,77%
Total	105.469.708	92.995.969	-11,83%

Un.: Euros

As importâncias referidas no quadro das dívidas a terceiros incluem quer as operações orçamentais, quer as não orçamentais. Da sua análise ressalta o decrescimento da dívida de médio e longo prazo, indexado na sua grande parte à amortização de empréstimos, anotando-se ainda que em 2008 o Município da Maia não recorreu a nenhum financiamento bancário de médio e longo prazo.

A este propósito anota-se, em abono da verdade, que o valor da dívida de médio e longo prazo inscrita em 2007 deveria ter sido de 62.182.616 € e não os 62.341.215 € referenciados, assim como o valor em fornecedores de imobilizado MLP – amortizações exigíveis a CP não deveria ter sido 52.866 € mas sim 211.465 €. Com efeito, em 2007 ficou incluído na dívida de médio e longo prazo o valor de 158.599 €, cuja exigibilidade ocorreu em 2009. Considerada a correcção, a variação da dívida de médio e longo prazo em 2008 teria sido de (-)9,70% em vez de (-)9,93%, passando ainda a não existir qualquer oscilação em Fornecedores de Imobilizado MLP, em vez dos 300% assinalados.

O valor das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo cuja exigibilidade ocorre durante o ano 2009 está fixado em 5.825.349 € e onera as Dívidas de Curto Prazo.

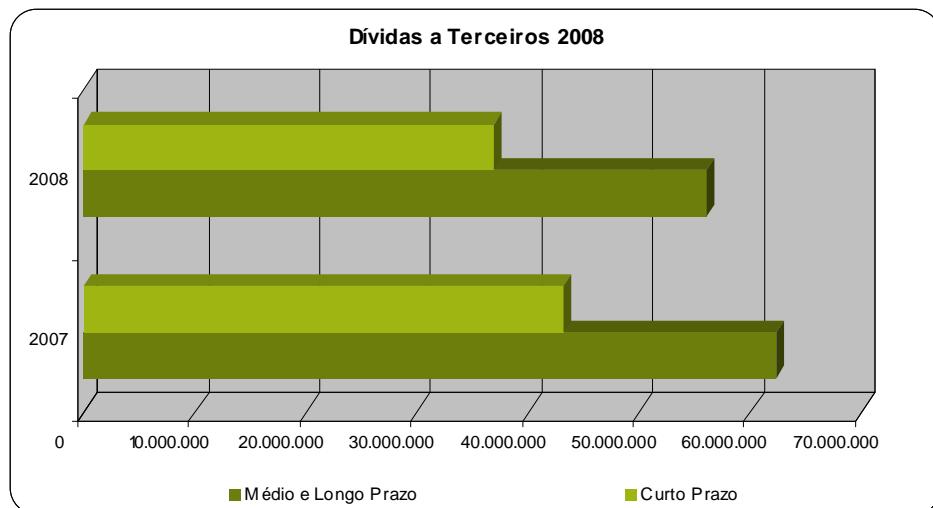
Igualmente com declive negativo apresentam-se as Dívidas a Terceiros – curto prazo, com uma redução de 6.283.347 €, com reflexos mais notórios no passivo associado a fornecedores de imobilizado (4.665.810 €).

Segue-se a rubrica de Outros Credores, cuja redução (1.197.828 €) se deveu em boa parte ao pagamento, em 2008, de indemnização resultante da celebração do acordo de resolução amigável com a empresa Construções Ferreira da Costa, S.A., relativamente à empreitada de "Construção do Centro Cívico Administrativo Central".

Por último, o decréscimo de Adiantamentos por Conta de Vendas (1.022.500 €), em resultado da contabilização por ocasião da celebração das escrituras definitivas na alçada de vendas efectuadas em hasta pública.

A diminuição do passivo e o controlo do endividamento autárquico tem sido um dos objectivos prosseguidos pelo Município, cuja concretização se tem vindo a fixar em parâmetros bastante satisfatórios nos últimos exercícios económicos, o que uma vez mais sucedeu no ano que findou.

É reportada para capítulo próprio do presente Relatório de Gestão uma análise mais detalhada da dívida do Município da Maia.



ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal qualmente ao verificado no activo, surge no passivo os acréscimos e diferimentos, subdividindo-se em Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição em 2008.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		64.650.943
27.3 - Acréscimos de Custos		2.914.569
27.3.2	Remunerações a Liquidar em 2009	2.160.931
27.3.3	Juros a Liquidar	417.142
27.3.4 a 27.3.7	Comunic./Electric./Transferências e Prestações Sociais concedidos/Gás	127.292
27.3.9	Outros Acréscimos de Custos	209.205
27.4 - Proveitos Diferidos		61.736.374
27.4.2	Rendas	16.097.186
	Processo de antecipação de rendas	16.069.131
	Outras rendas	28.055
27.4.5	Subsídios para Investimentos	45.329.347
27.4.6 a 27.4.9	Outros Proveitos Diferidos	309.841

Un:Euros

A expressividade dos Acréscimos de Custos está basicamente vertida no valor contabilizado por via das remunerações a liquidar em 2009, que representa 74%, cujo custo onera o exercício de 2008. São disso exemplo, os pagamentos a efectuar em 2009 referentes ao mês e ao subsídio de férias, incluindo os respectivos abonos (despesas de representação e subsídio de turno) e encargos sociais, bem como ao trabalho extraordinário, ajudas de custo e execuções fiscais reportadas a 2008, incluindo ainda os encargos sociais a cargo do Município relativos ao processamento de salários de Dezembro. Destaca-se que o cálculo da estimativa para pagamento do mês e subsídio de férias foi elaborado com base nas remunerações pagas em Dezembro de 2008 com uma actualização de 2,9% decorrente da revisão anual das remunerações.

Do lado dos Proveitos Diferidos, a expressividade de valores continua a ser espelhada em subsídios para investimentos (73%) e rendas (26%).

O montante contabilizado em subsídios para investimentos, a título de comparticipações oportunamente aprovadas no âmbito de projectos homologados ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio ou de Pro-

tocolos e Contratos-Programa para o efeito celebrados, tem vindo a ser progressivamente transferido numa base sistemática para proveitos, acompanhando a contabilização das amortizações dos activos financiados, tendo-se também procedido às regularizações que se mostraram necessárias relativamente a correcções de exercícios anteriores. O valor transferido em 2008 para proveitos extraordinários foi de 1.657.734,76 €

Em rendas – processo de antecipação de rendas, inclui-se o valor transferido para o Município da Maia (20.000.000 €) aquando da celebração, pela empresa Espaço Municipal, E.M., do contrato da cessão de créditos das rendas arrecadas ao abrigo de contratos de arrendamento e promessa de compra e venda, a cujo montante tem sido anual e progressivamente subtraído a transferência para proveitos na proporção das rendas futuras a arrecadar referentes ao imobilizado que se encontra registado no património da Câmara e que, anualmente, é alvo de amortização.

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios continuam a evidenciar uma tendência crescente, totalizando no final de 2008 o valor de 327.266.387 €, superior em 9,57% ao verificado no antecedente período.

A alteração deveu-se não apenas ao resultado líquido gerado no exercício em análise, o qual, não obstante o decréscimo de (-)12,59% face ao ano anterior, ascendeu ao significativo montante de 10.847.646 €, mas também a regularizações ao balanço inicial e a exercícios anteriores, cujo montante global atingiu valores materialmente relevantes, justificando assim a sua contabilização em Fundos Próprios.

As regularizações ao balanço inicial têm lugar pelo facto de serem detectadas situações de não relevação, ou relevação inexacta, quer à data de implementação do POCAL quer nos exercícios seguintes, de bens que fazem parte do património municipal, sucedendo-lhes as correcções anuais subsequentes. E foram precisamente regularizações desta natureza efectuadas no decurso de 2008 que influíram não só na variação registada no Património, mas também em Resultados Transitados.

Para apreciação pormenorizada dos movimentos associados a cada uma das contas da classe 5 em 2008, transfere-se para a análise inserida nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados – ponto 8.2.28.

2
0
0
8



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS								
Custos e Perdas	Exercícios			Proveitos e Ganhos	Exercícios			
	2007	2008	Variação		2007	2008	Variação	
Total de Custos Operacionais (A)	51.989.848	59.217.453	13,90%	Total de Proveitos Operacionais (B)	64.580.919	67.359.103	4,30%	
Total de Custos Financeiros (C)	4.345.779	4.218.517	-2,93%	Total de Proveitos Financeiros (D)	1.009.822	930.955	-7,81%	
Total de Custos Extraordinários	4.975.709	3.817.750	-23,27%	Total de Proveitos Extraordinários	8.130.628	9.811.307	20,67%	
Total dos Custos	61.311.336	67.253.719	9,69%	Total dos Proveitos	73.721.370	78.101.365	5,94%	

Resultados Operacionais: (B-A)	12.591.071	8.141.650	-35,34%
Resultados Financeiros: (D-C)	-3.335.957	-3.287.561	-1,45%
Resultados Correntes: (B+D)-(A+C)	9.255.114	4.854.088	-47,55%
Resultados Líquido do Exercício:	12.410.033	10.847.646	-12,59%

Un.:Euros

A interferência da actividade operacional do Município permanece como factor determinante na formação do resultado, tendo o respectivo ciclo gerado um resultado positivo de 8.141.650 €, pese embora a redução de (-)35,34% dos resultados operacionais face ao ano anterior.

Efectivamente, do total dos custos e perdas do ano, 88% são de índole operacional, cabendo aos proveitos dessa natureza 86% do seu total.

O aumento registado em 2008 em proveitos operacionais, de 2.778.184 €, foi fundamentalmente originário em impostos indirectos e, dentro destes, em loteamentos e obras, designadamente pela contabilização de valores indexados à compensação pela não cedência de áreas.

Por outro lado, registou-se em 2008 um aumento dos custos operacionais, de 7.227.605 €, com incidência em todas as rubricas de custos, com excepção de Outros Custos Operacionais, porém com oscilações mais expressivas em Fornecimento e Serviços Externos (1.624.936 €), Pessoal (1.296.471 €), Transferências e Subsídios Correntes (1.663.270 €) e Provisões do Exercício (1.539.021 €),

Em Fornecimento e Serviços Externos, os custos que mais se elevaram respeitaram a encargos com electricidade, água, despesas de conservação e reparação, publicidade e propaganda e outros fornecimentos e serviços, justificando na sua globalidade cerca de 83% do aumento da rubrica.

No âmbito do Pessoal a natureza de custos que mais se elevou em 2008 respeita a Pessoal em Qualquer Outra Situação, especificamente pessoal contratado a termo certo. Subiram igualmente, embora com menor expressão, os encargos com Pessoal do Quadro e Encargos sobre Remunerações. As reduções de custos com pessoal incidiram de forma mais preponderante em despesas de saúde. Anota-se que em 2008 foi pela primeira vez contabilizado como acréscimo de custo o valor de remunerações a pagar em 2009 referentes a Pessoal em Qualquer Outra Situação, num total de 371.448 €.

Na alteração dos custos com Transferências e Subsídios Correntes influiu, sobremaneira, a realização de uma transferência financeira para a Empresa Municipal Maiambiente, no valor de 3.181.010 €, tendo em vista o equilíbrio dos resultados de exploração operacional do exercício de 2007.

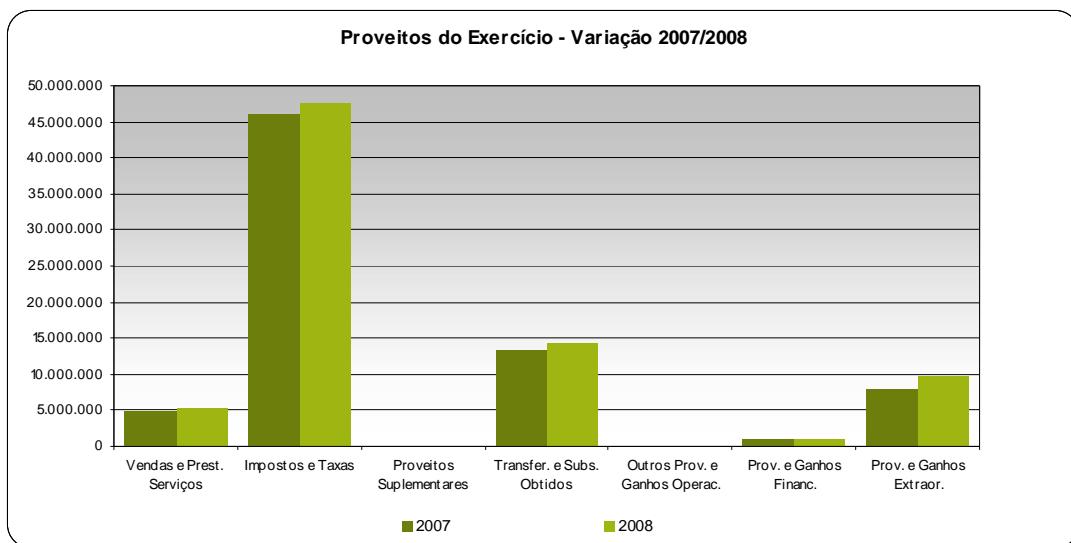
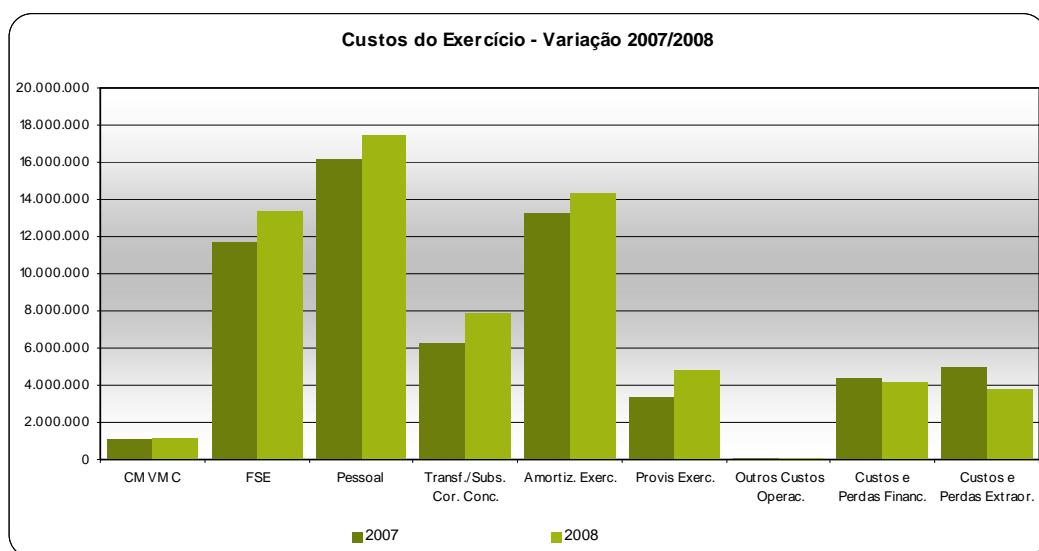
Finalmente, o aumento registado em Provisões do Exercício, este em resultado da transferência de um conjunto de valores para cobrança duvidosa face à avaliação do risco de incobrabilidade que lhe estava associado.

O ciclo de resultados financeiros foi, em 2008, menos negativo em 48.396 € face ao ano precedente, para o que contribuiu com maior incidência a diminuição dos custos financeiros, concretamente em juros suportados.

Tendência inversa verificou-se relativamente ao ciclo de resultados extraordinários, tendo este oscilado positivamente, formando um valor superior em 2.838.638 € ao de 2007.

A explicitação particularizada dos Resultados Financeiros e Extraordinários consta em pontos próprios inseridos nas Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.

Finaliza-se com a inserção de quadro demonstrativo da variação 2007/2008 dos custos e proveitos do exercício.



2
0
0
8



INDICADORES DE GESTÃO

INDICADORES PARA ANÁLISE DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL

Apresentam-se de seguida alguns indicadores:

GRAU DE COBERTURA GLOBAL DAS RECEITAS E DAS DESPESAS					
	2004	2005	2006	2007	2008
Receita Total / Despesa Total	117,86%	82,32%	100,07%	99,85%	104,12%
Receita Corrente / Despesa Corrente	123,69%	140,65%	139,19%	155,10%	139,94%
Receita de Capital / Despesa de Capital	109,26%	25,53%	41,54%	48,99%	46,09%
Passivos Financeiros (Receita) / Despesa Total	0,07%	0,00%	1,84%	10,60%	2,65%
Receitas Próprias / Despesa Total	93,23%	61,35%	72,80%	71,75%	80,19%
Fundos Municipais / Despesa Total	17,40%	15,32%	18,46%	13,50%	16,20%
Receita Cobrada Localmente / Despesa Total	47,71%	18,21%	17,64%	26,06%	31,12%
(Receita Total-Passivo Financeiro) / (Despesa Total-Amortizações)	125,06%	86,86%	111,63%	108,06%	113,18%

ESTRUTURA DA RECEITA					
	2004	2005	2006	2007	2008
Receitas Próprias / Receita Total	79,10%	74,52%	72,74%	71,86%	77,02%
Receitas Correntes / Receita Total	62,14%	84,28%	82,98%	74,41%	83,10%
Receita Cobrada Localmente / Receita Total	40,48%	22,12%	17,63%	26,10%	29,89%
Impostos Directos / Receita Total	38,62%	52,40%	55,11%	45,76%	47,14%
Fundos Municipais / Receita Total	14,76%	18,61%	18,45%	13,52%	15,56%
Passivos Financeiros / receita Total	0,06%	0,00%	1,84%	10,62%	2,54%
Venda de bens e serviços correntes e de investimento / Receita Total	31,27%	9,09%	8,97%	13,91%	13,71%
(Impostos+Taxas,Multas e Outras Penalidades) / Receita Corrente	75,15%	74,32%	74,71%	73,53%	71,14%
Transferências Correntes/Receitas Correntes	16,05%	15,58%	16,38%	17,77%	19,04%
Receitas Correntes Executadas / Receitas Correntes Orçadas	87,75%	91,57%	99,91%	100,38%	109,81%
Receita Total Corrente ano n / Receita Total Corrente ano n-1	109,76%	99,31%	123,58%	101,88%	
(Impostos+Txs, Multas e Outras Penalidades ano n) / (Impostos+Txs, Multas e Outras Penalidades ano n-1)	108,55%	99,82%	121,63%	98,56%	

ESTRUTURA DA DESPESA					
	2004	2005	2006	2007	2008
Despesa de Capital / Despesa Total	40,78%	50,67%	40,34%	52,09%	38,17%
Investimentos / Despesa Total	25,52%	37,51%	15,37%	21,71%	14,42%
Aquisição de bens de capital (PPI) / Despesa Total	31,94%	42,55%	25,25%	31,68%	24,13%
Transferências de Capital (Despesa) / Despesa Total	2,85%	2,89%	2,83%	2,08%	3,54%
Pessoal / Despesa Total	23,37%	20,74%	24,20%	18,67%	23,52%
Pessoal: Remunerações Certas e Permanentes / Despesa Total	18,90%	16,05%	19,34%	14,59%	18,11%
Aquisição de bens e serviços correntes / Despesa Total	22,97%	16,11%	19,43%	15,78%	19,53%
Serviço da Dívida / Despesa Total	9,22%	8,04%	15,99%	21,02%	13,99%
Amortizações de Empréstimos / Despesa Total	5,82%	5,23%	12,00%	17,41%	10,34%
Transferências Correntes (Despesa) / Despesas Correntes	13,05%	11,79%	11,80%	9,18%	8,06%
Pessoal / Despesas Correntes	39,46%	42,05%	40,56%	38,98%	38,04%
Despesas Correntes Executadas / Despesas Correntes Orçadas	79,61%	81,31%	79,24%	82,59%	80,24%
Despesa Corrente ano n / Despesa Corrente ano n-1	96,52%	100,35%	110,91%	112,92%	
Investimento ano n (PPI) / Investimento ano n-1 (PPI)	154,34%	49,24%	173,29%	66,64%	

RELAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES COM AS PRINCIPAIS COMPOENETES DA DESPESA CORRENTE					
	2004	2005	2006	2007	2008
Pessoal / Fundos Municipais Correntes	223,84%	225,71%	218,46%	165,86%	173,56%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Fundos Municipais Correntes	220,04%	175,30%	175,40%	140,13%	144,15%

RELAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE					
	2004	2005	2006	2007	2008
Pessoal / Receita Cobrada Localmente	48,98%	113,90%	137,14%	71,67%	75,59%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Receita Cobrada Localmente	48,15%	88,46%	110,11%	60,56%	62,77%

GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO					
	2004	2005	2006	2007	2008
Fundos Municipais de Capital / Investimento (PPI)	21,79%	14,40%	29,25%	7,06%	10,97%
Venda de bens de Investimento / Investimento (PPI)	98,09%	5,90%	9,73%	32,85%	42,06%
Passivos Financeiros (Receita) / Investimento (PPI)	0,23%	0,00%	7,29%	33,46%	10,98%

GRAU DE COBERTURA DA DESPESA					
	2004	2005	2006	2007	2008
Receita Corrente / Despesa de Funcionamento	154,68%	182,61%	185,83%	207,13%	185,91%
Receita de Capital / Despesa de Investimento	127,43%	28,46%	59,12%	73,59%	63,22%

SERVIÇO DE DÍVIDA MLP					
	2004	2005	2006	2007	2008
Juros / Receita Total Cobrada	2,89%	3,42%	4,01%	4,03%	3,64%
Juros / Despesa Total Paga	3,41%	2,82%	4,01%	4,03%	3,80%
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	7,83%	9,77%	14,35%	11,87%	11,50%
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	9,22%	8,04%	14,37%	11,86%	11,99%

INDICADORES PARA ANÁLISE DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL

RÁCIOS DE GESTÃO OU DE ACTIVIDADE					
	2005	2006	2007	2008	
PMR-Prazo Médio de Recebimentos (Clientes, contributentes e outros devedores)/Proveitosx365	51,20	59,19	40,19	86,33	
PMP - Prazo Médio de pagamentos (Resolução do Conselho de Ministros 33/2008 de 22 de Fevereiro)	170,38	296,95	274,33	248,29	

Un: Nº Dias

2
0
0
8



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

De conformidade com o preceituado no ponto 2.7.3 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 24 de Fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo, podendo o seu valor, quando positivo, ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas.

Deste modo, o Executivo Municipal propõe que o resultado líquido de 2008, no montante de 10.847.646,00 € apurado no exercício de 2008, tenha a seguinte aplicação:

- Reforço anual da conta 57.1 – Reservas Legais, no valor de 5% – 542.382,30 €
- Reforço do Património pelos restantes 95% – 10.305.263,70 €

2
0
0
8



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTRODUÇÃO

Estabelece o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da actividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontram omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL. Atento o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2007 e o Balanço Final de 2008.

8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. IDENTIFICAÇÃO

Município da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474 - 006 MAIA

Número de identificação fiscal: 505 387 131

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho da Maia é composto por 17 freguesias e tem uma área de 83,7Km²

N.º de eleitores: 104.006, conforme informação da DGAI (Direcção Geral de Administração Interna – Administração Eleitoral), publicada no Diário da República n.º 43, II Série, de 3 de Março de 2009.

8.1.2. LEGISLAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 162/99, de 14 de Setembro, 60-A/2005, de 30 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro.

8.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA

Foram aprovados pelo Executivo Municipal na reunião que teve lugar no dia 27 de Novembro de 2006, e homologados pela Assembleia Municipal da Maia na 2.ª reunião da 5.ª sessão ordinária realizada no dia 17 de Janeiro de 2007, o Regulamento da Macro estrutura Organizacional desta Câmara Municipal, o consequente organograma e respectivo quadro de pessoal, cuja publicação ocorreu em 15 de Maio de 2007, Diário da República n.º 93, II Série (Ver organograma anexo).

8.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES

A Câmara Municipal da Maia é uma autarquia local cujas actividades são direcionadas à concretização das atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as respectivas alterações.

8.1.5. RECURSOS HUMANOS

O Órgão Executivo Municipal é composto pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes e por oito Vereadores, nomeadamente:

- ✓ Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- ✓ Miguel Ângelo Santos Esteves Rodrigues
- ✓ Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- ✓ Engª Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras
- ✓ Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- ✓ Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos
- ✓ Rogério Duarte da Rocha
- ✓ Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Anota-se que, em virtude da suspensão do mandato da Exm.ª Sr.ª Vereadora Eng.ª Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras, por motivos profissionais, foram as referidas funções desempenhadas em regime de substituição, no período compreendido entre 8 de Setembro e 31 de Dezembro de 2008, pela Exm.ª Sr.ª Vereadora Dr.ª Maria Inês Loureiro Rodrigues.

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- ✓ Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- ✓ Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- ✓ Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de meio tempo estiveram os Senhores Vereadores:

- ✓ Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- ✓ Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos

8.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Todas as operações e registos contabilísticos são efectuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos ou Analítica, não estando esta última, ainda, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do POCAL.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, no Departamento de Finanças e de Património. As actividades do Departamento são asseguradas por três divisões:

- ✓ Divisão de Contabilidade e Controlo Orçamental
- ✓ Divisão de Planeamento e Gestão Financeira
- ✓ Divisão de Contratação Pública, Aprovisionamento e do Património

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído por 18 aplicações, desenvolvido pela empresa Medidata Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A., com excepção do Software existente nas instalações desportivas e recreativas.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Em detrimento de um mais eficiente controlo da informação financeira produzida, refere-se que ainda não se encontram em funcionamento as aplicações de “Obras Municipais” e “Programa de Concursos de Empreitadas”.

A aplicação informática de “Máquinas”, que até 2008 estava a ser utilizada parcialmente pelos serviços municipais, no caso apenas pelo Departamento do Ambiente e Planeamento Territorial, passou, em 2008, a ser igualmente utilizada pelo Departamento de Trânsito e Transportes, embora ainda numa fase inicial de parametrização.

Relativamente às Máquinas de Diversão, cuja aplicação está em uso no serviço municipal de actividades económicas, as suas repercuções no POCAL não foram integralmente conseguidas em 2008, dado que a plena integração apenas teve lugar no início de 2009, designadamente a criação automática das guias de receita.

A gestão informática das Instalações Desportivas e Recreativas da Autarquia é garantida pelo Software C-GESP XXI, Gestão de Equipamentos Desportivos, da empresa CEDIS, Consultores em Sistemas de Informação e Informática, Lda. De sublinhar que em 2008 foram iniciados os procedimentos de integração da referida aplicação com POCAL, tendo sido iniciada a fase de testes.

8.1.7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- Acções Inspectivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAT), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

Data da acção: 18-07-2005	Período abrangido: 01/07/2001 a 18/07/2005	Entidade: IGAT	N.º Processo: 130600
Data da acção: 15-05-2006	Período abrangido: 2003 a 2005 e 1.º sem. 2006	Entidade: IGF	N.º Processo: 206/34/4/A3/465

▪ Documentos de Gestão:

Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados em 2007 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 29 de Novembro e 19 de Dezembro, respectivamente.

2
0
0
8



NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA 8.2.1 – DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL

Com excepção dos procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura implementada no Município da Maia, embora em prática, carece de aperfeiçoamento substancial, não foi derrogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida no balanço e na demonstração de resultados reflecte a imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da Autarquia.

NOTA 8.2.2 – VALORES COMPARATIVOS

A fim de se corrigir situações reportadas a exercícios económicos anteriores, efectuaram-se em 2008 os ajustamentos que a propósito se mostraram necessários, designadamente nas rubricas de imobilizado corpóreo, amortizações acumuladas e amortizações do exercício, afectando-se desta forma a comparabilidade com o exercício anterior.

NOTA 8.2.3 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Imobilizado

O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os activos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Os bens de reduzido valor que foram contabilizados como imobilizado em 2008 foram totalmente amortizados no ano de aquisição, atento o critério da materialidade.

Existências

A valorização das existências é efectuada através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respectiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

A exemplo do ocorrido em anos anteriores, também em 2008 se continuaram a relevar factos patrimoniais que vieram naquele período ao conhecimento dos serviços financeiros, e que até ao momento não tinham sido devidamente reconhecidos a nível contabilístico.

As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efectiva e são provisionadas tendo em conta a probabilidade de perda que lhe está associada.

No que diz respeito à contabilização de valores no âmbito da aprovação de financiamentos diversos, por via de contratos-programa ou de fundos comunitários, importa registar a alteração da política contabilística até então adoptada, em que se reconhecia o crédito quando formalmente comunicadas as respectivas homologações, passando a efectuar-se o registo contabilístico aquando da efectivação dos pedidos de pagamento, de conformidade com as instruções emanadas do SATAPOCAL – Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL. Esta circunstância não tem efeitos materialmente relevantes no ano em análise, uma vez que a execução financeira da grande maioria dos projectos se encontravam em fase final, em resultado do encerramento do QCA III e do pleno cumprimento das acções previstas em protocolos e contratos-programa para o efeito celebrados.

Disponibilidades

Os depósitos em instituições de crédito e as disponibilidades em caixa são expressas pelos saldos de todas as contas de depósitos e pelos montantes dos meios de pagamento, respectivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

NOTA 8.2.6 – COMENTÁRIO ÀS CONTAS 43.1 «DESPESAS DE INSTALAÇÃO» E 43.2 «DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO»

A conta 43.1 – *Despesas de Instalação*, abrange os registos inerentes à elaboração de projectos urbanísticos para diversas áreas do Concelho. Na conta 43.2 - *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* não se registou em 2008 qualquer movimento.

NOTA 8.2.7 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Por limitações impostas pelo software informático, o tratamento de determinados factos patrimoniais (regularizações diversas, desafectações e outros) passa forçosamente pelo abate do bem, seguido de um novo registo. Assim ficam ali anualmente espelhados aumentos e reduções que na verdade não correspondem à ocorrência de factos dessa natureza.

NOTA 8.2.8 – DESAGREGAÇÃO DE CADA UMA DAS RUBRICAS DOS MAPAS ANTECEDENTES

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (pág.s 16 a 274 dos Anexos Documentais I).

NOTA 8.2.10 – REAVALIAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO

Consequência do referido na nota 8.2.18 verificou-se no exercício uma reavaliação dos bens de imobilizado no montante de 1.452.945,37€

NOTA 8.2.11 – QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVALIAÇÕES

À data de 31/12/2008 não se encontram registados bens objecto de reavaliação.

NOTA 8.2.14 – RELAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO QUE NÃO FOI POSSÍVEL VALORIZAR, COM INDICAÇÃO DAS RAZÕES DESSA IMPOSSIBILIDADE

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar respeita essencialmente a bens que se encontram já nessa situação por ocasião da implementação do POCAL, dada a inexistência de informação que possibilitasse a sua adequada valoração, conforme listagem integrada nos anexos às demonstrações financeiras (pág.s 275 a 285 dos *Anexos Documentais I*).

NOTA 8.2.15 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO OBJECTO DE AMORTIZAÇÃO E INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS RAZÕES

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são susceptíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afectos ao domínio público. A relação discriminada destes bens consta em anexo (pág.s 286 a e 310 dos *Anexos Documentais I*).

NOTA 8.2.16 – IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Entidades participadas		Parcela detida (1)		Resultados do último exercício		
Designação	Sede	Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.
Entidades Societárias						
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	Edifício dos Paços do Concelho - Torre Lidor, 14.º Praça do Dr. José Vieira de Carvalho 4470-202 Maia	124.699,47	100%	167.835	14.447	2008
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M.	Av. D. Manuel II, 2070 - 5.º andar, Sala 55, 4470-200 Maia	49.879,78	100%	173.911	3.399	2008
Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Rua Central do Sobreiro - Vermoim - 4470-272 Maia	1.496.393,69	100%	-673.667	-2.164.147	2008
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão de Património, E.M.	Av. D. Manuel II, Edif. Central Plaza, 2070 - 6.º, Sala 1, 4470-200 Maia	13.336.638,50	100%	13.015.766	130.874	2008
Tum - Transportes Urbanos da Maia, E.M.	Edifício dos Paços do Concelho - Praça do Dr. José Vieira de Carvalho, 4470-202 Maia	124.699,47	100%	9.735	17495	2008
Águas do Cávado, S.A.	Lugar de Gáido - Barcelos 4755-045 Areias de Vilar	1.150.000,00	7,7%	16.741.337	1.333.070	2008
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Rua de Vilar, 235 - 5.º 4050-626 Porto	566.805,00	2,92%	21.421.417	63.109	2008
Macmai - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Ld.ª	Rua 5 de Outubro 4470-302 Milheirós	149.639,36	100%	-173.093	29.858	2008
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	Taguspark - Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B - 2740-120 Porto Salvo	150.199,00	4,64%	3.465.909	-153.789	2008
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A. (2)	Rua de Salazares, 842 4100-442 Porto	2.500,00	0,50%	420.041	129	2007
Tecmaia - Parque Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	2.799.390,00	51%	2.736.435	-782.595	2008
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (2)	Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto	18.981,96	0,24%	62.882.010	15.693.933	2007
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.(2)	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Maia	49.900,00	7,24%	201.407	-20.399	2007
Renovarum - Renovação Urbana da Maia, Ld.ª	Av. D. Manuel II - Edif. Central Plaza, 2070 - 6.º, Sala 1, 4470-200 Maia	162.450,17	100%	148.558	-57.471	2008
Metro do Porto, S.A.	Av. Fernão Magalhães, 1862 – 7.º 4350-158 PORTO	5,00	0,0001%	-68.301.179	-148.619.199	2008
Parque Maior - Reabilitação Urbana da Maia, S.A.	Av.D.Manuel II., n.º 2070 - 6.º Piso Sala 1 4470 - 200 Maia	1.250.000,00	25%	4.652.041	-340.673	2008
Hospital do Lidor S.A. (2)	Sede Santa Casa Misericórdia Maia, Avenida Visconde Barreiros s/n	5.000,00	10%	50.000	-	2007

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida

(2) Relativamente a estas entidades foi informado que as contas de 2008 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento.

NOTA 8.2.18 – DISCRIMINAÇÃO DA CONTA «OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS»

Em 2008, constituiu o Município da Maia um Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (FEIFF), de subscrição particular, designado Maia IMO, detendo a totalidade das unidades de participação. O Fundo foi constituído com entradas em espécie que se encontravam valorizadas nas contas do Município por 4.547.054,63 € (activo líquido) e foram avaliados para o efeito de constituição do Fundo, por entidade acreditada pela CMVM (Comissão de mercado de Valores Mobiliários), no montante de 6.000.000€.

Consequentemente os bens que constituem o Fundo foram reavaliados em 1.452.945,37€, tendo sido registada a sua subscrição pelo valor de aquisição em conformidade com o disposto no POCAL.

No decurso desta operação, o Município alienou um conjunto de bens imóveis ao Fundo, pela quantia de 5.300.000 €, cujo valor patrimonial líquido ascendia a 3.262.631,04 €, o que originou uma mais valia de 2.037.368,96 €.

À data de 31 de Dezembro de 2008, o Capital do Fundo "Maia Imo" era igual ao valor registado na conta de Investimentos Financeiros, não tendo sido, por isso, constituída qualquer provisão.

Importa de igual modo mencionar que desde 2007 o Município é também subscritor do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (FEIIF), designado "Maia Golfe", detendo a totalidade das unidades de participação. O Fundo foi igualmente constituído com entradas em espécie que se encontravam valorizadas nas contas do Município por 3.183.098,91 € (activo líquido) e foram avaliados para o efeito de constituição do Fundo, por entidade acreditada pela CMVM (Comissão de Mercado de Valores Mobiliários), no montante de 5.500.000 €.

Considerando que no final de 2008, o Capital do Fundo "Maia Golfe" era inferior ao valor registado na conta de Investimentos Financeiros, foi constituída provisão pela diferença entre o custo de aquisição das unidades de participação e o seu valor de mercado, no montante de 477.666 €, de forma a reflectir nas Demonstrações Financeiras do Município esse ajustamento.

OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS			
Natureza	2008		
	Unidades de Participação	Valor Nominal	Valor de Balanço
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado "Maia Golfe"	5.500	1.000	5.500.000
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado "Maia Imo"	6.000	1.000	6.000.000
			11.500.000

Un.: Euros

Insere-se de seguida um mapa resumo ilustrativo da identificação da situação patrimonial dos mencionados fundos especiais de investimento imobiliário.

IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO							
Designação	2007			2008			
	Activo Líquido	Passivo	Resultado Líquido	Activo Líquido	Passivo	Capital do Fundo	Resultado Líquido
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado "Maia Golfe"	13.000.000	7.500.344	-344	12.756.195	7.733.866	5.022.329	-477.327
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado "Maia Imo"	-	-	-	11.999.733	6.001.259	5.998.474	-1.526

Un.: Euros

É entendimento do Município, de acordo com a Nota informativa Externa Independente emitida pela empresa Telles de Abreu e Associados, Sociedade de Advogados RL, que os Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechado não integram o Sector Empresarial Local. Neste seguimento, os passivos assinalados não estão reflectidos no endividamento.

NOTA 8.2.22 – VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA INCLUÍDAS EM CADA UMA DAS RUBRICAS DE DÍVIDAS DE TERCEIROS CONSTANTES DO BALANÇO

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas contas 21.8 – *Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa* e 26.8.7.8 – *Devedores diversos de cobrança duvidosa*, e ascende em 2008 ao valor bruto de 10.912.374,66 €

NOTA 8.2.26 – DESCRIÇÃO DESAGREGADA DAS RESPONSABILIDADES, POR GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS E RECIBOS PARA COBRANÇA DE ACORDO COM O MAPA RESPECTIVO.

A informação aqui invocada consta em anexo inserido no volume II (pág. 78 dos Anexos Documentais).

NOTA 8.2.27 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS

	PROVISÕES			
	2008			
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291 Provisões para cobranças duvidosas	4.422.601	4.862.707	0	9.285.308
292 Provisões para riscos e encargos	500.000	0	0	500.000
39 Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0
49 Provisões para investimentos financeiros	0	477.666	0	477.666
Total de Provisões	4.922.601	5.340.373	0	10.262.974

Un:Euros

Em 2008 o aumento de provisões ascendeu, na sua globalidade, a 5.340.373 € repartido entre Provisões para cobranças duvidosas e Provisões para Investimentos Financeiros.

O valor relacionado com cobranças duvidosas espelha um significativo aumento relativamente ao ano anterior, decorrendo o mesmo da transferência para cobrança duvidosa de créditos sobre terceiros, na sequência da sua antiguidade e risco de incobrabilidade associado, o que justificou a constituição das respectivas provisões.

Os montantes mais significativos das provisões constituídas em 2008 indexam-se à conta de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, e, dentro desta, as provisões contabilizadas:

- ✓ no âmbito do diferendo com a LIPOR, tendo em vista o recebimento das taxas provenientes do licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos e do Aterro Sanitário, cujo assunto se encontra em curso em sede de Tribunal Arbitral – 2.835.294 €
- ✓ na sequência da cobrança adicional de valores a título de taxas urbanísticas e compensação pela não cedência de áreas, em cumprimento do que foi determinado pela IGF – Inspecção-Geral de Finanças em acção inspectiva – 1.360.720 €

No que às aplicações financeiras diz respeito, foi constituída provisão pela diferença entre o custo de aquisição das unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário “Maia Golfe” e o seu valor de mercado à data de 31 de Dezembro de 2008, no montante de 477.666 €

Detêm-se os mesmos processos litigiosos em curso enunciados nos documentos de prestação de contas do ano 2007, cuja explicitação se insere nos mesmos moldes:

- ✓ **Compromisso Arbitral: LIPOR - Município da Maia**

O objecto do litígio consiste nas divergências suscitadas entre as partes relativamente à obrigatoriedade de a LIPOR proceder ao licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (LIPOR II) e do Aterro Sanitário de apoio àquela Estação, havendo lugar ao pagamento das respectivas taxas municipais de construção, que em 2002 ascendiam a um valor total de 2.957.998 €. É entendimento da LIPOR que aquelas obras, por terem natureza de obra pública, não estão

subordinadas ao regime jurídico do licenciamento de obras particulares e, por conseguinte, não estão sujeitas ao pagamento de taxas municipais. Tal posição não colhe a anuência do Município.

É também objecto do litígio ser, ou não, legítima a posição do Município ao recusar o pagamento a LIPOR de comparticipações para investimento, no montante de 3.171.289 €, com a invocação de que lhe são devidas aquelas taxas.

Quer o direito quer a obrigação encontram-se devidamente contabilizados pelo Município, apenas na óptica patrimonial.

Para a resolução do litígio foi constituído um Tribunal Arbitral, cujos trabalhos se encontram em curso, não tendo sido ainda proferida qualquer decisão final. Todavia, é expectativa do Município que a decisão a proferir determine o reconhecimento da obrigatoriedade do licenciamento municipal para as obras efectuadas pela LIPOR, com o consequente pagamento das taxas devidas, actualizadas à data em que for solicitado o competente alvará de construção.

✓ **Processo de execução fiscal: Direcção-Geral dos Impostos – Município da Maia**

Na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, foi o Município notificado em Setembro de 2006 pelos Serviços de Inspecção Tributária – Direcção de Finanças do Porto, do Projecto de Relatório de Inspecção Tributária, no qual se encontra descrita e quantificada uma correção devida no ano de 2004, e que resultam em imposto a entregar ao Estado, no valor global de 3.800.000 €. Resulta a referida correção da não liquidação de imposto, no valor de 3.800.000 €, inerente à transferência efectuada pela espaço Municipal a favor do Município, de 20.000.000 €.

Fundamenta a administração fiscal que, tratando-se de uma alienação de direitos, o Município da Maia deveria ter liquidado I.V.A. aquando da emissão do documento de débito subjacente à transferência de 20.000.000 €. Refira-se que, por ocasião da realização do processo de antecipação de rendas, resultou do enquadramento fiscal da respectiva operação financeira, em sede de I.V.A., a sua não sujeição.

A importância reclamada pela administração tem vindo a ser incrementada com os respectivos juros compensatórios e de mora, tendo sido identificada na última uma dívida em cobrança coerciva de 4.191.423.71 €.

Para acompanhamento e resolução do correspondente processo, o Município da Maia recorreu a apoio jurídico externo, através da Sociedade de Advogados Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão e Associados, sendo seu entendimento que estão reunidas as condições jurídicas e factuais para que a Autarquia venha a obter ganho de causa, circunstância esta que justifica a não constituição de provisão.

NOTA 8.2.28 – EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 – FUNDO PATRIMONIAL

FUNDO PATRIMONIAL				
2008				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	276.683.706	26.475.682	3.501.544	299.657.844
51.1 Património Inicial	235.663.346	14.686.151	3.501.544	246.847.953
51.1.1 Saldo Abertura POCAL	189.891.029	0	0	189.891.029
51.1.2 Correcções ao Balanço Inicial	45.772.317	14.686.151	3.501.544	56.956.923
51.2 Património Adquirido	41.020.360	11.789.532	0	52.809.892
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas	-14.964	0	0	-14.964
56 Reservas de Reavaliação	2.317.551	1.452.945	3.770.497	0
57 Reservas	12.619.429	1.636.160	8	14.255.582
571 Reservas Legais	2.158.966	620.502	0	2.779.468
575 Subsídios	0	50.914	0	50.914
576 Doações	2.897.836	456.571	0	3.354.407
577 Reservas decorrentes da transferências activos	2.100.329	0	0	2.100.329
578 Cedências	2.322.710	489.220	8	2.811.923
579 Outras	3.139.587	18.954	0	3.158.540
59 Resultados Transitados	-5.333.374	26.483.160	18.629.507	2.520.279
Total	286.272.349	56.047.947	25.901.556	316.418.740

Un:Euros

Desde a implementação do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, em 2002, têm sido anualmente identificados factos patrimoniais cujo reflexo contabilístico não foi efectuado em devido tempo – balanço inicial e/ou exercícios subsequentes, ou, tendo-o sido, não o foi pela forma ou quantia exacta. Essas situações, especialmente relacionadas com o activo imobilizado do Município, têm dado lugar em cada um dos períodos económicos antecedentes aos necessários movimentos contabilísticos de regularização, quer com reflexo no balanço inicial, quer em exercícios anteriores. Não obstante o regular empenho dos serviços no sentido de identificar todas as ocorrências dessa natureza, na verdade essas imprecisões continuam a ser constatadas, determinando assim as correspondentes correcções. O ano de 2008 não foi excepção.

Em tal conformidade, registou-se no ano em análise um incremento do Fundo Patrimonial a título de correcções ao balanço inicial, de 11.184.607 €, importando assinalar neste âmbito a finalização do processo de ajustamento contabilístico das amortizações de fracções habitacionais e não habitacionais indexadas a contratos de arrendamento resolúvel a 25 anos, de habitação social de custos controlados, em vez dos 80 anos inicialmente fixados. Por inerência, foram igualmente ajustados os montantes referentes à imputação anual de proveitos, por conta dos respectivos subsídios de investimento, oriundos do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Ainda na esfera das correcções ao balanço inicial, alude-se aos acertos inerentes à transferência para proveitos dos subsídios associados com activos, destacando-se as regularizações do projecto Maidigital e do IEP – Instituto de Estradas de Portugal.

Em *Património Adquirido* foi contabilizado o valor de 11.789.532 €, cujo montante respeita na sua totalidade à aplicação de 95% do resultado líquido apurado no exercício de 2007, tendo os restantes 5% (620.502 €) sido transferidos para *Reservas Legais*.

A constituição, em finais de 2008, de um Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, originou a contabilização em *Reservas de Reavaliação* pelo valor correspondente à valorização dos activos que integraram o

respetivo instrumento, subtraídos que foram os respectivos valores patrimoniais. As reservas de reavaliação realizadas (correspondem à totalidade) foram transferidas para resultados transitados.

As reservas por via de Doações e Cedências, de 456.571 € e 489.220 €, respectivamente, referem-se a activos, na sua grande maioria parcelas de terrenos, que vêm à posse do Município por escritura ou no âmbito do licenciamento de alvarás de loteamento.

Na rubrica de Subsídios, foram contabilizados os valores que respeitaram a subsídios destinados a investimentos não amortizáveis no âmbito da requalificação urbana e rede bibliotecas escolares.

Para além do referido anteriormente os *Resultados Transitados* realizados em 2008 abarcam, ainda, os movimentos contabilísticos do resultado líquido do ano anterior, bem como das regularizações de grande significado relativas ao período compreendido entre 2002 e 2007, estas últimas motivadas pelas correcções a que se aludiu no início da apreciação deste ponto.

NOTA 8.2.29 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS		
Movimentos	2008	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	72.089,49	715.775,92
Compras	28.222,00	1.308.997,66
Regularização de Existências	0,00	-3.076,73
Existências Finais	-71.732,14	-857.588,69
Custos no Exercício	28.579,35	1.164.108,16

Un.: Euros

Os valores referentes às existências finais foram apurados através da realização de inventários físicos.

NOTA 8.2.31 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS					
Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2007	2008		2007	2008
681 Juros suportados	4.239.173	3.556.770	781 Juros obtidos	226.010	253.950
682 Perdas em entidades participadas	0	0	782 Ganhos em entidades participadas	0	0
683 Amortizações invest. em imóveis	0	0	783 Rendimentos de imóveis	4.570	10.278
684 Provisões p/ aplicações financ.	0	477.666	784 Rendimentos participações capital	92.913	135.304
685 Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785 Diferenças de câmbio favoráveis	0	0
687 Perdas na alienação aplic. tesour.	34	0	786 Descontos pronto pagat. obtidos	1.176	56
688 Outros custos e perdas financ.	106.572	184.081	787 Ganhos na alienação aplic. tesour	0	0
Total de Custos Financeiros	4.345.779	4.218.517	788 Outros proveitos e ganhos financ.	685.153	531.366
Resultados Financeiros	-3.335.957	-3.287.561	Total de Proveitos Financeiros	1.009.822	930.955
Total	1.009.822	930.955			

Un.: Euros

Os resultados financeiros contiveram-se no final de 2008 em (-

(-) 3.287.561 €, traduzidos numa diminuição de (-)1,45% relativamente ao ano anterior, cuja variação teve origem predominante no comportamento dos juros suportados, inferiores aos de 2007, dado que os

demais custos financeiros registaram aumentos e, do lado dos proveitos, não se verificou qualquer incremento, antes sim um ligeiro decréscimo.

A baixa dos juros suportados teve origem na contabilização de juros de mora que, em 2008, foi inferior em 784.836 € ao encargo de igual natureza relevado em 2007.

Salienta-se a criação de uma provisão para aplicações financeiras (477.666 €), indexada ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado “Maia Golf” constituído em 2007, dado que o seu valor de mercado à data do balanço era inferior ao custo de aquisição.

O aumento de outros custos e perdas financeiras face ao período antecedente decorre da concessão de um desconto de 2% em processo de arrematação em hasta pública de uma parcela de terreno, pela quantia de 4.040.000 €.

Em proveitos e ganhos financeiros, registaram-se módicos aumentos nas rubricas de juros obtidos, rendimentos de imóveis e rendimentos de participações de capital, que no total perfizeram 76.039 €, tendo-se reflectido uma tendência inversa nos outros proveitos e ganhos financeiros, com uma quebra de (-) 153.787 € face a 2007.

Em 2008 apenas foram contabilizados em outros proveitos e ganhos financeiros os valores das bonificações de juros referentes a empréstimos contraídos no âmbito de linhas de crédito bonificadas, enquanto que em 2007 acresceu a essa natureza de proveitos um valor de 127.793 € referente a benefícios a reconhecer no âmbito de contratos de derivados e de descontos de pagamentos. A quantia anotada, de 127.793 €, adicionada ao decréscimo verificado em 2008 das bonificações, de 25.994 €, integra os 153.787 € acima mencionados.

NOTA 8.2.32 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS					
Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2007	2008		2007	2008
691 Transferências capital concedidas	2.727.614	2.104.756	791 Restituição de impostos	0	0
692 Dividas incobráveis	251	0	792 Recuperação de dívidas	0	0
693 Perdas em existências	350	0	793 Ganhos em existências	964	333
694 Perdas em imobilizações	66.234	553.348	794 Ganhos em imobilizações	6.817.061	7.481.320
695 Multas e penalidades	2.011	1.169	795 Benefícios de penalidades contr	355.941	337.228
696 Aumento de amortiza. Provisões	0	0	796 Reduções de amortiz.e provisões	0	0
697 Correções relativas exerc. anteriores	944.597	989.886	797 Correções relativas exerc. anteriores	211.789	244.233
698 Outros custos e perdas extraor.	1.234.651	168.590	798 Outros proveitos e ganhos extraor.	744.874	1.748.193
Total de Custos Extraordinários	4.975.708	3.817.750	Total de Proveitos Extraordinários	8.130.629	9.811.307
Resultados Extraordinários	3.154.921	5.993.558			
Total	8.130.629	9.811.307			

Un:Euros

Comparativamente a 2007, os resultados extraordinários registaram um significativo aumento (90%), no valor de 2.838.637 €, atento o bom desempenho não só dos custos mas também dos proveitos.

Nos primeiros, evidenciam-se os decréscimos das transferências de capital concedidas e, mais significativamente, de outros custos e perdas extraordinárias, em resultado sobretudo, da diminuição de indemnizações a pagar.

Já no que se refere a proveitos e ganhos, assinala-se a significante variação em ganhos em imobilizações, originária nas mais-valias registadas por ocasião da constituição do Fundo de Investimento Imobiliá-

rio Fechado “Maia Imo”, atento o exercício de avaliação, por entidade independente, dos activos integrantes, e em outros proveitos e ganhos extraordinários, estes em resultado do reconhecimento anual de proveitos no âmbito da atribuição de subsídios de investimento. Em 2008, grande parte dos projectos financiados foram encerrados, tendo-se iniciado o período de amortização e, consequentemente, a imputação anual do proveito na proporção do financiamento obtido.

2
0
0
8



NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

NOTA 8.3.1 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO

Durante o exercício económico de 2008 foram efectuadas vinte e uma modificações (dezanove alterações e duas revisões) ao Orçamento, cujos documentos se anexam, as quais se consubstanciaram em:

- ✓ Dezanove alterações ao Orçamento da Despesa;
- ✓ Dezoito alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- ✓ Dezassete alterações ao Plano de Actividades Mais Relevantes;
- ✓ Duas alterações ao Orçamento da Receita;
- ✓ Duas Revisões, a primeira, ao Orçamento da Receita, da Despesa e ao Plano de Actividades Mais Relevantes, e, a segunda, apenas ao Plano de Actividades Mais Relevantes para inclusão, em exercícios futuros, de um projecto submetido a financiamento.

NOTA 8.3.2 – MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos, assim, como ao Plano de Actividades Mais Relevantes, na gerência em análise foram efectuadas 17 alterações.

NOTA 8.3.6 – ENDIVIDAMENTO

(pág.s 153 a 154 dos *Anexos Documentais II*).

